



ANA ALVES DE FRANCESCO

**Este é o nosso lugar: uma etnografia da
territorialidade caiçara na Cajaíba (Paraty, RJ)**

CAMPINAS
2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**

ANA ALVES DE FRANCESCO

***Este é o nosso lugar:*
uma etnografia da territorialidade caiçara na Cajaíba (Paraty, RJ)**

Orientadora: Profa. Dra. Emilia Pietrafesa de Godói

Dissertação de apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA ANA ALVES DE FRANCESCO, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI.

Campinas

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

D362e	<p>De Francesco, Ana Alves, 1982- Este é o nosso lugar: uma etnografia da territorialidade caiçara na Cajaíba (Paraty, RJ) / Ana Alves De Francesco. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Emilia Pietrafesa de Godoi. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Reserva Ecológica da Juatinga 2. Territorialidade humana. 3. Caiçara (RJ). 4. Cosmografia. 5. Pescadores. 6. População tradicional. 7. Antropologia. I. Godoi, Emilia Pietrafesa de, 1960- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: This is our place: an ethnography of caiçara
territoriality in Cajaíba (Paraty, RJ)

Palavras-chave em inglês:

Ecological Reserve of Juatinga

Territoriality, human

Caiçara (RJ)

Cosmography

Fishermen

Traditional people

Anthropology

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestra em Antropologia Social

Banca examinadora:

Emilia Pietrafesa de Godoi [Orientador]

Mauro Willian Barbosa de Almeida

Andrea Ciacchi

Data da defesa: 01-10-2012

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

ANA ALVES DE FRANCESCO

**Este é o nosso lugar: uma etnografia da territorialidade caiçara na Cajaíba
(Paraty-RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 01/10/2012.

Comissão Julgadora:

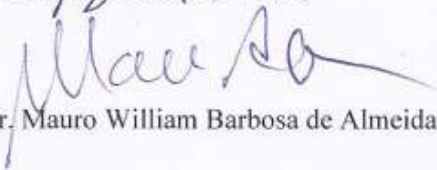
Titulares:



Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi – Presidente (UNICAMP)



Prof. Dr. Andrea Ciacchi (UNILA)



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (UNICAMP)

Suplentes:

Prof. Dra. Renata Medeiros Paoliello (UNESP)

Prof. Dr. José Maurício Andion Paiva Arruti (UNICAMP)

Dedicado a Benedita Mauricio dos Santos,
a dona Dica e seus amigos da costeira.

Agradecimentos

É possível que esta seja uma das coisas mais difíceis e mais prazerosas de se fazer depois de uma dissertação de mestrado. Mas não o faço por obrigação ou formalidade, na verdade desde o início penso nestas páginas. Os agradecimentos revelam muito sobre quem os escreveu, assim, ao formalizar aqui minha gratidão, talvez também ofereça ao leitor alguns indícios sobre meu ponto de partida.

Devo inicialmente agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo auxílio financeiro.

Aos professores, funcionários e estudantes do PPGAS da Unicamp, agradeço por estes anos de muito crescimento e aprendizado. Em especial à professora Emilia Pietrafesa de Godói, por ter acreditado em meu trabalho, antes mesmo que eu e por ter me ajudado em um processo de amadurecimento vertiginoso do fazer etnográfico. Ao professor Mauro William Barbosa de Almeida por me mostrar a complexidade dos caminhos, por acreditar na importância política da antropologia e por sua generosidade. A professora Renata Paoliello por suas sugestões na ocasião do exame de qualificação.

Aos meus pais, Cintia Sergio Alves e André Garcia De Francesco, por terem me mostrado, desde cedo, o mundo; por terem me presenteado com meus primeiros cadernos de campo, como se fossem tesouros, e por terem me feito crescer entre balaios e estaleiros. Além de todo o amor, a fé, a amizade, o companheirismo e a alegria. Amo nossa sintonia e capacidade de estarmos próximos, mesmo quando muito distantes.

À minha querida irmã, Julia Alves De Francesco, por ser a melhor das companheiras, por ter tornado minha vida mais alegre e eu uma pessoa melhor; por me ensinar a encarar os momentos mais difíceis da vida com o sorriso, a firmeza e a lealdade daqueles que sabem que serão vitoriosos. Jamais poderei expressar minha gratidão por tê-la em minha vida, desde o início.

À minha avó Lucinha pelas longas conversas sentada em sua pia de cozinha. À minha avó Zoé, entre outras coisas, por ter me presenteado com a coleção completa dos livros de Jorge Amado e por sempre ter acreditado em mim.

Ao meu avô Alfredo De Francesco, por estar sempre comigo.

Aos meus primos e nossas manhãs frias no sítio. Aos meus padrinhos, Meméia e Zé Roberto, por sua capacidade de agregar e aos meus compadres, Taís e Silvio, pelos mesmos motivos. À Raquel e a Didi, minhas queridas, que de fato quase em nada contribuíram, mas seu amor me ampara e ao Camelo, nosso irmão. À minha grande família por tornar minha vida saborosa e divertida, vocês sabem quem são.

À Marta Garcia, nossa querida *Artista*, por ter me ensinado a escrever. Ao professor Alfredo Quaranta que tentou me imbuir a disciplina, com suas perspectivas cavaleiras e canetas de nanquim. Aos meus amigos do *É tempo de cambiare*, grazie mille, *uagnun*. Aos meus amigos da história da USP, não somos mais dez, somozum. Ao Jorge Calvimontes, meu irmão desde o tempo das imensidões amazônicas. As mulheres da minha vida, Cassinha, Lioca, Débora, Teresa, Paulinha, Julinha, Cuca, Marianna, Poppy, Tati...

Aos amigos do LATA – Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes, pela parceria, a vontade e o estímulo. Ao Augusto Postigo e ao Mauro Almeida por terem feito a coisa toda acontecer, à Carmen Andriolli pela irmandade, à Maíra Vale pela poesia, ao José Onésio Ramos pelo cuidado, ao Roberto Rezende pela seriedade com risadas, ao Rodrigo Ribeiro por nos trazer novos ares. Ao Augusto e Carmen também agradeço pela leitura.

Aos moradores da Cajaíba por tudo aquilo que me ensinaram, pela acolhida e a generosidade. Agradeço especialmente a dona Dica, minha mãe da costeira, pela partilha e o exemplo e a Josi que, além de contribuir muito com esta pesquisa, tornou-se uma grande amiga. À seu Altamiro, dona Jandira e seus filhos pelo exemplo de luta. Ao Careca, por ter me contagiado com seu fascínio e respeito pelo mar. Aos meninos do Pouso por todas as conversas à beira mar.

Ao Dauro, Adriana e os Jovens da Juréia pela resistência e perseverança na defesa do território caiçara.

Ao Augusto pela sintonia, a felicidade, o companheirismo e a partilha.

“Em algum lugar atrás desses olhos, atrás destes gestos, ou melhor, diante deles, ou ainda em torno deles, vindo de não sei que fundo falso do espaço, outro mundo privado transparece através do tecido do meu, e por um momento é nele que vivo, sou apenas aquele que responde à interpelação que me é feita. Por certo, a menor retomada da atenção me convence de que este outro que me invade é todo feito da minha substância: suas cores, sua dor, seu mundo, precisamente enquanto seus, como os conceberia eu senão a partir das cores que vejo, das dores que tive, do mundo em que vivo? Pelo menos, meu mundo privado deixou de ser apenas meu: é agora instrumento manejado pelo outro, dimensão de uma vida generalizada que enxertou em mim.”
Merleau-Ponty, O visível e o invisível, 1964.

Resumo

Esta dissertação é resultado do trabalho de campo realizado entre os anos de 2010 e 2012 na enseada da Cajaíba, zona costeira do município de Paraty (RJ). O foco principal do trabalho é a descrição das formas de interação entre as pessoas e o ambiente e o modo como esta interação configura uma territorialidade particular, que se dá tanto na terra como no mar. Buscando dialogar com diferentes definições de território e territorialidade, definidas no âmbito da antropologia, por meio da etnografia, o estudo versou sobre a memória da ocupação da terra, a percepção do ambiente e o saber técnico envolvido nos modos de fazer do cotidiano, por acreditar serem estas dimensões intrínsecas e constituintes da territorialidade de um grupo.

Abstract

This dissertation result from a fieldwork conducted between 2010 and 2012 in the harbor of Cajaíba, the coastal zone of Paraty, a municipality of Rio de Janeiro state. The main focus of research is a description of the interaction between people and the environment and how this interaction sets up a particular territoriality, which occurs both on land and sea. Seeking dialogue with different definitions of territory and territoriality in anthropology, through an ethnographic approach, the study deals with the memories of the land occupation, the perception of the environment and the technical skills involved in the daily life, believing these are intrinsic and constituents dimensions of the territoriality of a group.

Lista de mapas

Mapa 1: Localização da enseada da Cajaíba.	2
Mapa 2: Trajeto marítimo entre o cais de Paraty e o Pouso da Cajaíba.	5
Mapa 3. Praia Grande da Cajaíba. Luis Mauricio dos Santos (2012).	35
Mapa 4: Área mapeada por seu Luís.	36
Mapa 5: Quintal da família de seu Altamiro e dona Jandira.	60
Mapa 6: Caminho de dona Dica.	66
Mapa 7: Quintal de dona Dica.	67
Mapa 8: Quintal de seu Doracil e dona Marlene, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).	90
Mapa 9: Pouso da Cajaíba, Francisco Xavier Sobrinho (2011).	93
Mapa 10: Pouso da Cajaíba, Gigni Sobrinho e Josinete Souza, (2011).	96
Mapa 11: Genealogia das casas, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco e Josinete Souza (2012).	97
Mapa 12: Ocupação do Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco e Josinete Souza (2012).	98
Mapa 13: Ampliação da área selecionada do Mapa 11.	102

Lista de fotografias

Fotografia 1. Seu Altamiro em seu quintal, De Francesco (2011).....	58
Fotografia 2: dona Dica em sua cozinha a lenha, De Francesco (2012).....	65
Fotografia 3. Prensa e tipiti, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).	73
Fotografia 4. Peneiras, casa de farinha de dona Dica, De Francesco (2011).	74
Fotografia 5. Ralador e cocho, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).....	75
Fotografia 6. Forno, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).	76
Fotografia 7. Seu Luis e Antonio, De Francesco (2012).....	79
Fotografia 8: Reunião sobre a recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).....	100
Fotografia 9: Casa do Zico, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2012).....	107
Fotografia 10: Casa de seu Filhinho, Praia Grande da Cajaíba, Manoel Vieira Gomes Júnior (2005: 118).	108
Fotografia 11: Seu Miguel, Hildo e Messias no bar do Hildo, Josinete Souza (2012).	115
Fotografia 12: “Comunidade”, Pouso da Cajaíba, Marcela Elena Varconte (2012).....	119
Fotografia 13: Dona Jandira, Alvino e René remendam a rede do cerco, Praia Grande da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).....	129
Fotografia 14: O cerco flutuante, Praia Grande da Cajaíba, Ana De Francesco (2012).	141
Fotografia 15: A copiada fina, Ana De Francesco (2012).	142
Fotografia 16: Seu Altamiro puxando a rede, Ana De Francesco (2012)	143
Fotografia 17: Copiada grossa, Ana De Francesco (2012).....	144
Fotografia 18 e 19: A despesca, Ana De Francesco (2012).	145

Lista de tabelas

Tabela 1. Espécies citadas por seu Altamiro em seu quintal.	63
Tabela 2: Diagrama das casas do grupo familiar 1.....	103
Tabela 3: Diagrama das casas do grupo familiar 2.....	104
Tabela 4: Diagrama das casas do grupo familiar 3.....	104
Tabela 5: Diagrama de parentesco do grupo familiar 3.....	105

Lista de ilustrações

Ilustração 1: “O espia”, Percy Lau, IBGE (1975: 339).	38
Ilustração 2. “Casa do praiano”, Percy Lau, IBGE (1975: 305)	53
Ilustração 3: O arrasto de praia, Percy Lau, IBGE (1975: 340).	127
Ilustração 4: Barco de pesca, Laura, Pouso da Cajaíba (2011).	135
Ilustração 5: O <i>rodo</i> do cerco flutuante, Ana De Francesco (2012).	139
Ilustração 6: A rede fixada ao rodo, IDROBO e DAVIDSON-HUNT (2012: 6).....	140

Sumário

Apresentação	1
Trajetos, deslocamentos e conflitos	4
O trabalho de campo e a metodologia	10
Capítulo I - Balaio de memórias	15
As tramas da terra	23
Narrativa cartográfica, memórias e percepções	32
Capítulo II - O saber-fazer: uma cosmografia	47
A mata perto de casa	58
A casa perto da mata	65
Capítulo III - Os caminhos da costeira.....	87
Genealogia das casas.....	101
Os primos e os de fora	110
Capítulo IV - A vida entre a terra e o mar	121
Parentes e parceiros.....	122
As artes de pesca.....	131
O cerco flutuante	136
Uma etnografia a bordo do Nossa Senhora dos Navegantes	147
Conclusão	155
Bibliografia.....	159

Apresentação

A pesquisa tem como principal foco de análise a territorialidade, entendida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002: 3). O ponto de partida foram as percepções dos moradores da Cajaíba sobre o ambiente que habitam, suas memórias, modos de fazer e de viver na terra e no mar.

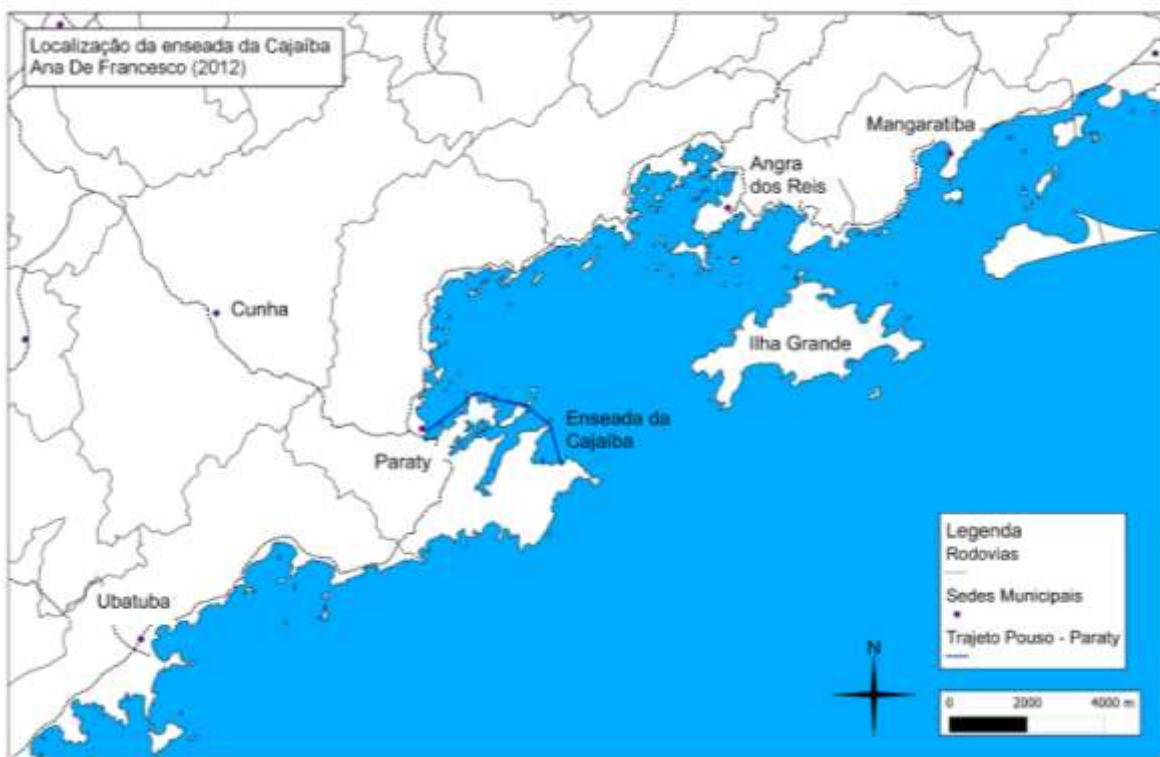
O título escolhido para a dissertação parte de uma categoria nativa central para a pesquisa, o *lugar*¹, conceito que articula o espaço vivido com os vínculos de pertencimento, identidade e afeto. *Este é o nosso lugar* foi uma expressão que ouvi inúmeras vezes, em distintos contextos. Algumas vezes *nosso lugar* era uma categoria usada pelos moradores para afirmar seus direitos territoriais, em um contexto de disputas fundiárias, com *gente de fora*, ou com o Estado, com as restrições impostas pela implantação de uma Unidade de Conservação. Em outros a expressão era usada denotando o pertencimento e o afeto, *como o nosso lugar não tem igual*. Por estas razões a escolha do título foi motivada, sobretudo, pelo fato de fazer sentido para as pessoas com quem trabalhei, conversei e convivi ao longo destes dois anos de pesquisa.

A Cajaíba é uma enseada localizada na zona costeira do município Paraty, litoral sul fluminense, área atualmente sobreposta à Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), uma unidade de conservação estadual criada em 1992² e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairucu, unidade de conservação federal criada em 1983³. A REJ está atualmente em processo de recategorização, tendo em vista sua adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), processo este previsto desde 2000, ano de criação do SNUC.

¹ A categoria *lugar* é recorrente em outros contextos etnográficos com o mesmo significado ligado à noção de pertencimento ao espaço habitado, como, por exemplo, no estudo de Godói (1998) realizado no sertão do Piauí.

² Decreto Estadual nº 17.981, 30 de outubro de 1992.

³ Decreto Presidencial nº 89.242, de 1983.



Mapa 1: Localização da enseada da Cajaíba.

Os moradores da Cajaíba se identificam como *caiçaras*, são pescadores, agricultores e extrativistas, seus modos de fazer redes, canoas, roça, farinha, estão intimamente ligados à maneira como percebem o ambiente que habitam e ao modo como, historicamente, configurou-se seu território e modo de vida. A península da Juatinga (área pintada em cinza no Mapa 1) é uma região não atravessada por estradas nem por redes de energia elétrica, vinte localidades, hoje incluídas na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), são articuladas por relações de parentesco e de afinidade, pelo compartilhar de um mesmo histórico de ocupação da terra e um mesmo tipo de organização social. Embora seja notável a particularidade de cada uma destas localidades, marcada pela diferente importância das atividades econômicas e pelo padrão de deslocamento em relação à cidade de Paraty e às outras localidades. Existe uma relação histórica entre elas, um circuito estreito de trocas e o compartilhar de um modo de vida e de uma memória comum, o que me permite considerar a Juatinga como um território contíguo, pois é desta forma que seus moradores o percebem.

Embora exista esta conexão entre as localidades, os diferentes padrões de acesso e deslocamento marcam uma territorialidade diferenciada. Os deslocamentos, que se dão, sobretudo por via marítima, aproximam algumas localidades ao passo que afastam outras. As localidades da enseada da Cajaíba seguem um mesmo padrão de deslocamento, representado no Mapa 1 pelo trajeto marítimo marcado em vermelho, registrado com um aparelho GPS durante uma viagem para o campo. Estas localidades se comunicam diretamente com Paraty através do mar. Ao contrário, as localidades que estão na costa sul e sudeste da península da Juatinga, utilizam o cais do condomínio Laranjeiras⁴ como ponto de embarque e desembarque e acedem à cidade de Paraty através da rodovia BR-101, marcada com um traço pontilhado no mapa.

Assim entre as localidades da enseada da Cajaíba - Pouso da Cajaíba, Ipanema, Calhaus, Itaoca, Praia Grande da Cajaíba e a Praia Deserta - existe uma sociabilidade mais estreita entre seus moradores, por esta razão o campo da pesquisa foi centrada na enseada, tanto pela facilidade do deslocamento quanto pela existência de um vínculo mais próximo entre os moradores. Procurando dar uma maior profundidade à pesquisa centrei o trabalho de campo em duas destas localidades, que tiveram processos históricos bastante distintos. O Pouso da Cajaíba, que assistiu a um grande crescimento do número das edificações e do fluxo de turistas, principalmente nos últimos dez anos e a Praia Grande da Cajaíba, que viveu um grande esvaziamento ao longo de um prolongado conflito fundiário com uma *família de fora*. A contraposição destas duas localidades permite entrever tanto semelhanças e continuidades entre elas como dois processos bastante distintos que ocorrem na região.

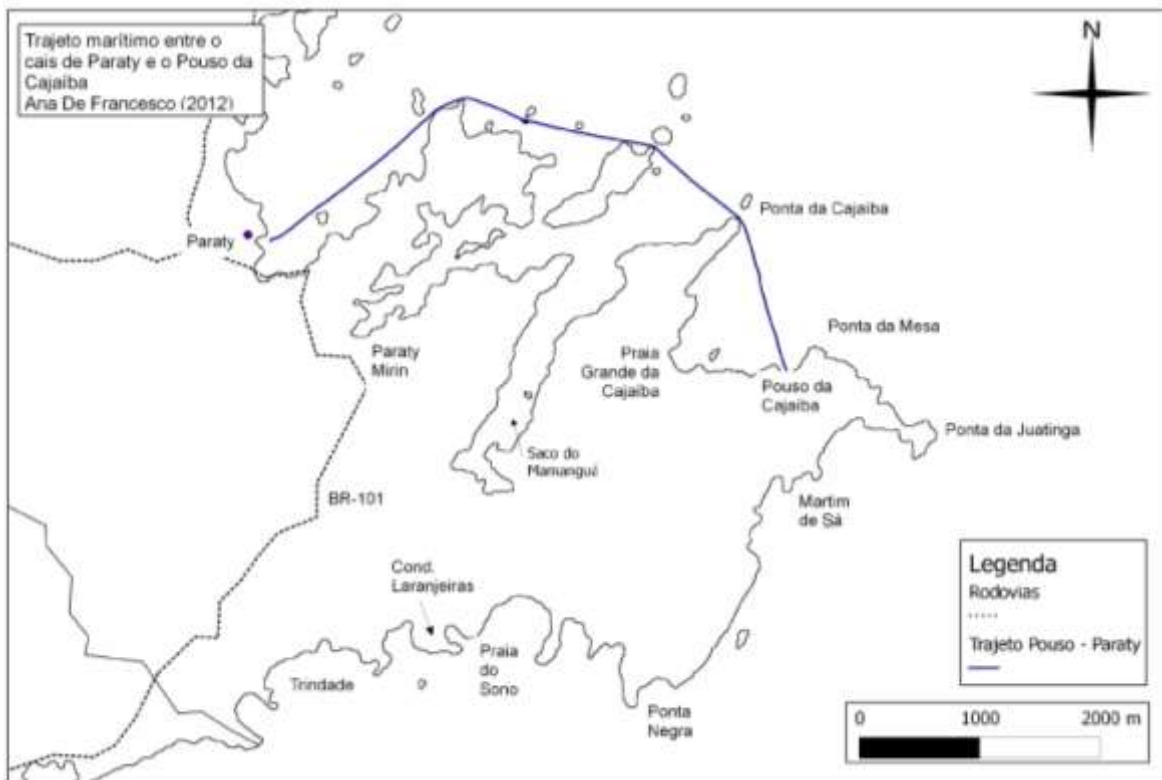
⁴ O condomínio Laranjeiras foi construído na década de oitenta entre as praias de Trindade e a Praia do Sono, onde vivem comunidades que se reconhecem como caiçaras, ocupando uma área de 1.131,44 há, cuja localização pode ser vista no Mapa 2.

Trajetos, deslocamentos e conflitos

A Cajaíba encontra-se em uma área de transição entre o *mar de dentro*, próximo à costeira, protegido pela Ponta da Mesa e a Ponta da Cajaíba e o *mar de fora*, para além da Ponta da Juatinga e da baía da Ilha Grande. A topografia bastante acidentada, caracterizada por picos e morros elevados, os costões rochosos e a ausência de estradas contribuíram para a predominância de uma cobertura florestal bastante cerrada. O acesso terrestre se dá somente entre algumas localidades, predominando o deslocamento por via marítima. Por estas razões a região é chamada de *costeira*, tanto por seus moradores, como pelos moradores da cidade de Paraty.

“As "costeiras" são, assim, verdadeiras falésias de costas, que alcançam até 300 metros junto ao mar, cobertas quase sempre de vegetação de porte, constituindo um aspecto típico dos lugares onde os degraus do planalto brasileiro chegam do oceano. Isolados pelas "costeiras" de um lado e pela mata da serra do outro, encontram-se núcleos humanos que vivem da pesca e de uma reduzida lavoura de subsistência” (SODRÉ, 1960: 63).

A travessia para a Cajaíba em um barco a motor dura cerca de duas horas. Saindo do cais de Paraty o primeiro marco da viagem é a passagem entre a Ilha do Mantimento e a Ponta Grossa, depois o estreito entre a Ilha do Algodão e a Ilha dos Cocos, onde é a entrada para o Saco do Mamanguá. Este é o trajeto feito por todos os barcos, o *caminho da roça*. O momento mais perigoso do trajeto é a passagem da ponta da Cajaíba e a ilha da Deserta, para atravessar o estreito é necessário passar com o barco bem perto da *costeira*, pois há uma laje no fundo do estreito, uma ameaça para os cascos das embarcações que diariamente o atravessam, passado este ponto o mar subitamente se encrespa, estamos mais próximos do *mar de fora*.



Mapa 2: Trajeto marítimo entre o cais de Paraty e o Pouso da Cajaíba.

Em Paraty os barcos que chegam da *costeira* atracam no cais da Ilha das Cobras, o cais dos pescadores. Seus barcos são coloridos, feitos de madeira. A pintura dos barcos lembra a pintura colorida das casas de seus tripulantes e, assim como a casa, o barco é um espaço doméstico quando se está no mar ou em um cais longe de casa, é por isso que todo barco de pesca tem sobre o convés uma *casaria*, ou seja, um abrigo onde fica o leme do barco, o beliche para dormir e a cozinha. Todo barco traz gravado no costado seu nome, *Bela da tarde, Estrela de David, Rosa dos Mares*, e na popa o nome de seu cais de origem. Quando o cais está cheio, um barco atraca no outro, dando vida a um caminho flutuante. Quem conhece tanto os caminhos do mar quanto os caminhos da terra sabe mover-se com fluidez nesta complementaridade entre a terra a o mar que é o território caiçara.

Estive pela primeira vez na Praia Grande da Cajaíba no final do ano de 2002. Viviam então cerca de 200 pessoas na praia (LOURIVAL, 2009). Ao longo da orla, configurando um caminho que margeia a praia, diversas casas de pau-a-pique, com telhado a duas águas, a cozinha a lenha do lado de fora, o tanque d'água, o quintal repleto de

árvores frutíferas. Na *vargem*⁵ havia muitas outras casas, uma próxima à outra, configurando o que pode ser chamado de vila, onde funcionava uma escola e uma igreja evangélica. As casas espalhavam-se por uma área bastante extensa, as famílias tinham roças e casas de farinha e começavam a se habituar à frequência cada vez maior de turistas.

A casa de Dona Maria⁶ era perto deste caminho, assim como sua casa de farinha, muitas vezes passei para dar bom dia, bastante tempo antes de vislumbrar o universo da pesquisa. Dona Maria fazia esteiras, balaios e farinha, plantava e colhia de tudo um pouco e secava o peixe excedente no sal, ao sol. Como todos os outros moradores da Praia Grande da Cajaíba era pressionada por uma *família de fora* para vender sua casa e sair de sua terra. Dizia que jamais deixaria seu *lugar*, onde era rica, embora não tivesse dinheiro. Na cidade não teria o que fazer, não sabia ler nem escrever, não teria trabalho. Mas com a prolongada pressão da família Tannus e tantas novas restrições de caráter ambiental que se impunham sobre seu modo de vida, Dona Maria, assim como a imensa maioria dos moradores da praia, se cansou e preferiu procurar uma vida mais estável na cidade.

Os primeiros conflitos fundiários na região tiveram início na década de cinquenta. Com a abertura da estrada que ligava Paraty à Cunha, a cidade, após um longo período de isolamento e estagnação, foi reinsertada no mapa. Nesta década começaram as primeiras investidas de Gibrail Tannus Notari na Praia Grande da Cajaíba e em diversas outras localidades do município de Paraty. Gibrail, de origem libanesa, se estabeleceu em Paraty na década de cinquenta, quando começou a adquirir terras, na Praia Grande da Cajaíba chegou com a promessa de construir uma fábrica de gelo e uma escola para a comunidade. Chegou a criar búfalos soltos, que comiam as roças dos moradores e sujavam a praia. Fez com que os moradores assinassem contratos de comodato, acreditando que o documento simplesmente os reconhecia como moradores legítimos daquelas terras. Após sua morte, há

⁵ Área localizada no interior, afastada da praia. Note-se que as expressões em itálico que aparecerem ao longo do texto são modos locais de dizer e nomear. Para a localização da *vargem* da Praia Grande da Cajaíba ver Mapa 5.

⁶ Dona Maria é esposa de seu Filho, que será citado algumas vezes ao longo do trabalho, é também irmã de Dona Dica, atual moradora da Praia Grande da Cajaíba e uma importante interlocutora desta pesquisa.

alguns anos atrás, sua esposa e filho acirraram a ofensiva contra os moradores locais por meio de processos de reintegração de posse e da coibição de práticas tradicionais, por meio de um discurso ambiental e da ameaça de fiscalizações e denúncias junto ao órgão gestor da reserva, então o Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ). Em diversos estudos realizados na região, é enfatizada a falsificação cartorial que permitiu à família Tannus o acúmulo de terras na Cajaíba. Gibrail é conhecido como o grileiro da caneta vermelha, pela irrefutável falsificação de documentos (CAVALIERI, 2003; VIANNA, 2008).

A continuada pressão por parte desta família, o isolamento, tanto geográfico quanto político e a incerteza quanto os direitos de permanência na terra, advinda das informações então bastante nebulosas sobre a categoria de Unidade de Conservação que seria adotada para a região, aliada à crescente restrição sobre o uso dos recursos naturais, levou muitas famílias a abandonarem suas terras, trocando-as com o *dono*⁷ por casas precárias na periferia de Paraty ou vendendo-as por preços muito abaixo do mercado.

Em 2008 no canto direito da praia já não morava mais ninguém, a única casa que permanecia em pé, gramada e cercada, era do *dono*. Das antigas casas restavam apenas algumas paredes, as telhas de zinco, as árvores frutíferas e as plantas ornamentais que resistiam à chegada da capoeira. No canto esquerdo da praia dois ranchos, um de cada família que permaneceu na praia e que começaram a disputar a clientela dos turistas que chegam durante a temporada. Na *vargem* a escola foi fechada, a igreja abandonada e as casas derrubadas pelos caseiros da família Tannus, para impedir o retorno de seus moradores. Hoje o mato cresceu e os antigos caminhos estão fechados, chamam à atenção as placas, hoje rodeadas pelo mato, “Propriedade privada. Fazenda Praia Grande da Cajaíba” e a lápide da igreja evangélica “Jesus voltará”, rodeada por cacos das telhas de zinco das casas derrubadas.

⁷ *Dono* aqui diz respeito a uma categoria local utilizada pelos moradores para identificar proprietários, ou pretensos proprietários, externos à comunidade. Essa categoria foi inicialmente acionada por estes atores, que se diziam donos da terra, em contraposição a uma forma de propriedade mais fluída que marca a territorialidade caiçara. “Antes não tinha essa coisa de dono, cada um erguia sua casa onde queria”, foi a forma como Seu Altamiro, morador da Praia Grande, me explicou o significado da categoria *donos*.

Seu Altamiro, Dona Jandira e seus filhos Cacaiu, Leno, Alef, Adelino e Kica e Dona Dica com sua filha Yolanda, foram os únicos moradores que resistiram e não saíram de suas terras. Hoje as duas famílias são as únicas que permanecem na Praia Grande da Cajaíba. Grande parte dos antigos moradores migrou para a cidade, para os bairros da Mangueira, Ilhas das Cobras e Pantanal. Alguns permaneceram em locais mais afastados como o Saco do Mamanguá e Barra Grande, procurando dar continuidade a seu antigo modo de vida⁸.

Ao longo destes anos acompanhei a luta dos moradores pela permanência na terra e a saída de grande parte deles. Hoje a praia ficou silenciosa, não existem mais as festas, muitos caminhos estão fechados, *acabou-se tudo*, como mais de uma vez me disse Dona Dica com uma tristeza inevitavelmente acompanhada por um silêncio, silêncio este que não abre espaço para questionamentos, que parece invocar uma espécie de luto. Grande parte do *pessoal antigo* morreu pouco tempo depois de mudar para a cidade, muitas famílias não encontraram uma condição de vida melhor, ao contrário.

Nos anos que seguiram fui conhecendo de perto aqueles que permaneceram na terra, seus modos de fazer e de entender o mundo, tecendo com eles uma relação de amizade e aprendendo sobre uma maneira dura, mas alegre de viver no mundo. Embora hoje permaneçam apenas quinze moradores na localidade, aqueles que ficaram preservam o conhecimento e a memória dos antigos moradores da terra, foram eles meus principais interlocutores durante a pesquisa, com quem procurei aprender a linguagem e o olhar caíçara sobre seu território.

Apesar da dramaticidade do que ocorreu na última década na Praia Grande da Cajaíba, esta não foi a única localidade que teve conflitos com a família Tannus, que também investiu contra os moradores da Praia do Sono, da Praia da Lula, da Praia Vermelha, entre outras. Em alguns casos, como na Praia do Sono, os moradores

⁸ Sobre o deslocamento destas famílias e o processo de reterritorialização em novo lugar existe uma dissertação de mestrado para a qual a pesquisadora visitou as famílias que haviam se mudado para o Saco do Mamanguá (dona Maria e seu Filhinho), Ilha das Cobras e Mangueira (seu Lizíário, dona Domingas e seu Norvino) e Barra Grande (seu Luís), na qual analisa as mudanças e continuidades em seu modo de vida (MENDONÇA, 2010).

conseguiram barrar as ofensivas da família, em outros, os moradores passaram a conviver com as posses adquiridas pela família. Por outro lado enquanto na Praia Grande da Cajaíba houve um decréscimo do número de moradores, em localidades como o Pouso da Cajaíba isto não ocorreu, ao contrário, muitas pessoas que haviam se mudado para a cidade, sobretudo os mais jovens, retornaram para a localidade na última década, onde trabalham com a pesca e o turismo. Por esta razão a localidade do Pouso da Cajaíba acabou se tornando um dos focos empíricos da pesquisa, o que se de um lado possibilitou ampliar o universo sociológico, colocando em evidência as redes que conectam as duas localidades, por outro permitiu incluir a descrição de processos de mudança social, como a forma de ocupação do espaço e o crescimento do turismo, o que teria ficado bastante limitado se o campo empírico se restringisse à localidade da Praia Grande da Cajaíba.

Assim, embora o conflito seja estruturante das relações sociais na região, a questão central desta pesquisa é como o território é constantemente atualizado pela teia de relações que se estabelecem entre seus habitantes, humanos e não humanos, entre as pessoas *do lugar e de fora*. Procuo dar ênfase às formas de uso do território a partir de uma estratégia analítica que prioriza a percepção e as práticas dos moradores. Considerando que as práticas objetivam um modo de vida e “*são permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras mediante as quais pensam e vivem sua existência*” (GODÓI, 1999: 27), procuro compreender tanto a história da ocupação da terra, como a cosmovisão de seus moradores.

O foco analítico na territorialidade partiu de minha vivência em campo, da recorrência deste tema nas conversas com os moradores, que colocou em evidência o que era relevante para eles, aquilo que, do seu ponto de vista, é significativo e está ameaçado, ou seja, o seu *lugar*, componente fundamental na construção de sua identidade, a identidade caiçara. Considerando o território como uma categoria que engloba, além de um espaço biofísico, uma unidade territorial configurada por seu histórico de ocupação, pelos mecanismos locais de transmissão e de regulação do direito sobre a terra, pelas práticas cotidianas e modos de fazer, pela memória, os afetos e os aspectos simbólicos da relação que os moradores mantêm com seu *lugar*, procuro traçar uma caracterização do território caiçara através de uma etnografia que procura contemplar todos estes aspectos, inseparáveis

e constituintes da territorialidade, ou seja, as relações que as pessoas estabelecem com seu espaço de vida e trabalho.

O trabalho de campo e a metodologia

Embora conheça a Cajaíba desde o ano de 2002, para onde fui algumas vezes como turista e me aproximei dos moradores e de sua luta para a permanência na terra, foi somente com o ingresso no mestrado, em 2010, que passei a visitar a localidade de forma sistemática tendo como objetivo a realização desta pesquisa.

O principal desafio que encontrei ao chegar em campo era esclarecer aos moradores o que eu estava fazendo ali, qual era a proposta de minha pesquisa. Eu ocupava uma posição clara e imediata para eles, era vista como turista. Ao longo de minha permanência em campo tomar parte nos trabalhos cotidianos e adquirir algumas habilidades, como ajudar na roça e na cozinha, aprender a trabalhar com cipó, encontrar taioba na mata, saber embarcar e desembarcar de uma canoa, propiciaram meu ingresso em uma rede de aprendizado, o que acabou por me inserir nas dinâmicas locais. Nas viagens seguintes não era mais vista como uma turista, nem como alguém vinculada a projetos ambientais, segunda possibilidade óbvia, mas como alguém que tinha de fato interesse em conhecer o *lugar*.

Os trabalhos de campo posteriores foram divididos entre as localidades da Praia Grande e do Pouso da Cajaíba, com viagens que variaram entre duas a oito semanas, em março, abril, maio e julho de 2011 e em janeiro e fevereiro de 2012. Nestas viagens fiquei hospedada na casa de moradores de ambas as localidades, o que fez com que criasse com eles laços estreitos de amizade. Em uma de minhas últimas viagens a campo, ao desembarcar, no início da noite, na praia do Pouso da Cajaíba, fui convidada para comer uma pizza na padaria de Vaninha, uma moradora do *lugar*, onde sua família estava reunida. Ao ser recebida com abraços e uma inevitável provocação “*Voltou de novo. Olha, agora só pode aculturar, não dá mais pra enraizar não, as terras acabaram*”, ficou claro que de fato

havia entrado em campo e as nossas categorias, as minhas e as dos moradores, começavam de fato a dialogar.

Durante o trabalho de campo utilizei os principais métodos da etnografia. A observação participante permitiu acompanhar as atividades cotidianas, as redes de sociabilidade, a lida com a terra e com o mar. O diário de campo foi a principal ferramenta para a sistematização destas experiências. Os caminhos que percorri ao longo da pesquisa me foram revelados muito mais por uma experiência partilhada do que por palavras, ficando cada vez mais claro para mim, como o conhecimento pode ser transmitido através de silêncios e como nem tudo é passível de nomeação, percebendo como a observação etnográfica implica no olhar e na escuta atenta e sensível. Em alguns momentos optei por realizar entrevistas semiestruturadas, que foram registradas com um gravador de áudio. Estas entrevistas foram norteadas por perguntas referentes às trajetórias individuais, às histórias das famílias e à história do *lugar*. Além de possibilitarem o aprofundamento da pesquisa, o fato de terem sido gravadas, possibilitou a recuperação de alguns modos de dizer peculiares, as sutilezas da linguagem. Estas expressões e termos locais, que utilizei ao longo do texto, assim como frases e testemunhos dos moradores, foram grifadas em itálico.

Para dar conta da mútua conformação entre redes de parentesco e territorialidade foram elaboradas árvores genealógicas das famílias do Pouso e da Praia Grande da Cajaíba, que retrocederam a uma memória genealógica de até seis gerações, colocando em evidência o que é localmente entendido como a descendência comum ao *tronco velho*, conforme será aprofundado no primeiro capítulo. Ao longo do texto optei por usar o nome das pessoas que contribuíram com a realização da pesquisa como são localmente conhecidas. Na Cajaíba é muito comum as pessoas serem conhecidas por seus apelidos, prevalecendo este tipo de tratamento, em respeito a esta lógica local, mantive a nomeação por apelidos. Em um momento particular optei pelo uso de nomes fictícios, com o objetivo de não expor os meus interlocutores. No caso das pessoas que elaboraram mapas para a pesquisa coloquei o nome completo na referência, com o intuito de reconhecer sua autoria.

Para registrar a espacialidade das localidades estudadas foi utilizado o aparelho receptor GPS com o qual marquei os principais caminhos percorridos, as *casas velhas* da

Praia Grande da Cajaíba, casas dos antigos moradores, os trajetos de barco entre as localidades e a cidade de Paraty. Por outro lado, para dar conta da percepção que os moradores têm desta espacialidade, pedi para alguns moradores que elaborassem mapas do próprio punho, tendo em vista analisar a forma como entendem e representam o espaço habitado (POSTIGO, 2010). Alguns destes mapas foram analisados no primeiro e no terceiro capítulos⁹.

Ao longo da dissertação a análise, se desenrola a partir de eixos fundamentais, como a percepção, o saber-fazer e a memória, implicando, portanto, tanto em uma dimensão sincrônica quanto diacrônica, procurando assim dar conta dos elementos que conformam a territorialidade do grupo estudado.

No primeiro capítulo, “Balaio de memória”, apresentei inicialmente um breve relato da história local, com o objetivo de situar o leitor nas tramas históricas mais abrangentes que influenciaram a configuração daquela territorialidade. Enfatizei como, o processo de inserção de Paraty na sociedade abrangente e os diferentes ciclos econômicos da região, propiciaram a formação de um tipo de ocupação, sobretudo nas *costeiras*, áreas afastadas do pequeno centro urbano, definida na literatura como território tradicionalmente ocupado. Em um segundo momento, a partir das narrativas dos moradores sobre o *tempo antigo*, que remetem a um passado geral e ao pertencimento ao *tronco velho*, procurei delinear a formação histórica da Cajaíba. Utilizei como suporte desta análise, além das narrativas dos moradores, um mapa desenhado por um antigo morador da Praia Grande da Cajaíba, identificando assim os “lugares de memória” (GODÓI, 1999: 116).

No segundo capítulo, “O saber-fazer: uma cosmografia”, descrevo a vida cotidiana e os modos de fazer a partir do microcosmo configurado pela casa e o quintal. Adotei como ponto de partida um recorte empírico bastante específico, o quintal de seu Altamiro e a casa de dona Dica, ambos na Praia Grande da Cajaíba. Descrevi as práticas e

⁹ O uso de mapas locais e de mapas georreferenciado dialoga com o esforço do grupo de pesquisa do qual participo LATA (Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes) em pensar o uso de mapas, tanto da ciência cartográfica como de mapas locais, na pesquisa antropológica. A produção destes mapas, além de ser estimulada pelas discussões realizadas no âmbito do LATA, foi possibilitada pela infra-estrutura disponibilizada pelo Laboratório de Cartografia do Centro de Estudos Rurais (CERES/ UNICAMP).

modos de fazer que dizem respeito, tanto à dimensão técnica da vida cotidiana, quanto ao modo como os moradores percebem e interagem com o ambiente em que vivem. Colocando em evidência como, ao mesmo tempo em que existe uma memória histórica e genealógica ligada ao território, existe também uma memória técnica (LE GOFF, 2003), um saber-fazer que é mantido ao longo das gerações, por meio do engajamento ativo com o ambiente e da interação técnica. Concluindo que, tanto as narrativas, como as técnicas conduzem a um entendimento do mundo informado pela experiência anterior e enriquecido pelo constante processo de habitar o mundo, fazendo com que a territorialidade, quando observada em suas múltiplas dimensões, diga respeito tanto aos aspectos materiais quanto imateriais da vida social. Assim, olhar para um território é, de certa forma, olhar para uma cosmologia.

No terceiro capítulo, “Os caminhos da costeira”, procurei mostrar como os mecanismos locais de ocupação e repartição da terra, ao mesmo tempo em que incorporam novas dinâmicas e atores, apontam para uma continuidade em relação os mecanismos tradicionais ou costumeiros. Para tanto procurei organizar graficamente as relações de parentesco, colocando em evidência, a partir de um mapa local, sua espacialidade, ou seja, como o tecido genealógico está inscrito na paisagem, na distribuição das casas e na divisão dos quintais, apontando para a recorrência de um padrão. Em um segundo momento, tendo em vista analisar as dinâmicas atuais de ocupação do espaço, destaquei, neste mesmo mapa, as edificações com diferentes cores, segundo o tipo de uso e ocupação.

No quarto capítulo, “A vida entre a terra e o mar”, procurei descrever como o território caçara se estende também para o mar e como as dinâmicas marítimas estão profundamente relacionadas à vida em terra. Em um primeiro momento descrevi as atividades relacionadas à pesca que ocorrem na praia, em seguida tratei do cerco flutuante, uma técnica patrimonial bastante característica da região. Por fim, dando conta de uma modalidade pesqueira de caráter mais industrial, que se dá no *mar de fora*, descrevi a pesca do camarão rosa. Na pesca em áreas próximas à praia, tanto de linhada, arpão ou arrasto de praia, observei a profunda conexão com o cotidiano em terra e a participação de grande parte dos moradores, sejam eles homens, mulheres e crianças. A pesca do cerco flutuante, uma técnica trazida por japoneses, aponta para a apropriação familiar de um espaço marítimo específico. Na pesca do camarão rosa, por sua vez, observei outra lógica de

relações, que dizem respeito às dinâmicas entre os tripulantes do barco, sua camaradagem, e à competição entre as diversas embarcações. Por outro lado, procurei chamar atenção para como algumas inovações tecnológicas transformaram os modos de fazer e de dizer da pesca.

Capítulo I - Balaio de memórias

Os primeiros registros coloniais da baía de Paraty datam de 1531, quando a expedição de Martim Afonso de Sousa, que iria fundar a vila de São Vicente, navegou por aqueles mares. Mas foi com o início da exploração do ouro em Minas Gerais, que a cidade ganhou importância, tornando-se um importante entreposto comercial entre a colônia e a metrópole. A Estrada Velha, como ficou conhecido o caminho que ligava o Rio de Janeiro às minas, passava por Paraty, após percorrer um arriscado trecho marítimo entre Sepetiba e o cais da cidade, subindo, em seguida, a Serra do Mar pelo antigo caminho dos guaianazes. Durante o ciclo do ouro a cidade floresceu. Foram construídas igrejas e casarões, as fazendas começaram a se destacar pela produção de aguardente, que ainda hoje movimentava alguns engenhos da região (ANTONIL, 1982).

Contudo, os frequentes ataques de corsários e piratas, atraídos pela grande circulação de riquezas e certamente encorajados pelo ambiente protegido e a costa bastante recortada da baía da Ilha Grande, levou, em 1728, a proibição do escoamento do ouro pela Estrada Velha. O caminho novo, que chegava às minas pela Serra dos Órgãos, evitando o trecho marítimo, tornou-se o único caminho permitido, excluindo Paraty da rota oficial do ouro. Apesar do isolamento decorrente desta mudança na rota comercial, até o início do século XIX a produção de café no vale do Paraíba garantia algum movimento na região e algumas fazendas aderiram ao novo cultivo, mais rentável que o açúcar.

Em 1850 a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz¹⁰ e a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, provocaram o colapso da economia local e o isolamento da região. Paraty, que sempre esteve voltada para o mar, foi completamente excluída da rota comercial e a crise, que já se anunciava com a queda da produção de aguardente e do café, intensificou-se. Com o fim da escravidão as fazendas deixaram de produzir, a manutenção do caminho para Cunha deixou de ser realizada, a região caiu em profundo isolamento. Muitos proprietários abandonaram suas terras e foram procurar melhor sorte na capital (MELLO E SOUZA, 1994). Se em 1833 viviam 9.653 pessoas na

¹⁰ Legislação que proibia o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil.

cidade, em 1920 esta população caiu para 600 habitantes (ARNT e WAINER, 2006). Acentuou-se então um modo de vida caracterizado pela baixa troca comercial e um sistema de acesso à terra baseado no uso, no parentesco e no costume. Este isolamento contingencial provocou a diversificação da agricultura e a intensificação da pesca, dando forma à atual ocupação do território (MUSSOLINI, 1980).

Na década de cinquenta a reabertura da estrada para Cunha e o tombamento do núcleo urbano de Paraty pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reinseriram Paraty no mapa, dando início a um processo de valorização da terra. Paraty assistiu a chegada de pessoas *de fora* interessadas em comprar terras e o retorno de supostos proprietários a procura de suas heranças, terras ocupadas há décadas por pequenos posseiros (MELLO, 2005). Na Cajuíba datam desta década os primeiros registros de imóveis em nome de *pessoas de fora*, externas à *comunidade*¹¹. Foi então que Gibrail Tannus Notari, filho de libaneses radicados em Paraty, comprou a Fazenda Santa Maria¹² e a Fazenda Rio Grande, no Saco do Mamanguá, e registrou os primeiros imóveis na Praia Grande da Cajuíba, na praia do Sono e em diversas outras localidades da baía de Paraty.

Em documentação cartorial referente à sucessão dominial das terras da Praia Grande da Cajuíba¹³, o primeiro registro encontrado em nome de Gibrail data de 26 de março de 1954. Trata-se de uma escritura de cessão de direitos hereditários e de posse em nome da empresa “Pescasul – indústria e comércio S. A.” com sede em São Paulo e filial na Praia do Sono, cujo diretor era Gibrail Tannus Notari. Este documento é importante por

¹¹ Os moradores usam com frequência o termo *comunidade* para se referir ao conjunto de moradores de uma mesma localidade, que compartilham direitos sobre a terra e estão inseridos em uma mesma rede de parentela. Dito isto quero esclarecer que quando utilizar o termo *comunidade* estou me referindo a este significado ênico do termo.

¹² A fazenda Santa Maria foi comprada por Gibrail em 1955 de Theophilo Rameck, que por sua vez a havia comprado em 1935, em uma hasta pública, de Aristóteles Ferreira, que havia herdado a fazenda de seu avô, o padre Manuel Alves Veludo, que por sua vez a havia herdado de seu pai, o também padre José Mateus Álvares Veludo. Este, que ficou conhecido pela crueldade com que tratava seu escravos, desde 1798 passou a adquirir imóveis, concentrando sob sua propriedade todo o segundo distrito da cidade de Paraty, área que corresponde aos exatos 330 alqueires geométricos concedidos em 1580 pela coroa portuguesa, sob forma de sesmaria, ao convento nossa senhora do Carmo, da cidade de Angra dos Reis. Por não ter sido ocupada pelo convento, a sesmaria, em 1622, foi transmitida a Lourenço Gil e Marcos Fernandes e posteriormente fragmentada em diversas propriedades (MELLO, 2005: 226 - 227 e JÚNIOR, 2005).

¹³ Solicitada ao cartório de Paraty pelo chefe da Reserva Ecológica da Juatinga tendo em vistas os estudos para a recategorização da reserva pela consultoria Igara.

situar no tempo o início de suas investidas na região e por apontar a simultaneidade de sua atuação na Praia Grande e na Praia do Sono.

Os moradores do Sono conseguiram barrar, trinta anos mais tarde, a pressão e ações possessórias de Gibrail. O estado do Rio de Janeiro, diante da gravidade do conflito e da mobilização dos moradores, decretou, em 1987, a Praia do Sono área de utilidade pública¹⁴. Dez anos mais tarde foi instaurada uma ação discriminatória¹⁵, que ainda tramita no Supremo Tribunal Federal. Até que a ação seja julgada nenhuma posse pode ser comprada ou vendida. Ficou famosa a história de uma surra de urtiga que as mulheres da Praia do Sono teriam dado em Gibrail, ao expulsá-lo da praia, onde nunca mais teria pisado. Fato é que, embora o conflito esteja adormecido e a situação fundiária ainda não tenha sido regularizada, os moradores conseguiram uma trégua (CAVALIERI, 2003).

Em 1974 a construção do trecho entre Angra dos Reis (RJ) e Ubatuba (SP) da rodovia BR-101 abriu as portas da cidade para o turismo, acentuando as disputas fundiárias e o ciclo de evasão dos moradores da zona costeira rumo à periferia de Paraty, principalmente para Ilhas das Cobras, Parque da Mangueira e Pantanal. A estrada trouxe o crescimento do turismo e da especulação imobiliária, áreas enormes foram demarcadas a partir de escrituras de áreas pequenas. Os antigos moradores foram expulsos com ameaças e violência, vendendo muitas vezes sua terra por quantias irrisórias, por não conhecer o valor exato do dinheiro (MATTOSO, 1979: 11 e SIQUEIRA, 1984).

Na localidade de Trindade, próxima à BR 101, os conflitos fundiários ao longo da década de setenta foram bastante graves, levando a expulsão dos moradores de suas terras por uma incorporadora que tinha intenção de construir um pólo turístico no local. Um grupo de pessoas *de fora*, composto por estudantes, jornalistas e advogados, ajudaram os moradores a articular o movimento “Trindade para os trindadeiros”, que conseguiu barrar a atuação da incorporadora e reaver parte das posses que foram compradas mediante pressão e a preços muito abaixo daqueles praticados pelo mercado¹⁶.

¹⁴ Decreto nº 9655 de 19/04/1987.

¹⁵ A ação discriminatória da Praia do Sono foi ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado em face de Gibrail Nubile Tannus e sua mulher Maria Leny de Andrade Tannus em 14/02/1997.

¹⁶ Sobre isto é interessante o documentário *Vento Contra*, dirigido por Adriana Mattoso em 1979. (Disponível em: <http://vimeo.com/34568694>).

Embora na Cajaíba, segundo o levantamento de registros de imóveis, ao longo da década de setenta tenha havido novamente o aumento de terras registradas em cartório por pessoas *de fora*, o afastamento da região em relação à rodovia e a ausência de estradas secundárias, que ainda hoje limitam o acesso à região por via marítima, resguardou de certa forma as localidades da enseada da pressão imobiliária que se acentuava nas áreas mais próximas à cidade e à rodovia.

A especulação imobiliária e, sobretudo, a mudança do valor da terra, de seu valor de uso para seu valor de troca, acentuou-se na Cajaíba em dois momentos distintos. Em um primeiro momento o crescimento da importância da pesca embarcada na economia local, que, segundo as narrativas dos moradores, ocorreu no final da década de setenta¹⁷, deslocou o foco das atividades produtivas da terra para o mar, dando início a um processo de venda de terras que possibilitava a compra de embarcações motorizadas e de outros equipamentos de pesca.

Em um segundo momento, a chegada do turismo, que se intensificou somente a partir da década de noventa, devido à dificuldade de acesso à região, trouxe uma alternativa econômica e o surgimento de uma nova categoria de proprietários, os *veranistas*. Entre as localidades da enseada da Cajaíba a aquisição de pequenas posses e de casas por *veranistas* foi particularmente acentuada no Pouso da Cajaíba, onde atualmente existem 97 casas de moradia de famílias caiçaras e 56 casas de *veranistas* (IGARA, 2011, vol. 1).

Na Praia Grande da Cajaíba, ao contrário, as terras foram adquiridas apenas por Gibrail, que coagia os moradores a não venderem terras para outros. O herdeiro do espólio de Gibrail não é chamado de *veranista*, pelos moradores, mas de *dono*. Nesta localidade o conflito se agravou muito nas últimas décadas, quando os herdeiros de Gibrail deram continuidade às suas investidas com a constante presença de caseiros que impediam a realização das atividades cotidianas e tradicionais e da instauração de processos de reintegração de posse contra os moradores, valendo-se dos registros de imóveis de seu espólio¹⁸. Como mostram diversos estudos realizados na região, Gibrail apropriou-se das

¹⁷ Nas entrevistas com os moradores mais velhos, que hoje têm entre cinquenta e sessenta anos, foi recorrente o relato que foi a geração deles que começou a pescar *lá para fora*.

¹⁸ No título formal de partilha do espólio de Gibrail constam diversos registros de imóveis na Praia Grande da Cajaíba, um da década de cinquenta, um no final na década de setenta e três na primeira metade da

terras dos caiçaras “*com grosseira e irrefutável falsificação cartorial e atos de terrorismo contra os moradores*” (VIANNA, 2008: 73, ver também RIO DE JANEIRO, 1991; CAVALIERI, 2003 e JÚNIOR, 2005), por isto ficou conhecido na região como o grileiro da caneta vermelha. Segundo o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu¹⁹, atualmente, os herdeiros de Gibrail, reivindicam 25% da área da Reserva Ecológica da Juatinga, a Fazenda Santa Maria, de 1.300 há, que inclui Praia do Sono e Ponta Negra e a Fazenda da Praia Grande da Cajaíba de 1.200 há (BRASIL, 2005).

Nesta época foi construído o condomínio Laranjeiras, um condomínio de luxo, que ocupa uma área de 1.131,44 há, entre a praia da Trindade e a Praia do Sono. Hoje o principal conflito dos moradores da face sul da península da Juatinga com o condomínio é o controle do acesso às localidades. As praias da face sul são praias de tombo, que não oferecem abrigo para os barcos. Por esta razão o cais dos pescadores destas localidades fica no local onde foi construído o condomínio, que desde então controla quem entra e quem sai e o que é transportado.

Em 1992 foi criada Reserva Ecológica da Juatinga (REJ)²⁰, abrangendo toda a área da península da Juatinga, uma unidade de conservação estadual, sobreposta à Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu. A reserva foi criada com o intuito de preservar um importante remanescente de mata atlântica em uma região bastante estratégica, entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disto, foi uma das primeiras unidades de conservação que incluiu entre os objetivos o fomento à cultura caiçara local. Embora a REJ tenha completado 20 anos, sua institucionalização ainda é bastante precária, desde a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no ano 2000, arrasta-se o processo de compatibilização da reserva à norma. A incerteza sobre a categoria que seria adotada, se a população poderia ou não continuar a viver no lugar, além de uma relação bastante conflituosa entre os moradores e o órgão ambiental, caracterizaram um prolongado período de incertezas.

década de setenta. Os imóveis registrados em diferentes datas foram avaliados no inventário, de 1998, em 750 mil reais cada um.

¹⁹ Criada em 1983 pelo Decreto Presidencial nº 89.242.

²⁰ Decreto Estadual nº 17.981, 30 de outubro de 1992.

Embora o decreto de criação da reserva incluísse entre os objetivos a preservação do modo de vida dos moradores, não previa nenhum mecanismo que promovesse de fato a participação da população na gestão do território ou que levasse em conta as técnicas tradicionais de manejo e uso dos recursos. As atividades tradicionais foram coibidas, sem que fossem feitos acordos ou fossem propostas alternativas. A agricultura de coivara foi condenada, assim como a caça, a extração de recursos florestais e a construção de novas moradias. Conseqüentemente houve o aumento da pesca e das atividades ligadas ao turismo, assim como a intensificação da venda de terras.

Inicialmente a gestão da reserva era atribuída ao Instituto Estadual de Florestas (IEF- RJ), a escassa presença do órgão na região nos primeiros anos não implicou em grandes conflitos com os moradores²¹, mas não impediu que intensos processos de disputas fundiárias se agravassem em seu interior, sobretudo na última década. A situação fundiária da reserva continua sendo bastante problemática, se por um lado a imensa maioria dos moradores não tem o título das terras ocupadas por eles há pelo menos cinco gerações, predominando o domínio da terra na forma de posses e espaços de uso comum, algumas famílias *de fora* possuem escrituras de extensas áreas registradas em cartório. Nestes registros é ignorada a presença de moradores e os limites das propriedades são colocados de forma arbitrária, as vezes confinando com as terras de outra família *de fora*.

Em 2007 o governo do estado do Rio de Janeiro fundou o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), através da fusão de três instituições, a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). A gestão da REJ passou a ser uma atribuição da gerência de unidades de conservação de proteção integral, da diretoria de biodiversidade e áreas protegidas do INEA, o que coloca em evidência o lugar que a população local ocupa nas políticas

²¹ É necessário abrir uma exceção aqui para a relação entre o IEF e os moradores da Praia Grande da Cajaíba. Em agosto de 2005 o IEF demoliu três ranchos caiçaras na praia, sob alegação de que eram usados para atender turistas, e não para armazenar instrumentos de pesca. Foi aberto então um Inquérito Civil que noticiava a prática de atos ilegais do IEF contra os moradores da Praia Grande da Cajaíba. A partir deste Inquérito o Ministério Público requereu a condenação dos servidores do IEF por improbidade administrativa “haja vista os indícios de desvio de poder, que indicam que a operação teve por objetivo fomentar interesses pessoais” (Tribunal Regional Federal 2º Região, processo 2005.02.01.014624-0).

conservacionistas do estado, que se de um lado criminaliza suas práticas, por outro procura integrá-las nas unidades de conservação.

No início de 2011 o INEA deu início ao processo de recategorização da reserva através da contratação da empresa de consultoria “Igara - Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental”, que ficou responsável por apresentar uma proposta de categoria de unidade de conservação para a área. O estudo, realizado por Anna Cecília Cortines e Paulo Nogara, foi entregue ao INEA no dia 22 de agosto de 2011, após ser apresentado em uma reunião na cidade de Paraty na qual os consultores apresentaram sua proposta de recategorização aos gestores do INEA e aos moradores da reserva.

Em entrevista com o gestor da REJ em março de 2011 ficou evidente o desconhecimento que havia sobre a situação dos moradores da reserva. Questionado sobre os conflitos fundiários da Praia Grande, respondeu-me que se tratava de uma questão entre particulares e não cabia ao órgão gestor ter um posicionamento a respeito. Também disse que a ausência de infraestrutura impedia uma efetiva fiscalização da reserva, as únicas áreas que são de fato fiscalizadas e onde há controle sobre novas edificações, são as localidades da face sul da Juatinga. Esta fiscalização, conforme dito pelo gestor, é realizada pelo Condomínio Laranjeiras, pelas mesmas razões anteriormente mencionadas, o que coloca em evidência, neste caso, uma tipo de parceria informal entre o órgão gestor e particulares.

Este breve relato da história local tem como objetivo situar o leitor nas tramas históricas que levaram a configuração de uma territorialidade particular. A inserção de Paraty como entreposto comercial durante o ciclo do ouro, e em menor medida no ciclo do café, propiciou uma intensa conexão da história local com os principais ciclos econômicos do sudeste brasileiro. Contudo, sua inserção marginal na economia abrangente, a partir de meados do século XVII, quando foi proibido o escoamento do ouro pela Estrada Velha e sua exclusão da rota comercial a partir do final do século XIX, com a proibição do tráfico de pessoas escravizadas e a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio de Janeiro, levaram ao isolamento da região que perdurou, de forma marcante, até meados do século XX. O isolamento possibilitou a formação de um tipo de ocupação definida como um território tradicionalmente ocupado.

Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2008: 142) os territórios tradicionalmente ocupados são fruto de mecanismos colocados em prática para assegurar o acesso à terra que não se pautam pelo direito dominante. Muitos desses territórios, no contexto brasileiro, tiveram origem no processo histórico de desagregação e decadência do sistema de *plantation* e compreendem situações em que os proprietários doaram, entregaram ou abandonaram suas terras. Diversos grupos sociais, protegidos por diferentes situações de invisibilidade, ocuparam estes espaços intersticiais, ora afastados ora alvo das frentes de expansão capitalista. Esta marginalidade contingencial possibilitou o surgimento de diferentes formas de apropriação territorial e, conseqüentemente, de diferentes territorialidades. No final do século XX e início do século XXI muitos destes territórios tornaram-se frentes de expansão capitalista. Na região estudada os principais processos que incidem sobre a região são a especulação imobiliária e a conservação ambiental.

Os territórios tradicionalmente ocupados podem ser descritos somente a partir de seus contextos etnográficos específicos, pois incluem uma variedade de formas de ocupação da terra, que combinam formas de apropriação familiar com áreas de uso comum, regidas por decisões coletivas, fundamentadas no direito costumeiro e nas redes de parentesco. No Brasil estes territórios e os conhecimentos e modos de fazer a estes associados, são cada vez com maior frequência acionados na construção de identidades coletivas, que possibilitam o surgimento de movimentos sociais e a construção de categorias jurídicas, como povos tradicionais, que têm grande importância política no que diz respeito ao reconhecimento de direitos territoriais e a manutenção de lógicas e paisagens locais (ALMEIDA e CUNHA, 2009).

Atualmente há uma mobilização entorno da identidade caiçara, uma categoria outrora exógena e pejorativa que foi apropriada e é defendida, na tentativa de assegurar a permanência desta população em seus territórios, que correspondem à grande parte do litoral do sudeste brasileiro.

As tramas da terra

Na Cajaíba as dinâmicas territoriais se deram de tal maneira que a memória local guarda lembranças das histórias do *tempo dos índios*, do *tempo dos escravos* e do *tempo dos antigos*. Hans Staden (1974) quando capturado pelos tupinambás, ficou em lugar que chamou de Ocara Açu, que com grande probabilidade corresponde ao Pico do Cairuçu, onde os moradores dizem que era a maior das aldeias. O Padre Anchieta, em sua viagem pelo litoral para apaziguar os tupinambás, inimigos dos portugueses e aliados dos franceses, passou uma noite no Pouso da Cajaíba, onde plantou um pé de tamarindo²². Sua visita conferiu o nome à localidade e o tamarindo tornou-se uma importante referência, ao redor de seu tronco largo e sua copa frondosa foram construídos, ao longo do tempo, a igreja, a escola, o posto de saúde e a central do telefone público, alimentado por energia solar.

A gente chama caiçara, pescador, porque mora na beira do mar e sabe pescar, mas nós temos sangue de índio e de negro. Minha bisavó, mãe da minha mãe, era negra e o pai do meu bisavô era índio. A Dona Dica é índia, meu pai sabia contar que a família do pai dela era descendente dos índios. Lá no Pico do Cairuçu era a aldeia deles e de lá eles se espalharam por tudo isso daqui. É por isso que não posso abandonar essa gente, os índios, o pessoal do quilombo, os caiçaras, a gente tá tudo junto. Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, 2011.

A paisagem local é repleta de vestígios deste passado, em meio aos caminhos ainda hoje utilizados, ou em lugares já cobertos pela mata, muros e caminhos de pedra, construídos no tempo dos escravos como, por exemplo, as ruínas da Fazenda Velha, na praia de Martim de Sá, a meia hora de caminhada do Pouso da Cajaíba. O caminho para Martim de Sá sobe pelo Morro do Diogo, passa pela Toca da Onça e desce para a praia, há trechos do caminho feitos de pedra. Contam que em Martin de Sá havia uma fundição de moedas de ouro e que, com a proibição da escravidão, tornou-se um local de desembarque

²² Segundo Diuner Mello isto ocorreu no ano de 1563 (MELLO, 2005: 222).

clandestino de escravos, que eram levados a pé até o fundo do Saco do Mamanguá e depois vendidos em Paraty-Mirim. Neste caminho alguns conseguiam fugir e teriam permanecido nos morros da Praia Grande da Cajaíba, em um lugar bastante afastado da praia, chamado de Cachoeira do Quilombo, onde teria existido o primeiro quilombo da região (MELLO, 2005).

O *tempo dos escravos* aparece nas narrativas locais como histórias de assombrações e de tesouros escondidos. Com frequência estas histórias são espacialmente situadas, conferindo nomes e acionando determinadas relações com estes lugares. As histórias *do tempo antigo*, contadas pelos mais velhos, falam de um tempo em que os bichos falavam, de tachos de ouro e prata enterrados, protegidos por maldições e encantamentos, piratas europeus que desembarcavam naquelas praias e por ali resolviam ficar, encantados e assombrações que habitam as matas e cachoeiras. Muitas dessas histórias falam sobre assombrações, há lugares que são evitados, como a Fazenda Velha, sobre a qual há relatos de frequentes aparições da *mulher vestida de branco*, ou a Vargem do Paulista, na Praia Grande, onde havia apenas um morador, no tempo da escravidão, que foi assassinado e ainda hoje grita pedindo socorro. A ilha da Cotia, outro exemplo, próxima à entrada do Saco do Mamanguá, ponto de encontro dos barcos de pesca, é um local onde poucos pescadores tem coragem de desembarcar. Lá existe um poço antigo, hoje coberto pelo mar, um lugar mal assombrado, onde há correntes antigas, onde eram presos os escravos.

A Praia Deserta, a última e mais isolada praia da enseada da Cajaíba, é um local raramente frequentado pelos moradores. Contam que há uma toca no morro, um abrigo natural, onde também existem correntes presas na pedra, os homens eram deixados lá pra morrer de fome e sede, mas eram devorados antes pelos *maruins*²³. Contam que uma vez por ano ouvem-se gritos na Deserta. Kica e Everaldo, ela da Praia Grande da Cajaíba, ele da Ilha do Araujo (Paraty) moram há oito anos na praia, onde trabalham como caseiros. Embora a terra não lhes pertença, eles mantêm um modo de vida tradicional, sua filha mais velha, Yasmin, vai de barco para a escola, em Calhaus. O casal planta e cria animais de

²³ Também chamados de mosquito pólvora.

pequeno porte em seu quintal, Everaldo pesca. Apesar de terem uma vida tranquila, Kica, que conhece muito bem as *histórias dos antigos*, quando seu marido sai para pescar, fecha a casa toda no final da tarde e não deixa as crianças saírem, pois tem medo dos *coisa ruim* que vivem naquele mato.

Conforme me explicou seu Luís, antigo morador da Praia Grande da Cajaíba, ao longo das longas conversas que tivemos na cozinha de dona Dica, sua irmã, estas histórias de assombração *vêm do tempo dos escravos, do sofrimento dos homens que foram mortos nas fazendas daquele tempo*. São muitas as histórias de torturas, sofrimentos e maldades, que não haveria motivo para expor aqui. Contudo, o passado não aparece apenas como sofrimento e mal-assombro, ao contrário, também aparece como dádiva, nas histórias, algumas vezes narradas em primeira pessoa, sobre os tesouros. Estes, conforme me foi explicado, aparecem apenas para a pessoa escolhida, outra não é capaz de enxergá-lo, muito menos tocá-lo. O tesouro se revela apenas para quem é destinado.

Transcrevo a seguir algumas histórias sobre tesouros, certas aconteceram há bastante tempo, outras mais recentemente. Em respeito à importância que estas histórias têm para seus narradores e a lógica do segredo e da distribuição cautelosa de informações, comum tanto aos tesouros como às regras que regem a relação com o mar e com a mata, omito as personagens destas histórias, adotando, neste caso específico, nomes fictícios.

Dona Margarida estava lavando roupa no rio quando a água fez um caramujo, um remoinho, aquele caramujo trouxe para cima da água um cordão de ouro, alguns dizem que não era um cordão, mas uma lagosta de ouro. A senhora chamou seu filho, que estava perto, e pediu para que ele o pegasse, pois ela tinha medo. O cordão, ou lagosta, desapareceu assim que seu filho se aproximou e dona Margarida nunca mais viu nada parecido com aquilo.

José sonhou três noites seguidas com uma pessoa que lhe dava indicação de um tesouro de ouro e prata. No sonho uma voz revelava o lugar exato onde estava escondido, perto de um pé de jaca próximo à praia, um lugar muito frequentado por todos. No sonho a voz dizia certinho o caminho que deveria

fazer para encontrar o tesouro. Disse que uma parte deveria dar aos pobres, com outra deveria mandar rezar uma missa para ele, que estava perdido por causa daquele ouro, e a outra parte ficava para José, que nunca mais precisaria trabalhar. Mas que fosse sozinho, que ele lhe indicaria o caminho. Mas José, tomado pelo medo, chamou o cunhado para ir com ele, e por isso, além de não encontrar o tesouro, se perdeu no mesmo caminho por onde andou a vida toda.

Dois meninos estavam pegando pitú²⁴ na cachoeira. Joaquim viu uma pedra brilhante no fundo da água, João não conseguia ver nada. Joaquim pedia para que João, que estava com o puçá²⁵, passasse a rede naquele ponto, mas o puçá não pegava nada. Quando João foi jogar o engodo²⁶ em outro ponto, Joaquim passou o puçá e conseguiu pegar a pedra. João quando viu aquilo cresceu o olho, mas disse para o primo que aquela pedra não tinha valor nenhum. Mas a tomou da mão de Joaquim e saiu correndo. Joaquim chegou em casa chorando e contou a história para o pai, que foi até a casa do pai de João, que lhe disse que aquela pedra não valia nada e que tinham botado fora. Anos mais tarde uma pessoa de fora, que ficou sabendo da história, foi perguntar da pedra para o pai de João. Depois de ver a pedra se ofereceu para levá-la para São Paulo ou Rio de Janeiro para ser avaliada, se valesse alguma coisa, e ele acreditava que não valia nada, traria o dinheiro para ele. Este homem nunca mais voltou e dizem que hoje tem duas mansões que foram construídas com o dinheiro da pedra.

A partir destas histórias pode-se perceber como os tesouros são objetos, imaginários ou materiais, carregados de significados e agências de ordem sobrenatural. São imbuídos de uma ética do segredo que, se quebrada, impede que o tesouro chegue ao seu

²⁴ Crustáceo de água doce, também chamado de lagostim.

²⁵ Pequena rede presa na ponta de duas longas varas de bambu.

²⁶ Massa feita com farinha de mandioca e água usada para atrair os pitús.

destino, ao seu destinatário. Os tesouros são portadores de fortuna, entendida tanto como riqueza material quanto como sorte ou destino. O caráter dúbio da fortuna, que pode significar tanto êxito como insucesso, faz com que os tesouros sejam muito temidos, pois sempre carregarem consigo o embrião da desventura e do conflito.

Segundo Gioconda Mussolini estas tradições orais colocam em evidência a “identidade da cultura básica do litoral brasileiro”, uma tradição oral repleta de *almas penadas* de pescadores que perderam a vida no mar, lendas sobre tesouros que ficaram enterrados na época da pirataria, crenças na *mãe d’água* ou *mãe do ouro* (MUSSOLINI, 1980: 238). Estas histórias não são entendidas por seus narradores como folclore ou lenda, mas estão relacionadas a fatos do passado que podem ter manifestações reais no presente, influenciando a maneira como é percebido o espaço. Neste sentido, segundo a perspectiva local, qualquer pessoa está sujeita a encontrar, navegando naqueles mares, João Navegante, cuja canoa navega na terra e sobe montanhas, ou a canoa dos doze homens, que afundou indo para a Ilha do Araujo, no dia do casamento, com os esposos e convidados a bordo.

A estas narrativas carregadas de elementos mágicos somam-se as memórias familiares do *tempo antigo*, uma memória genealógica ligada à formação do *tronco velho*, a geração mais antiga, que deu origem aos diferentes *troncos*, os grupos familiares e aos *tronquinhos*, as unidades familiares. A memória genealógica retrocede, entre as pessoas mais velhas que entrevistei, a até seis gerações, *nascidas e criadas na terra*²⁷, como ficou evidente nas genealogias feitas com os moradores do Pouso da Cajaíba (seu Miguel, seu Doracil, dona Marlene e Ticoti) e da Praia Grande da Cajaíba (seu Altamiro, dona Jandira, dona Dica e seu Luís)²⁸.

²⁷ É interessante notar que a expressão *nascido e criado* é recorrente em diversos contextos etnográficos brasileiros como categoria de pertencimento, tanto genealógico, como do pertencimento ligado à vida cotidiana.

²⁸ As relações de parentesco serão tratadas em maior detalhe no capítulo 3, sobretudo a partir das relações de filiação entre as casas do Pouso da Cajaíba. Alguns diagramas genealógicos foram elaborados com moradores mais novos, a ênfase destas genealogias recai mais nas ramificações horizontais do que na profundidade geracional.

O pessoal daqui era tudo nascido e criado do tronco. Tronco quando eu falo é tronco dos mais velhos. Seu Liziário, seu Filhinho, os meus irmãos, a dona Maria, a dona Dica, todos do tronco. Seu Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Neste testemunho seu Altamiro fala sobre o *tronco velho*, a expressão apareceu em outros depoimentos e remete aos primeiros moradores que deram origem a todas as famílias da região. O *tronco velho*, através das relações de casamento, se espalhou por toda a Juatinga, dando origem aos vários *troncos*, ou seja, as famílias e os *tronquinhos*, as unidades familiares. As relações de parentesco e os mecanismos de repartição e ocupação da terra são orientados por estas redes de parentela e serão descritos no terceiro capítulo.

O “trabalho da memória”, entendido como as narrativas que edificam a história de formação do grupo, é gerador de identidade, por meio destas narrativas são erigidas as regras de pertencimento e de exclusão. Segundo Emilia Pietrafesa de Godói (1999) estas narrativas contêm tanto traços do realismo quanto do maravilhoso, por esta razão não podem ser consideradas nem como mito, nem como história, mas apontam para um caminhar da história em direção ao mito. É interessante notar que em Zabelê, um dos povoados do sertão do Piauí onde a autora realizou sua pesquisa, narrativas ligadas à formação do *tronco velho* aparecem com maior força no momento em que os direitos territoriais dos moradores estavam ameaçados pela implantação de uma unidade de conservação. Situação em parte semelhante a que encontrei na Cajaíba, onde os moradores, além de temer qual seria a categoria de unidade de conservação adotada, resistiam há décadas à pressão imobiliária sobre suas terras. Acredito que, de um lado, o contexto de conflito, e de outro, o gosto local pelas histórias, histórias de pescador como se diz, contribuíram para a continuidade e o apreço por estas memórias.

O caminhar da história em direção ao mito fica evidente quando ao lado das histórias de tesouros nos deparamos com as histórias do *tempo antigo*, ligada à memória das gerações passadas.

Primeiro, no tempo dos antigos era muita gente minha querida, era muita gente, no tempo da bandeira do divino, do santo sair pra roça, era uma semana, duas, três semanas. Vinha aqui cantando na casa do pessoal mais velho, amanhecia o dia, era café de cana a noite toda para o folião. O pessoal mesmo da dança, batia aquela caixa e carregava a bandeira, e cantava em toda casa aqui na Praia Grande e ia indo pro Escaléu²⁹, Pousou, ia rodando a costa inteira, era muito bonito, eu alcancei isto daí, eu alcancei, mas era pouco, não era o que tinha de primeiro. Os foliões, eu me esqueço o nome deles, que os velhos morreram e aí passou para os novatos, era muito bonita aquela época, acabou-se tudo, eu me lembro até o dia de hoje, me dá até vontade de chorar, mas vai fazer o que, a vida é essa. Pronto. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Nestas narrativas do *tempo antigo* é frequentemente acionada uma memória de um tempo de fartura ligada, sobretudo, ao trabalho na terra. Neste testemunho de dona Dica fica evidente uma percepção da decadência dos tempos atuais. *Acabou-se tudo* foi uma expressão que ouvi diversas vezes nas conversas com os mais velhos. A folia de reis deixou de acontecer nas últimas décadas, assim como os bailes e as cirandas. As antigas tradições festeiras foram abandonadas em parte pelo crescimento da religião evangélica, em parte pela redução do número de moradores e do trabalho na lavoura, ao qual estavam associadas.

Embora alguns moradores ainda mantenham roças e casas de farinha, como dona Dica, o cultivo da terra hoje é trabalho praticado por poucos. Grande parte dos alimentos vem *de fora*, os alimentos industrializados são vistos como piores e até nocivos. O deslocamento das atividades produtivas da agricultura, para a pesca e o turismo, desarticulou o sistema de trabalho familiar, os mutirões e os mecanismos de ajuda mútua, que eram necessários para o trabalho nos roçados, fragmentando a antiga solidariedade que havia entre os moradores de uma mesma localidade. Embora persistam mecanismos

²⁹ Variação do nome da localidade de Calhaus.

semelhantes nas atividades de pesca, no geral elas envolvem um número menor de pessoas.

Ellen Woortmann (1991) descreveu um processo semelhante em seu estudo sobre gênero em comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte, onde o passado é visto como um tempo de fartura e de complementaridade entre o trabalho dos homens e o das mulheres, quando eles se encarregavam da pesca e elas dos roçados, cultivados nas *soltas*, as terras de uso comum. A fartura estava relacionada ao trabalho familiar, que supria todas as necessidades domésticas, conjugando o uso da terra e do mar, não estava ligada ao dinheiro, pois a circulação de grande parte dos bens alimentares não se dava pela via mercantil, ao comércio era destinada parte do pescado salgado. O nexos monetário não predominava nas relações cotidianas. Nas comunidades pesqueiras do nordeste grandes mudanças foram provocadas pela chegada do arame farpado e o conseqüente fim das terras soltas, domínio basicamente feminino, rompendo a complementaridade que havia entre os sexos. A chegada da monocultura de cana-de-açúcar e de empreendimentos imobiliários provocaram uma “corrida aos cartórios” por parte de grupos econômicos que registraram em seu nome as terras soltas, reduzindo a esfera de atuação das mulheres e tornando-as dependentes de seus maridos.

O contexto descrito por esta autora apresenta tanto semelhanças quanto diferenças em relação à Cajaíba, mas aponta para especificidades dos processos históricos vividos por distintos grupos de agricultores e pescadores e a intersecção, nem sempre clara, entre passado e presente, terra e mar, mulher e homem. Também na Cajaíba no *tempo antigo*, a fartura estava ligada ao trabalho na lavoura e não à circulação de dinheiro.

Todos trabalhavam na roça, todo mundo tinha tudo, mas não tinha dinheiro, porque não tinha ninguém para comprar. Careca, Saco do Mamanguá, ano de 2012.

Contudo, diversamente do contexto estudado por Woortmann, a agricultura era um trabalho executado tanto por mulheres como por homens. A abundância de peixes e a proximidade dos pesqueiros, não implicavam em um afastamento prolongado da terra, e a pesca, muitas vezes, era também uma atividade compartilhada pela família.

Me lembro até o dia de hoje, aquelas crianças tudo miudinho, a falecida Ana Rosa quando morava aí com o falecido Genésio, era tudo escadinha, eles traziam tudo cá pra cima pra trabalhar, o dia inteirinho trabalhando. Trazia panela de feijão cozido, quando eles não traziam cozinhavam na roça. As meninas ficavam lá fazendo o fogão a lenha pra cozinhar as comidas. Tainha, naquela época era fartura de tainha, eles traziam aquela quantidade de tainha e ficavam. Com o tempo bom assim fazia na roça um paiol³⁰, capaz até de ficar com as crianças mesmo. E eles ali dia inteirinho, desde umas cinco até o sol baixar, trabalhando na roça. Ia na barraca, comia, almoçava, descansava um pouquinho e emendava no serviço, eles tinham fartura hein, fartura. Olha, mas tudo se acabou, hoje eu olho aquilo ali, aqui era tudo roça de seu falecido Genésio, o homem madrugava aqui na roça, ele e a mulher e a filharada toda, até os pequenininhos, os mais velhos tomava conta dos pequenininhos de peito, por causa da onça, colocava na rede de palha, como eu faço. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Dona Dica contou-me, enquanto caminhávamos no local estava coletando sapê, que ali, no passado, era a roça de Ana Rosa e seu Genésio. Embora fale desta família em particular a dinâmica descrita era compartilhada pelos outros moradores da Praia Grande da Cajaíba. O tempo antigo é lembrado pela fartura e o trabalho, naquele tempo todos trabalhavam desde cedo, as crianças cresciam indo com os pais para a roça e para a pesca, brincadeira e trabalho se misturavam. A pesca era realizada em canoas, no *mar de dentro*, em áreas próximas à *costeira*.

Os mais antigos não saiam daqui, não saiam pra pescar lá fora. Foi minha geração que começou. Conta seu Altamiro, hoje com quase sessenta anos.

Era um tempo de união e de festas, quando as *comunidades* se reuniam para os bailes que duravam mais de um dia e todos pernoitavam na localidade onde era realizada a

³⁰ Palhas colocadas dentro do abrigo, ou casa de roça, que servia para dormir.

feira. As relações entre as localidades eram muito mais estreitas, pois raras eram as visitas à cidade, para vender algum excedente, farinha de mandioca, lenha ou peixe salgado, que eram transportados nas canoas de voga³¹.

Ao contrário do que ocorreu no nordeste, na Cajaíba, as terras de uso comum não foram privatizadas pela monocultura, mas transformadas em reserva ecológica, tornando-se cada vez mais cobiçadas por veranistas e empreendedores da área do turismo. Assim a lavoura não foi abandonada pela perda da posse das terras, mas pela criminalização da agricultura itinerante e das queimadas, pelo crescimento da participação dos homens na pesca embarcada, que os afastou do cotidiano em terra, onde eram indispensáveis para o trabalho na lavoura, e pela renda alternativa oferecida pelo turismo, mais atraente do que a economia de subsistência vinculada à lavoura.

Narrativa cartográfica, memórias e percepções

“Cada lugar incorpora o todo a partir de um nexu particular com ele, e neste aspecto é diferente de todos os outros lugares. Um lugar deve suas características às experiências que proporciona aqueles que passam o tempo lá – aos cenários, sons e até cheiros que constituem seu ambiente específico. É a partir deste contexto relacional de envolvimento das pessoas com o mundo, nas práticas do habitar, que cada lugar tem um significado original.” (INGOLD 2000: 192 - 193, tradução minha)³².

Associada a estas memórias do *tempo dos piratas, dos escravos e dos antigos*

³¹ As canoas de voga eram grandes embarcações feitas com um único tronco de árvore remadas por quatro pessoas e uma pessoa no leme.

³² “Each place embodies the whole at a particular nexus within it, and in this respect is different from every other. A place owes its character to the experiences it affords to those who spend time there – to the sights, sounds and indeed smells that constitute its specific ambience. It is from this relational context of people’s engagement with the world, in the business of dwelling, that each place draws its unique significance” (INGOLD 2000: 192 - 193).

existe, entre os moradores da Cajaíba, uma memória toponímica que contém informações sobre a história do grupo e a história da ocupação da terra. A memória histórica não está associada somente às narrativas orais, existe também uma memória temporal impregnada na paisagem, que pode ser lida como uma narrativa, ao tornar-se inteligível quando seus aspectos nos são revelados, colocados em evidência, apontados.

Dialogando com a perspectiva do habitar, proposta por Ingold (2000), considero aqui a paisagem, não como uma representação cognitiva ou simbólica do ambiente, mas como o registro permanente da vida das pessoas que habitam e habitaram aquele lugar. Assim, não se trata de entender o território como uma representação mental de um espaço físico, mas de observá-lo enquanto um espaço historicamente constituído por uma multiplicidade de relações, que existiram no passado e que existem no presente, nas quais tomaram parte não somente humanos, como também animais e plantas. A paisagem é entendida como o resultado de uma complexa rede de interações entre humanos e não humanos, seres animados e inanimados, que ocorreram no passado e que acontecem no presente. O território, imbuído das relações sociais que comporta, é um espaço vivido antes que concebido, materializa-se na paisagem, em cujos contornos e caminhos estão traçadas as tramas das vidas das pessoas.

A maneira como as pessoas entendem e se relacionam com o ambiente em que vivem é sufocada e distorcida quando procuramos enquadrar estas relações em um modelo de pensamento cartesiano ou dicotômico, que tende a defini-las a partir de fronteiras e separações. Na tentativa de não cair em uma distinção entre o naturalmente real e o culturalmente imaginado, procuro, através do diálogo com a cosmografia, traçar uma descrição do território que procura apontar, de fato, para as percepções que as pessoas têm do ambiente que habitam.

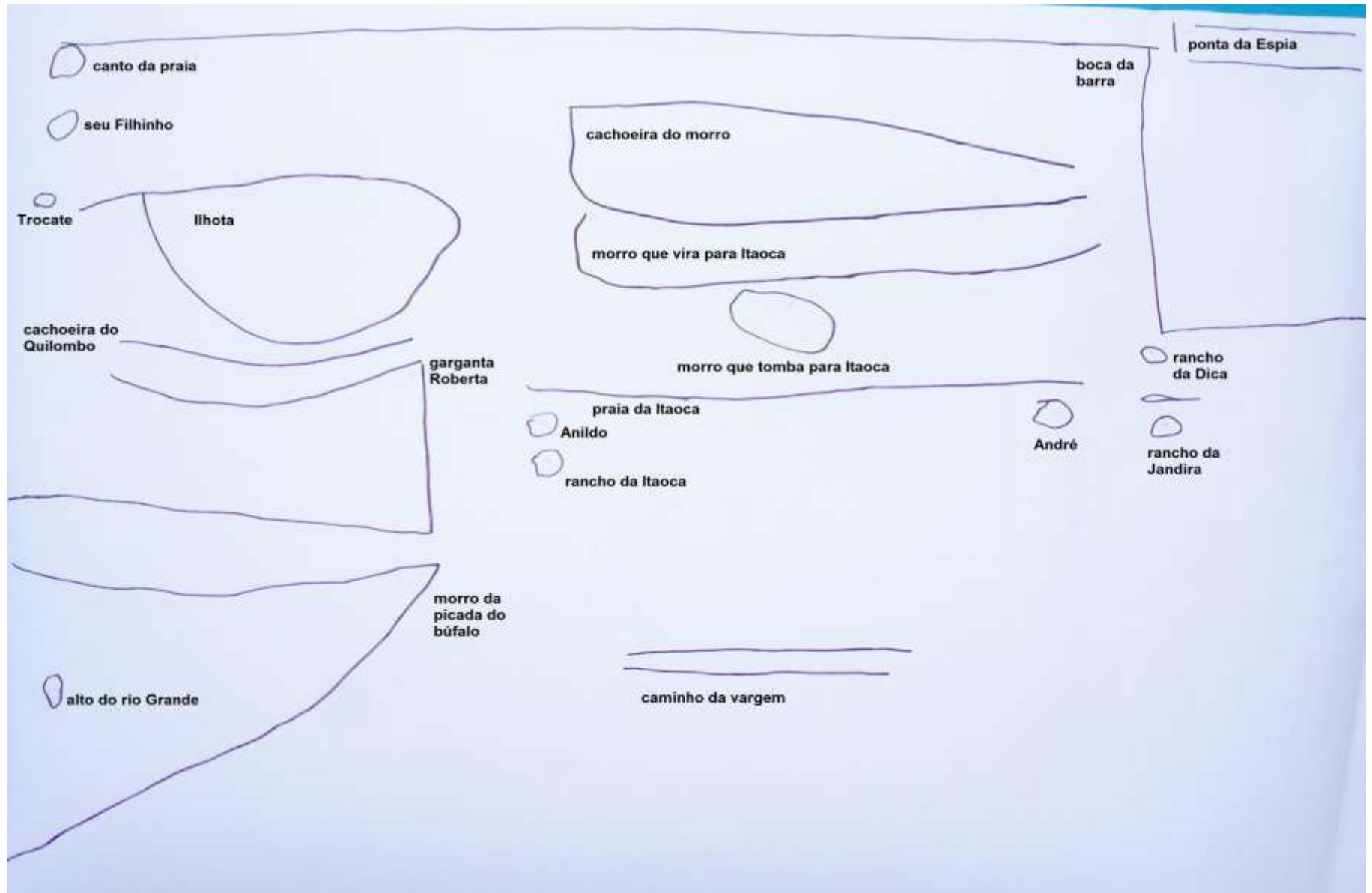
O conceito de cosmografia foi definido por Paul Little como “os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo utiliza para estabelecer e manter seu território”, inclui regimes de propriedade, vínculos afetivos, a história da ocupação guardada na memória coletiva, o uso social e as formas de defesa do território (LITTLE, 2002). Entendo aqui a cosmografia como uma estratégia metodológica de representação de um território, não como transposição de uma

paisagem para um esquema mental ou gráfico, tampouco como um conhecimento simbólico associado a um espaço, mas como a sistematização de formas específicas e localmente constituídas de perceber e se relacionar com o ambiente.

Procuo desenvolver o conceito de cosmografia através da justaposição de um mapa local e de testemunhos de diferentes pessoas sobre o espaço e a história do lugar. O mapa analisado foi feito por seu Luis, que desenhou em uma cartolina branca os lugares que para ele são significativos e sobre os quais tínhamos conversado ao longo de algumas semanas. Conforme seu Luis desenhava, eu anotava o nome do lugar. O mapa foi organizado tendo como referência o relevo, note-se como diferentes formas foram utilizadas para desenhar morros, e praias, há marcações que remetem ao passado e outras contemporâneas, apontando de forma clara para a conexão que existe entre a memória e a terra.

A análise do mapa foi feita através da sistematização das longas conversas com seu Luis e com outros moradores sobre lugares e histórias da Praia Grande da Cajaíba. O que interessa aqui não é tanto a forma como seu Luis representou o espaço³³, mas o que, através deste mapa, ele colocou em evidência, o que apontou como elemento significativo daquela paisagem. É neste sentido que opero o termo cosmografia, a representação não só de um espaço mas de uma maneira de perceber este espaço, um registro gráfico que não tem intenção de oferecer uma orientação espacial, mas representar, através do cruzamento de diferentes linguagens e autorias, os conhecimentos e as percepções que as pessoas tem do ambiente em que vivem. Através do mapa de seu Luis e de testemunhos de outras pessoas, procuro traçar os contornos dos caminhos, históricos e contemporâneos, que constituem este território, tecendo, a partir do mapa, narrativas de diferentes pessoas.

³³A representação do espaço levaria a outra importante discussão sobre o fazer cartográfico e outras linguagens cartográficas. Para aprofundar esta discussão ver INGOLD (2000) "To journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation" e POSTIGO (2010), "Mapas e mapeamentos".



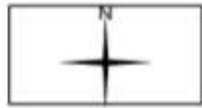
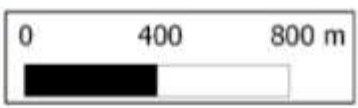
Mapa 3. Praia Grande da Cajaíba. Luis Mauricio dos Santos (2012).



Área mapeada por seu Luís
Ana De Francesco (2012)

Legenda

- Casas antigas
●
- Casas e ranchos atuais
●
- Ortofotos Geotiff
—



Mapa 4: Área mapeada por seu Luís.

A proposta analítica que está por trás da escolha deste mapa não é a percepção do ambiente a partir de sua representação gráfica, o que implicaria na análise e comparação de um número relativamente elevado de mapas, que possibilitaria traçar um panorama geral de suas semelhanças, diferenças e recorrências. O mapa de seu Luis é significativo por sistematizar lugares e histórias recorrentes nas conversas com os moradores da Praia Grande da Cajaíba, fornecendo uma interessante base a partir da qual começo, através do cruzamento de histórias e narradores, a tecer os contornos da territorialidade. O mapa 4 corresponde a área mapeada por seu Luis e tem como objetivo orientar o leitor e fornecer referências do que foi mapeado.

As primeiras marcações do mapa de seu Luis são a orla da praia e a Ponta da Espia. A praia é o local de convergência das relações sociais, lugar de encontro e de trabalho. É onde as redes são colocadas para secar e onde são remendadas, é também onde acontecem os jogos de futebol no final do dia e os encontros amorosos, protegidos pelo anonimato da noite. É onde se dá a conexão entre a terra e o mar e também a articulação com o mundo exterior. É na praia que chegam e saem os barcos e também os caminhos que interligam as localidades e as casas dos moradores. É também uma referência identitária, na medida em que os caiçaras são conhecidos por sua praia de origem³⁴.

A ponta da Espia é uma faixa de terra que avança para o mar entre a Praia Grande da Cajaíba e a praia da Itaoca, no passado era um local importante para a avistamento dos cardumes de peixes que entravam na baía, quando a agricultura era a atividade econômica principal e ocupava grande parte do tempo dedicado ao trabalho. Conta dona Dica, que no *tempo dos antigos* todos subiam para a roça, localizada na *vargem*, uma área relativamente plana, afastada da praia, onde passavam o dia trabalhando, cada família em sua roça. Uma pessoa, o *espia*, geralmente um pescador experiente, ficava encarregado de *espia o peixe*. Posicionado em um local estratégico, a ponta da Espia, sua função era observar o mar para identificar entrada de cardumes na baía para avisar o pessoal que estava na roça. Assim que ouviam o apito, homens e mulheres desciam para *largar o arrasto de praia*.

³⁴ Para uma caracterização da morfologia espacial caiçara no litoral norte de São Paulo ver NOFFS (1983).

Quando enxergava o caminho da tainha, ou o cardume da cavala, botava aquele apito de concha na boca e duuu, o povo largava a enxada lá na roça e se mandava pra largar o arrasto de praia. Era tanto peixe que as vezes ficava amontoado na praia, tinha que cavar um buraco e enterrar, que a gente não dava conta de secar todo aquele peixe. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2012.



Ilustração 1: “O espia”, Percy Lau, IBGE (1975: 339).

O *espia* sabia reconhecer que cardume se aproximava pelo tipo de movimentação que provocava na água. O peixe podia *espanar*, agitando-se próximo à

superfície ou podia ser visto por sua sombra no fundo do mar. A descrição de dona Dica se assemelha bastante à descrição de Nelson Werneck Sodré, publicada pela primeira vez na Revista Brasileira de Geografia no ano de 1951.

“Do alto de uma “costeira” favorável, ou de um ponto elevado da praia, onde possa avistar desde longe as águas oceânicas, sua vigilância não tem pausa. Olhos postos no mar, como que fareja a aproximação do cardume. A agudeza de sua observação é impressionante. Antes que qualquer outra pessoa perceba, está acompanhando os movimentos dos peixes, prenunciando mesmo sua aproximação, sentindo seu rumo e até avaliando o seu número. Dia após dia, noite após noite, aguarda o aparecimento do cardume e, quando verifica a sua chegada nas águas próximas, pertence-lhe o sinal que dá começo à intensa atividade que consome a população local” (SODRÉ, 1975: 337).

É interessante notar como a *espia*, a identificação de cardumes através dos sentidos, sobretudo a visão e a audição, são habilidades hoje usadas na pesca embarcada como, por exemplo, o proeiro das traineiras de sardinhas, que da proa do barco deve identificar onde está o pesqueiro³⁵. Uma evidência da continuidade entre o passado e o presente e, principalmente, entre a pesca artesanal e a embarcada.

Continuando a análise do mapa de seu Luís temos a casa de seu Filhinho que ficava no canto da praia. Uma casa composta por dois pequenos cômodos articulados por uma sala, uma cozinha e uma casa de farinha, dispostos de forma linear. Dentro da casa poucos objetos, uma cama, uma rede, algumas gamelas e panelas. Todos os cômodos tinham uma porta para uma varanda, voltada para o mar, o telhado de telhas de barro, bastante ondulado por acompanhar durante anos o movimento da areia e a proximidade com o mar. Seu Filhinho sempre vestia calça de pano e camisa de botão, fumava cigarro de palha acorçado, como faz dona Dica com seu cachimbo.

³⁵ A técnica da *espia* foi descrita por Mussolini (1980: 234, 235), o avistamento dos peixes se dava através de seu marulhar e da opacidade da água.

Conheci seu Filhinho dez anos atrás, trabalhava na roça com dona Maria, que preferia morar na *vargem*, sua prima e mãe de seus filhos, irmã de dona Dica e seu Luis. Era um grande contador de histórias, com seu falar ligeiro de caiçara e seu jeito de velho marinheiro. Seu Filhinho sofria grande pressão da família Tannus, que o considerava signatário do contrato de comodato, que sem saber escrever teria assinado. Tinha contraído alguma dívida com Cristiano, neto de Gibrail, mixaria, seu Filhinho era um homem pobre. Mudou-se em 2006 para o Curupira, no Saco do Mamanguá, onde faleceu. Dona Maria, que foi com ele para o Mamanguá, hoje mora em Paraty³⁶.

Atrás da casa de Filhinho, mais para cima, no morro, ficava a casa de Trocate, seu pai e avô de dona Jandira, *tronco velho* da Praia Grande da Cajaíba. Antigamente muita gente vivia naquela área, todos os moradores mais velhos se lembram deste tempo. Com o passar do tempo os moradores foram se concentrando na orla da praia e na *vargem*.

Contou-me seu Luis que o primeiro morador da praia, que tinha os documentos da terra, era Vitor Araujo. Os moradores pagavam a renda para ele, o que significava trabalhar um dia por ano em sua roça. Vitor Araujo vivia na Praia Grande como todos os outros moradores, até que vendeu sua terra, que passou a ser vendida e comprada por pessoas *de fora*, que nunca apareceram, mantendo inalterada a vida no lugar. Os moradores deixaram de pagar a renda, a disponibilidade de terras diluía a propriedade.

Antigamente aqui não tinha esse negócio de dono não, ninguém era dono de nada, os moradores iam mudando de lugar, construindo novas casas, onde a roça dava melhor. Seu Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Até que Gibrail, na década de cinquenta, começou a comprar todas as terras com escritura, processo semelhante ao que Woortmann (1991) descreveu como a “corrida aos cartórios”. Neste tempo, Gibrail não impedia ninguém de trabalhar na terra e nem expulsou ninguém, apenas dizia aos moradores que se fossem vender o lugar onde moravam que vendessem para ele. Dizia que eles não eram os donos da terra, apenas de

³⁶ Sobre o deslocamento da família para o Saco do Mamanguá ver dissertação de Mendonça (2010).

suas casas, pois não tinham escrituras e não pagavam impostos, era ele quem pagava. Muitos começaram a vender suas posses para ele, mas continuavam a viver na terra, de favor. Muitos moradores mais velhos começaram a se mudar para a cidade, com o pouco dinheiro obtido com a venda de suas posses, pois com a idade era difícil continuar na roça sem poder trabalhar.

Eu casei com onze anos e a Jandira com doze. Foi naquela época que começou, e daí veio a pressão, e foi muita pressão. O Gibrail começou dizendo que ia montar uma fábrica de gelo na praia e ninguém mais ia precisar ir pra cidade, que ele ia cuidar da exportação de todo o peixe. E o pessoal daqui que era tão pobrezinho – aqui era o lugar mais miserável junto com a Juatinga – gostou da ideia. Foi assim que começou a pressão Os moradores achavam que ele ia mesmo construir uma fábrica de gelo. .

Seu falecido Araujo contava que ele (Gibraíl) trouxe uma lata de bala e deu pra um velhote aqui da Praia Grande, não sei quem era ele, que tinha o pedacinho da terra dele garantida, e disse assim pro velho: “Escuta aqui velho, toma esta lata de bala que eu to lhe dando”. Aí ele deu a lata de bala pro velho e o velho pegou né, ele disse: “Agora tu assina aqui que te dei a lata de bala”. Aí o velho disse: “Eu não vou assinar nada, eu não sei assinar”, “Então você bota o dedo”, o velhinho botou o dedo e daí veio a história do comodato pra cima do pessoal, esse tal de comodato, retirou o velho da terra. O velho chorou, o velho só chegou na cidade e morreu e ele (Gibraíl) foi pegando a terra de todo mundo, dizendo que comprou, fez um documento, você ouviu muito bem falado ali naquela reunião, porque o Gibrail, o Cid Ribeiro³⁷ e não sei mais qual o outro milionário, eles fizeram um documento da terra dizendo que não existia caiçara, tu ouviu lá eles falando. Coisa de louco, e diz que não existia, com tanto morador, que negócio foi esse, o governo sabia que existia morador, na Praia Grande da Cajaíba o helicóptero descia aí, com o pessoal do governo

³⁷ Pessoa que comprou todas as posses da praia da Itaoca.

pra fazer a medição da terra, colocar aquelas medida de bronze, tinha tudo aí, mas foi tudo arrancado. Seu Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Nestes dois testemunhos de Altamiro, fica evidente a estratégia adotada por Gibrail para a aquisição de terras na Praia Grande da Cajaíba. Se por um lado se apresentava como um aliado aos moradores, dizendo que iria construir uma fábrica de gelo, escola, que criaria trabalho para todos, por outro lado registrava imóveis em seu nome sem o conhecimento dos moradores, comprava posse por quantias irrisórias e registrava domínios bem mais extensos dos negociados.

Ninguém foi expulso, eu não vou falar isso pra você porque seria mentira, a gente saiu porque quis, alguns venderam por uma mixaria, mas venderam. Seu Luis, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2012.

Embora seu Luis afirme que ninguém foi expulso, em outros testemunhos é evidente o esforço de Gibrail para dificultar a permanência dos moradores no lugar. O morro da picada do búfalo (ponto 11) é um antigo caminho que cruzava o morro do Rio Grande (ponto 12) e ligava a Praia Grande da Cajaíba ao fundo do Saco do Mamanguá. Careca, que nasceu na localidade do Curupira, onde viveu sua infância e primeira juventude, conta sobre os caminhos que ligavam o fundo do Saco do Mamanguá às outras localidades:

Para Paraty ia por terra, pelo caminho do Sono e Laranjeiras, depois que Gibrail comprou a fazenda Rio Grande, proibiu a passagem dos moradores e abriu uma estrada para carro de boi. O pessoal começou a usar o caminho que sobe o morro do outro lado e atravessa a mata virgem até a estrada, em Paraty-Mirim. Até que os mais velhos, meu pai e meu avô, enfrentaram Gibrail e liberaram de novo o caminho. Careca, Saco do Mamanguá, ano de 2012.

O antigo caminho que ligava a Praia Grande ao fundo do Saco do Mamanguá

ficou conhecido como Picada do Búfalo pelos moradores da Praia Grande, pois por ali chegavam os búfalos de Gibrail.

Ele colocou foram 16 cabeças de búfalo minha filha, você não passava na praia de tarde, o sol estava quente a esta hora, eles desenterravam lá da lama e vinham pro mar, acostumaram com a gente. Destruíram as minhas plantas todas, de ponta a ponta. Aí um fedor de lama danado, eles comiam o bordo da nossa canoa, acabava com tudo na praia, porque tava com gosto da água salgada. Aí minha filha foi indo, foi tocando tudo isso daí, botou minha roça no chão. Jandira dizia: “Tamiro nós vamos morrer de fome, vamos embora”. Vamos embora pra onde? Eu com nove filhos, tudo miudinho, desta marca. Eu dizia pra Jandira, você tá maluca, como que nós vamos embora. “Aí Tamiro, os outros estão tudo indo embora, vamos embora. Vamos comer o que?”. Banana levou numa roçada só, mandioca não ficou pau, quando ele (búfalo) pegava na boca assim pra comer as folhas, arrancava né, porque a terra é mole, e cana, não ficou nenhuma. Derrotou. Ai os mais velhos, olha minha filha, muitos foram embora tocado por ele (Gibrail). Ele foi fazendo assim, expulsando as pessoas da terra. Seu Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

A introdução de búfalos como estratégia para dificultar a vida dos moradores foi também adotada no Pouso da Cajaíba e em Martim de Sá, pela família Pacheco. Os moradores se lembram com grande terror deste tempo. Quando, além das lavouras destruídas, os rios foram contaminados por fezes e carcaças, os morcegos, atraídos pelos búfalos, tornaram-se uma ameaça, bernes, antes desconhecidos, começaram a prejudicar a saúde das crianças.

A estratégia adotada por Gibrail, que teve efeitos mais efetivos contra os moradores ao longo do tempo, foram contratos de comodato “firmados” pelos moradores na década de setenta, acreditando que o documento os reconhecia como legítimos moradores daquelas terras. Lúcia Cavalieri recolheu e analisou diversos depoimentos de moradores da Praia Grande da Cajaíba sobre estes contratos de comodato. Hoje a maioria

das pessoas entrevistadas pela pesquisadora se mudou para Paraty ou faleceram. “Firmar” foi uma expressão local usada pelos moradores para dizer que assinaram os contratos com impressão digital, pois não sabiam ler, nem escrever (CAVALIERI, 2003).

Quando Gibrail morreu, em 1998, Cristiano, seu neto e herdeiro, começou a impedir que os moradores trabalhassem, cortassem madeira e fizessem roça. Valendo-se dos antigos contratos de comodato, Cristiano começou a entrar com processos de reintegração de posse contra os moradores, tornando ainda mais difícil sua permanência na terra.

O caminho da cachoeira era o principal caminho usado pelos moradores para ir até a *vargem*, uma planície afastada da praia, onde até recentemente concentravam-se a maioria das casas. Até o ano de 2002 duzentas pessoas viviam na Praia Grande (LOURIVAL, 2009), a maioria na *vargem*. As famílias que viviam mais próximas à praia, tinham seus roçados na *vargem*. A tradição agrícola da Praia Grande da Cajaíba influenciou esta maior ocupação das áreas interiores, na praia viviam poucos moradores e eram mais numerosos os ranchos, onde eram guardados os apetrechos de pesca. A ilhota é um morro no centro da praia, onde também havia no passado uma concentração de casas, hoje estas antigas áreas de ocupação são cobertas por *tiguera*³⁸. A cachoeira do Quilombo, mencionada anteriormente, também foi incluída no mapa. A Garganta Roberta é um trecho de rio, bastante distante da praia, sobre o qual não tive nenhuma outra informação. Hoje estes lugares, cobertos por floresta, são áreas de extrativismo.

A boca da barra é o local onde o rio deságua no mar, uma quebra no mapa de seu Luis, quase como se fossem duas praias e dois tempos. Algumas vezes, por conta dos movimentos da maré e da areia, a barra fecha e a água fica represada. Quando isto acontece é necessário estourar a barra, abrir um canal na areia com uma enxada para que o rio não mude seu curso inundado quintais ou danificando os ranchos da praia. Na boca da barra os filhos de Altamiro pescam com tarrafa, geralmente são eles que *estouram a barra*. Contam que de sua casa, no alto do morro, conseguem saber quando é preciso *estourar a barra* pelo barulho do rio, que fica silencioso.

Hoje o outro lado da barra, onde era a casa de seu Filhinho, e também de Seu

³⁸Nome local para *capoeira*, ou mata em estado avançado de regeneração.

Norvino, do Júlio, da Dona Baíca e de Seu Maneco³⁹, com a saída de todos os moradores, tornou-se um espaço controlado pelo *dono*, hoje o Cristiano. Em uma destas casas vive uma família de caseiros responsável por cuidar do *lugar*, impedir que turistas acampem na praia e informar qualquer movimentação ao *dono*. Na proposta de recategorização da reserva, apresentada ao órgão gestor pela consultoria contratada para a realização do estudo, sugere-se que este lado da praia seja desapropriado e transformado em parque estadual de proteção integral, uma estratégia para barrar a ação desta família contra os moradores tradicionais do *lugar*.

Do outro lado da praia, perto do caminho que vai para a cachoeira, os ranchos de dona Dica e dona Jandira, que seguem o modo de construção dos antigos ranchos de pesca, construções simples feitas de paredes de bambu e telhado de sapê com vara de juçara, que servem para guardar canoas, redes e outros instrumentos de pesca, que funcionam como habitação temporária para aqueles que moram afastados do mar. Atualmente estes ranchos funcionam como restaurantes durante feriados e a temporada de turismo, no final do ano.

O turismo começou a se intensificar na enseada da Cajaíba nos últimos dez anos, trouxe mudanças profundas para a vida local. Na Praia Grande da Cajaíba, onde a comunidade, que já sofria intensa e prolongada pressão por parte da família Tannus, começou a vivenciar, com o início do funcionamento dos restaurantes na praia, a competição. Segundo dona Dica alguns moradores foram embora porque, já cansados da pressão imobiliária, ficaram desgostosos da crescente competição entre os moradores, disputando turistas e comercializando entre si o que antes não circulava pela via mercantil. Hoje a saída da grande maioria das famílias e as intrigas inevitáveis em um contexto de prolongado conflito e mudanças nas relações sociais, provocaram o desentendimento entre as duas únicas unidades familiares que permaneceram na praia, Dica e Jandira não se falam há anos.

³⁹ Seu Filhinho se mudou com dona Maria e seu filho Santana para o Saco do Mamanguá, faleceu alguns anos depois, sua família hoje vive em Paraty, na Ilha das Cobras. Seu Norvino e sua esposa Domingas vivem hoje no bairro da Mangueira. Dona Baíca e seu Maneco são falecidos, suas famílias moram na cidade de Paraty. Sobre o processo de deslocamento e reterritorialização das famílias da Praia Grande da Cajaíba ver estudo realizado por Marina de Oliveira Mendonça (2010).

A continuação do mapa de seu Luis diz respeito ao caminho para a praia seguinte. O morro que vira para a Itaoca é um caminho elevado, próximo ao mar, que vai para a praia de Itaoca e para as casas da família de Altamiro. O ponto de seguinte, morro que tomba para Itaoca, é um morro mais íngreme, na divisa entre as duas praias. A diferença do relevo foi a explicação para a diferença entre o *morro que vira* e o *morro que tomba*.

As posses da praia de Itaoca foram compradas há diversos anos por pessoas *de fora*. André, filho de seu Luis, vive hoje na praia, trabalhando como caseiro na casa de um veranista. Anildo, filho de seu Liziário, casado com Branca, filha de dona Dica, vive na praia em uma casa emprestada.

Neste capítulo tratei dos caminhos históricos que levaram a configuração atual da territorialidade dos moradores da Cajaíba. Procurei relacionar, em um primeiro momento, a história local com processos históricos mais abrangentes, para aprofundar as tramas históricas locais, utilizei testemunhos referentes à memória dos moradores. Em seguida, tendo como suporte um mapa local, procurei organizar as histórias e memórias do *tempo antigo*, as percepções dos moradores sobre o território e os conflitos que levaram à dramática reconfiguração da comunidade da Praia Grande da Cajaíba. A partir deste panorama diacrônico do território procuro, nos seguintes capítulos, descrever a vida na Cajaíba através de três enfoques espaciais distintos, a casa, a relação entre as casas e o mar.

Capítulo II - O saber-fazer: uma cosmografia

“Balaio de memória” reúne as narrativas dos moradores sobre o *tempo antigo*, que remetem a um passado geral e ao pertencimento ao *tronco velho*. Seguindo os lugares mapeados por seu Luis, organizei as narrativas de modo a percorrer os espaços codificados ao longo do tempo vivido, “lugares-de-memória” (GODÓI, 1999: 116), que definem os contornos históricos do território. Procuo agora, a partir da descrição etnográfica do quintal e da casa, analisar as dinâmicas contemporâneas da vida cotidiana tendo em vista o saber-fazer técnico, a interação e a percepção do ambiente.

A enorme diversidade das terras tradicionalmente ocupadas faz da etnografia uma estratégia privilegiada para a compreensão das particularidades e complexidades intrínsecas ao estudo da territorialidade. É “*somente no campo, registrando práticas e ciclos ecológicos, que se pode entender a real complexidade de terras historicamente desenvolvidas e socialmente esculpidas do sistema de posse comum*” (GOLDMAN, 2001:50). O conhecimento etnográfico é fundamentado em um duplo movimento, parte do campo, da experiência pessoal e da relação intersubjetiva e se completa com o distanciamento, a análise objetiva e a comparação. No âmbito da etnografia da técnica, de forma acentuada, a pesquisa de campo é considerada um aprendizado que se dá, não só por meio da observação participante, mas através de uma interação técnica, que possibilita ao etnógrafo a incorporação de certas habilidades, ou *enskilment* (INGOLD, 2000 e PÁLSSON, 1994).

Pálsson, em estudo com pescadores na Islândia descreve, ancorando-se na teoria da prática, como o processo de aprendizagem, comum tanto ao pescador como ao etnógrafo, implica em um envolvimento ativo com o ambiente. Da mesma forma que um pescador iniciante adquire habilidades e conhecimentos por meio de seu engajamento técnico ao participar de atividades e operações, e perceptivo por estar imerso em um ambiente, também o etnógrafo, para entender as lógicas e dinâmicas da vida social, deve vivê-la na própria pele, não apenas estando lá, mas tomando parte, engajando-se nas atividades cotidianas.

Seguindo este mesmo caminho procuro descrever como, ao longo de minha permanência em campo, a aquisição de um saber-fazer permitiu que entrasse em uma rede de aprendizagem, ou *enskilment*, que me permitiu conhecer de perto os modos de fazer e os ritmos da vida cotidiana. Segue abaixo um trecho de anotações de campo.

10 de fevereiro de 2011. Estava hospedada na casa de Cacaui, filho de seu Altamiro e dona Jandira, na Praia Grande da Cajaíba. De manhã cedo, *dia clarinho*, descii para praia, visitar dona Dica que estava com a neta Angela, filha de uma de suas filhas e seu avô paterno, seu Liziário, para ver os balaios que estava fazendo, com ripas de taquara e cipó caboclo. Fiquei sentada no chão da cozinha, conversando com Dica sobre balaios e cipós. O timbueva (*Heteropsis rigidifolia*) e o imbé (*Philodendron imbe*) são cipós mais finos, que podem ser partidos em quatro fios para a confecção de cestos mais delicados, que Dica usa para servir comida ou colocar guardanapos, no rancho. O cipó caboclo (*Davilla rugosa*), um cipó de cor vermelha, é bom de trabalhar, por ser ao mesmo tempo maleável, resistente e fácil de achar na mata, por sua coloração e abundância, é um cipó usado para fazer balaios mais grosseiros, de uso cotidiano.

Cipó nasce do chão e sobe na árvore, ou corre no chão mesmo. Tem que saber tirar o cipó do mato, o grosso tem que deixar lá para o mais fino brotar. Pode tirar o cipó, mas tem que deixar a mãe dele na árvore, assim, depois de um ano, dá pra ir pegar de novo. O imbé cresce na copa da árvore, só lá pra cima na mata fechada, para tirar tem que subir na árvore e podar, assim o imbé só morre se a árvore morrer. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Perguntei à Dica se podia me ensinar a fazer balaios. Ela deu risada e disse, sem titubear, que não, pois era muito complicado e eu certamente machucaria minhas mãos. *A taquara é dura, castiga a mão da gente.* Diante da firmeza de sua resposta não insisti.

Passei aquela manhã no rancho, vendo Dica fazer os balaios, brincando com Angela, conversando com seu Liziário que, por pressão da família Tannus, foi embora para

Paraty há quase dez anos. Estava muito emocionado ao se lembrar do tempo que vivia na praia, do pessoal antigo, era a primeira vez que voltava.

Ao voltar para casa fui pelo caminho que vai para Itaoca, onde Dica havia me dito que tinha muito cipó caboclo. Fiquei um tempão parada na beira do caminho, olhando para a mata, sem conseguir identificar o tal cipó. Depois de algum tempo apareceu dona Jandira, que voltava da praia, percebi que chegava por sua risada “*O que você tá fazendo aí parada, perdeu alguma coisa?*”. Disse à Jandira que queria aprender a fazer balaio e contei sobre a conversa com Dica. Jandira, entrando no jogo, me pediu a faca que levava comigo, andou alguns passos adiante, entrou poucos metros na mata e cortou um pedaço bem pequeno de cipó caboclo que me deu, dizendo *Agora vai ficar mais fácil, você anda por aí olhando para este pedaço de cipó e para a mata, você vai achar pela cor* e foi embora sorrindo.

Com aquele pedaço de cipó na mão continuei minha busca, por semelhança, na mata adjacente ao quintal de Altamiro e Jandira. O que começou como um desafio e uma estratégia de aproximação, acabou se tornando estopim para algumas reflexões. Eu era incapaz de enxergar a mata, sua riqueza e sutilezas. Dica e Jandira, viam, ouviam e percebiam aquele ambiente de uma forma muito diferente, com familiaridade. Para elas aquela mata, aos meus olhos fechada, era repleta de caminhos que levavam à fruteiras, locais com abundância de cipó, áreas alagadiças onde cresce a taboa, utilizada na confecção das esteiras, usadas para dormir. Caminhos que nem mesmo mencionavam em nossas conversas, pois, se de um lado eu não era capaz de enxergá-los ou percorrê-los sozinha, por outro lado há certas coisas que não devem ser comentadas com pessoas *de fora*, como, provavelmente, alguns destes caminhos.

Depois de bastante tempo consegui enfim encontrar o cipó, percebendo o quanto era difícil cortá-lo sem puxá-lo, desenrolá-lo das árvores, dos outros cipós e trepadeiras que abundam na mata de *tiguera*, como é chamada localmente a capoeira em estado avançado de regeneração. Voltava para casa satisfeita, quando encontrei seu Altamiro que chegava da roça, com suas botas de trabalho. Contei-lhe toda a história, animada com os nem dois metros de cipó que trazia comigo. Seu Altamiro, grande conhecedor das plantas e tradições caiçaras, ficou feliz com minha iniciativa e resolveu

ajudar. *Minha filha com esse cipó aí vai ser difícil fazer um balaio, vamos ali que vou te ajudar, cipó caboclo só sei onde tem longe, mas aqui no meu quintal tem bastante cipó balaio que é bom igual.*

Em pouco tempo seu Altamiro fez um giro pelo quintal e pegou um cipó que ficava na vegetação mais baixa. Enrolou cipó balaio de dois tipos, o branco e o preto e me deu. *Olha isso aí ainda é muito pouco, não dá pra fazer um balaio inteiro, mas cortando ele direitinho, em pedaços bem iguaizinhos para fazer o esteio, e trabalhando ele direitinho, pra não machucar a tua mão, dá pra começar, dá fazer a base dele.* E apressado foi embora, cuidar de alguma coisa, não quis me mostrar como começar o balaio, mas me explicou como *preparar* o cipó, deixá-lo pronto para ser trabalhado. Com a faca deveria tirar todos os *olhinhos*, as saliências e ramificações e deixar o cipó liso, como uma corda.

No dia seguinte cheguei ao rancho de Dica com o cipó. Ela continuava na companhia de seu Liziário e Ângela, que ficaram olhando curiosos para mim, esperando a reação de Dica em silêncio.

Que é isso minha querida?

“Dica, arrumei o cipó pra senhora me ensinar a fazer o balaio.”

Ela pegou o cipó da minha mão, olhou e perguntou: *Esse aqui é cipó balaio, mas tá bom também, é mais macio, o caboclo é mais resistente, mas é mais difícil de trabalhar. Quem preparou ele que já tá todo lisinho?*

“Fui eu”.

Onde você pegou?

“O caboclo no caminho da Itaoca, o cipó balaio no quintal do Altamiro. Pra dizer a verdade o cipó balaio foi ele quem pegou”. Dica olhou satisfeita, fez um pouco de chacota com seu Liziário e disse:

Tá certo, vou te ensinar, mas não esse igual ao que eu faço, de taquara, que você não vai saber, vai se machucar, vai fazer ele inteiro de cipó, que é mais fácil.

Naquele dia Dica me ensinou a fazer o esteio do balaio, a base, e a colocar o *capitão*, que, segundo ela, é o grande segredo da cestaria, onde todo mundo erra, comecei a tecer o fundo. Dica me disse que levava jeito e começou a me explicar que na verdade o que estava fazendo não era um balaio, mas um cesto, porque o esteio de um cesto, os

primeiros fios colocados um sobre o outro, perpendicularmente, formando um quadrado, a partir do qual um único fio de cipó é tecido, é composto por oito fios, quatro em cada direção, como aquele que eu estava fazendo, ao passo que no balaio são de doze fios para mais.

Terminei aquele cesto com ajuda de várias pessoas, Dica, seu Altamiro, dona Jandira e seu Liziário, até aquele momento minha pouca habilidade nas atividades mais elementares e cotidianas, como equilibrar-me na canoa, catar lenha, acender o fogo, encontrar plantas na mata, reconhecer uma embarcação que se aproximava, me excluía do circuito de troca de conhecimentos ligados às técnicas, ao uso e percepção de ambientes e seres. Ao fazer aquele balaio demonstrei não só que estava realmente disposta a aprender, mas que de alguma maneira poderia ter êxito. Este episódio, a aquisição deste saber-fazer e a exibição orgulhosa de um cesto feito por mim, transformou, em alguns sentidos, meu cotidiano na Cajaíba. Deixei de ser vista apenas como uma pessoa *de fora*, ou mais uma pesquisadora, para me tornar interlocutora nas conversas sobre os modos de fazer as coisas. Com o tempo deixei cada vez mais de ser hospede, para me tornar uma pessoa de casa, com quem se compartilha mais do que café e farinha.

A interação prática torna-se significativa na pesquisa etnográfica na medida em que “as diferenças de estatuto, de intenção, de envolvimento, de sentido e inclusive de competência numa dada prática são levadas em consideração, inclusive como instrumentos heurísticos” (SAUTCHUK, 2007:19). Assim, tomar parte nas atividades cotidianas me inseriu em uma rede de troca de conhecimentos da qual era inicialmente excluída. Por outro lado, treinou meu olhar para observar as técnicas e o ritmo do dia-a-dia de forma mais próxima e sensível. O mesmo que ocorreu, em relação ao ambiente marítimo e à pesca, durante uma saída de pesca de camarão rosa, qual seja: não enjoar a bordo e assumir algumas tarefas, como cozinhar e escolher o pescado. Isto me assegurou um lugar no barco, minha inclusão nas conversas e até mesmo certo respeito. Semelhante ao que escreveu Pálsson (1994) sobre sua inserção em campo na Islândia, quando foi convidado por um pescador para participar de uma viagem, “If you really want to know what the fishing industry is all about, you must go fishing”. Durante a viagem, após superar um primeiro momento de enjoo, consegui adquirir as disposições necessárias para permanecer a bordo,

o que era entendido pelos pescadores como “getting one’s sea legs”, que significa tornar-se hábil através da imersão no mundo prático. Assim o etnógrafo conseguiu estabelecer uma relação de confiança com os pescadores, que até aquele momento havia sido bastante lenta.

O conhecimento etnográfico é obtido através da experiência, experiência esta que é incorporada ao corpo do antropólogo, ao longo de sua jornada. Neste sentido o conhecimento antropológico implica na aquisição de um *habitus*, é como se etnógrafo fosse um xamã, por ter a competência necessária para transitar entre ontologias e adquirir novos *habitus*. A etnografia assiste a construção de novos corpos singulares e coletivos politicamente orientados e, para dar conta deste inexorável vir a ser do mundo, não pode enclausurar-se em modelos teóricos ou fundamentar-se em argumentos de autoridade, mas deve debruçar-se sobre questões reais (ALMEIDA, M., W. B., 2003: 23).

Para adentrar no cotidiano e nos modos de fazer caiçara o ponto de partida que adoto é a casa, enquanto o lugar, tanto físico como moral, de referência do núcleo familiar, para onde converge uma série de relações e atividades relacionadas à produção e reprodução da vida familiar. Indico ao leitor que as relações entre as casas, que envolvem as relações de parentesco e de vizinhança, serão abordadas no capítulo seguinte, a partir da unidade territorial mínima, o *quintal*, termo ligado ao domínio de uma família mais extensa.

Grande parte das casas da Cajaíba seguem o mesmo padrão construtivo da “casa do praiano” ilustrada no início do século XX por Percy Lau. Uma construção rústica, com as paredes de pau-a-pique e telhado a duas águas coberto por sapê (*Imperata brasiliensis*), escondida em meio à vegetação que a abriga dos ventos (Ilustração 2, p. 53). A varanda voltada para o mar ou para os estreitos caminhos, que interligam as diferentes casas, garante a visibilidade do entorno. No quintal os varais onde são estendidas as redes de pesca e são colocados peixes para secar ao sol, são as principais características que distinguem a casa do praiano da casa do caipira.



Ilustração 2. “Casa do praiano”, Percy Lau, IBGE (1975: 305) ⁴⁰.

Os moradores da Cajaíba distinguem tipos diferentes de casa segundo o uso: a *casa de morar*, a *casa de farinha* e a *casa de roça*. A *casa de morar* é o centro da vida familiar, geralmente dividida em duas construções, a primeira compreende a sala de visitas e os quartos, que em alguns casos se reduz a um único cômodo onde dorme toda a família, em esteiras. A segunda edificação, próxima ou contígua à primeira, abriga a *cozinha a lenha* ou *cozinha de fogo*, em casas onde há fogão a gás este costuma ficar em uma cozinha dentro da casa de moradia. A *casa de farinha* é uma terceira construção que pode ser contígua à casa de moradia e à cozinha a lenha, ou pode ser mais afastada, coincidindo com a *casa de roça*. As casas seguem o mesmo modelo de construção, paredes de estuque e telhado de duas águas, algumas vezes, coberto com sapê.

⁴⁰ A ilustração foi publicada pela primeira vez na Revista Brasileira de Geografia no número de abril-/junho de 1946, acompanhada por uma descrição de Lea Quintieri.

Em dissertação sobre as relações socioespaciais na Praia Grande da Cajaíba, o arquiteto Manoel Vieira Gomes Júnior (2005), identificou três sistemas espaciais distintos: a praia, a *vargem* e o *sertão*⁴¹. Registrou plantas das casas e quintais das famílias que viviam na localidade até 2005. Pode-se observar a partir destas plantas a recorrência de dois padrões construtivos: um único complexo que compreende a casa de moradia, a cozinha a lenha e a casa de farinha, como a casa de dona Dica ou edificações separadas, sendo a casa de farinha construída em local distante da casa de moradia, como a casa de seu Altamiro e dona Jandira.

Embora este seja o padrão tradicional de construção, duas ponderações devem ser feitas. Em primeiro lugar o número de casas de alvenaria cresceu nos últimos anos, sobretudo nas localidades do Pouso da Cajaíba e de Calhaus. Em segundo lugar, entre as casas mais antigas do Pouso da Cajaíba, existem algumas que seguem um padrão colonial, caracterizado pelo telhado a quatro águas coberto com telhas de barro, construídas acima do nível do solo. Isto pode indicar, embora seja necessário um estudo mais atento, uma maior conexão da localidade do Pouso da Cajaíba com a cidade de Paraty, devido à configuração geográfica da localidade e o histórico de sua ocupação. Enquanto na Praia Grande da Cajaíba a comunidade concentrava-se na *vargem*, no Pouso os moradores se concentravam na orla da praia e mantinham casas de roça em áreas bastante afastadas, os sítios.

Devido ao declive acentuado da região as casas são frequentemente construídas de forma linear, com os cômodos alinhados, em uma mesma cava, ou seja, um terreno aplainado por um corte na encosta. Esta técnica construtiva é bastante comum e se, de um lado, é adequada ao declive local, por outro possibilita o máximo aproveitamento dos recursos do meio. Com isso a terra removida no corte do morro é usada para o *barreado* das paredes, técnica conhecida como estuque, pau-a-pique ou taipa de mão.

Os materiais utilizados, o barro, o bambu e as varas para as paredes, a madeira para caibros e esteios, são em grande parte extraídos no próprio local. As paredes de estuque das casas de moradia são hoje cobertas por uma fina camada de cimento, para que dure mais tempo e para evitar a presença de barbeiros. Antes este revestimento era feito

⁴¹ Estas categorias espaciais são citadas em outros estudos sobre caiçaras (BRITO, 2000; NOFFS, 1983; VIANNA, 2008)

com óleo de baleia. A preferência pelo telhado de sapê nas cozinhas a lenha e casas de farinha deve-se a temperatura mais amena garantida por este tipo de cobertura no interior da construção.

As famílias que tinham seus roçados muito afastados de sua casa de moradia construía *casas de roça*, edificações simples, sem móveis, chamadas também de *paiol*, pois dormia-se em um monte de palha. Com o deslocamento das atividades produtivas da agricultura para a pesca e o turismo, a implantação da unidade de conservação e a crescente especulação imobiliária sobre as terras, as famílias que mantêm roçados geralmente o fazem em áreas próximas à casa de moradia, em área contígua ao quintal. Entre as localidades da enseada da Cajaíba tenho conhecimento de duas roças mais afastadas, no *sertão* do Pouso da Cajaíba, onde há uma casa de roça, de dona Margareth.

O principal produto da agricultura local é a farinha de mandioca, feita a partir da mandioca brava, utilizada em todo o litoral brasileiro para a produção de farinha, sendo um dos “aspectos mais gerais da cultura litorânea” (MUSSOLINI, 1980: 226). Cristiana Adams (2000) fez levantamento bibliográfico e sistematizou dados quantitativos sobre os roçados de comunidades caiçaras dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste estudo o tamanho médio dos roçados era de 0,42 hectares, cultivados em média por 3 anos e deixados em pousio por sete ou oito anos. O trabalho na roça é executado pela família nuclear, sendo na Cajaíba seu tamanho inferior a um hectare. As encostas ensolaradas são utilizadas para roças de mandioca e milho e as encostas sombreadas para banana, inhame e café (MMA, 2005).

Este sistema agrícola é conhecido como agricultura de coivara ou agricultura itinerante. Consiste na derrubada e queima da mata, seguida do plantio que se mantém em um mesmo local por cerca de três anos, quando a área é deixada em pousio, por um período que varia entre sete a dez anos. Independente de onde esteja localizada a roça de uma família é o trabalho que garante a posse da terra. Mesmo quando a terra está em pousio e a vegetação nativa começa a se regenerar, tanto o espaço como os frutos são considerados de quem ali trabalhou e podem ser usados por outros somente mediante autorização. Uma roça recém abandonada, antes de se tornar *tiguera*, mata regenerada, podia ser usada como “roça de ceva”, ou seja, os alimentos e frutos eram deixados para atrair a caça. Uma pessoa de

outra família, para colocar armadilhas naquele local ou *caçar de espia*, com espingarda, também devia pedir autorização. Assim a *tiguera* continua a ter um dono, não no sentido da possibilidade de venda do lote, mas de seu direito de uso. É comum ouvir “esta tiguera é de fulano”. Outros podem utilizar aquele espaço somente com a autorização de quem trabalhou primeiro naquele espaço.

É a partir do quintal que se acede à casa. A organização do espaço e do cultivo dos quintais é caracterizada pelo consórcio entre a mata nativa e espécies plantadas, principalmente árvores frutíferas e pela presença de ervas, arbustos e árvores, trata-se de uma importante unidade produtiva, fornecendo frutas, temperos, ervas medicinais e madeira. Conforme me disse seu Altamiro um quintal bem cuidado “*traz a comida para perto de casa*”.

Em dissertação de mestrado em conservação de ambientes florestais Valquiria Garrote (2004) analisou os quintais do Saco do Mamanguá, uma região vizinha à enseada da Cajaíba. A autora classifica o sistema de plantio e manejo dos quintais como agroflorestal devido ao modo como são cultivados e à presença de diferentes zonas de manejo. Os quintais são as áreas que circundam as casas, onde a autora observou uma divisão sexual do trabalho, as mulheres sendo responsáveis pelas ervas medicinais e condimentos, plantas localizadas em áreas próximas a cozinha, ao passo que os homens se encarregam do cuidado e da poda das árvores frutíferas.

Não tive a oportunidade de observar esta divisão do trabalho em campo, em uma das famílias da Praia Grande todo o trabalho na roça e no quintal é realizado por seu Altamiro, ao passo que seus filhos pescam e dona Jandira cuida do rancho da praia e da casa de moradia. Dona Dica, que vive sozinha, costuma fazer tudo sozinha, pedindo ajuda para seus familiares para trabalhos mais pesados ou que não pode realizar sozinha, como fazer farinha, reformar a casa e preparar um novo roçado. Conforme apontado no capítulo anterior, o trabalho no quintal e na roça, entre os moradores da Cajaíba, é um trabalho compartilhado pela família, executado pelo casal e seus filhos.

As dimensões dos quintais do Saco do Mamanguá variaram entre 700 e 5.750 metros quadrados, o número de espécies cultivadas totalizou entre dezesseis e cento e seis (GARROTE, 2004:84). É importante dizer que, neste estudo, o menor dos quintais era

também o mais novo, podendo ser resultado da redução da disponibilidade de terras, tanto devido à proibição de derrubada de novas áreas florestais, quanto à venda de terras para veranistas. Em alguns destes quintais existem áreas de plantio caracterizadas como roçados, com o consórcio de mandioca e banana e o cultivo de café sombreado com árvores frutíferas e nativas de grande porte. A autora identificou diferentes zonas de manejo no interior dos quintais do Saco do Mamanguá, áreas destinadas à residência, áreas com plantas ornamentais, o consórcio entre frutíferas, frutíferas arbóreas isoladas, frutíferas e café, área destinada à criação de pequenos animais, e ao cultivo de hortaliças, ervas medicinais e condimentos. No entorno dos quintais é comum a manutenção de áreas florestais e áreas em pousio, que servem à manutenção e manejo das espécies nativas utilizadas, à manutenção do habitat dos animais de caça e à rotatividade dos roçados.

Para aprofundar este quadro geral da espacialidade caiçara proponho um mergulho em seu cotidiano a partir do quintal de seu Altamiro e da casa de dona Dica.

A mata perto de casa



Fotografia 1. Seu Altamiro em seu quintal, De Francesco (2011).

O quintal de seu Altamiro fica no morro, no caminho para a praia de Itaoca. A sua casa e de sua esposa Jandira fica próxima ao caminho, na entrada para sua *área*, seu quintal. A casa é composta por duas edificações, a casa de morar com uma sala e um cômodo e, a alguns metros, outra edificação com a cozinha e o banheiro. Sua casa de farinha fica um pouco distante, no meio do quintal, onde também ficam as casas de seus filhos, relativamente distantes uma da outra⁴².

Altamiro e Jandira se casaram quando tinham 12 anos. Juntos têm nove filhos, destes cinco moram na Praia Grande da Cajaíba. Kica vive com a família na praia Deserta, Maria vive com o marido na Ponta Grossa, uma localidade no caminho marítimo para

⁴² O quintal de seu Altamiro, a partir do cálculo de área tendo como base os dados georreferenciados apresentados no Mapa 4, tem cerca de dois hectares. A distância entre a sua casa de moradia e a casa de farinha, em linha reta, é de cerca 125 metros

Paraty; os outros filhos moram na cidade. Aqueles que ficaram na Praia Grande construíram suas casas no quintal da família. Alguns se casaram e têm filhos, outros ainda são solteiros. Hoje vivem no quintal da família oito adultos e cinco crianças.

As casas da família ficam escondidas pelas plantas e copas das árvores, com exceção dos caminhos, todo o quintal é plantado. Percorri com seu Altamiro seu quintal marcando os principais pontos com o GPS, enquanto Altamiro explicava o que era cada planta.



Mapa 5: Quintal da família de seu Altamiro e dona Jandira.

Para a elaboração deste mapa, os dados foram levantados em campo, com um aparelho GPS, junto a seu Altamiro. Posteriormente foram sobrepostos a uma ortofotografia⁴³ e editado em programa geoprocessamento⁴⁴ O trajeto marcado em azul foi o caminho percorrido com seu Altamiro, enquanto me mostrava o quintal. O testemunho transcrito abaixo foi gravado ao longo desta caminhada.

*Essa área aqui é um caminho de serventia nossa, é a área que temos que atravessar pra pegar nosso **cipó**, pra pegar uma madeira pra reformar a nossa casa, é um caminho. Daqui você pode ir marcando que é minha área de planta. Isso aqui era um eito de **sapê**, mas como a gente não tem mais ordem de queimar para retirar o sapê o que acontece, já vem a pixirica⁴⁵ que tá acabando com o sapê, esse melado também vai pegar e não vai ter sapê.*

*Ali tem o **coco indaiá** e tem também os **ingás** que vem com várias madeiras, é muito tempo que tem estas plantas. Vem os **canivetes** que nós trata que é o monjolo, e os tarumãs que são essas madeiras mais altas, vem com as **canaficha**, e lá perto da minha casa de farinha vem com aqueles troncos de madeira bem grosso que se chama timbuíba.*

*A **timbuíba** é aquela que a gente viu lá no alto que o pessoal tirava pra fazer canoa de pesca. Esse ai é o **tarumã**, que é uma madeira boa pra móvel, mas são umas madeiras tudo daqui, da terra. E agora sim eu já vim com várias mudas de madeira também, mandaram de Angra dos Reis com a ajuda, se não me engano, da prefeitura. Eu não tinha **pau-brasil** no meu quintal, eu não tinha **jequitibá**, nem **ariribá**. Eu vou mostrar pra você, porque era uma área muito limpa, e eu queimava, e agora você viu o modo que eu fiz, eu rocei, mas deixei tudo forradinho na terra, ai já não queimo mais. Dai já vem a **mandioca** que eu uso pra farinha e meu **feijão guandu** aqui, que é o nosso melhor prato. A*

⁴³ Representação fotográfica cujos elementos seguem a mesma escala, tendo validade cartográfica. A ortofotografia é anterior ao ano de 2005.

⁴⁴ Quantum GIS 1.7.0

⁴⁵ Neste caso Altamiro se refere à uma erva (*Leandra*) que cresce com a primeira capoeira, contudo o termo *pixirica* também é usado para se referir à vegetação presente em formações rochosas íngremes.

Jandira já tá preparando, até você pode provar hoje lá, que eu já apanhei um bocado pra ela.

Neste testemunho fica evidente uma forma de organização e de plantio caracterizada por pesquisadores como quintal agroflorestal. Em um pequeno trecho percorrido em seu quintal, seu Altamiro nomeou doze espécies diferentes de plantas, algumas que cresceram espontaneamente outras que foram plantadas. A recente valorização dos conhecimentos tradicionais, possibilitou a seu Altamiro participar, ao longo dos últimos dez anos, de uma rede de troca de conhecimentos constituída por moradores tradicionais, pesquisadores e organizações da sociedade civil⁴⁶. Esta troca de conhecimentos fez com que, por um lado, seu Altamiro modificasse algumas de suas práticas, como o uso do fogo e, por outro, possibilitou a valorização de seu próprio conhecimento e modo de fazer, incentivando o plantio de áreas de floresta e da troca de sementes, mudas e conhecimentos com outros moradores da *costeira*.

*Retomando, você presta bem atenção, eu plantei esta área toda, uma área que tá virando Mata Atlântica, mas com as minhas plantas no meio. Entendeu, olha, já vem com a **cana** (Saccharum), já vem com a **jaca** (Artocarpus integrifolia), já vem com o **urucum**, já vem com **abacaxi**, já vem com **ipê do branco**. Olha aí como está, esse ipê eu não tinha aqui. Já vem com esse **ipê do roxo**, olha o modo que ele vem, lindo. E já vem a madeira pra eu fazer minha canoa, pra não pegar lá em cima, se for preciso. Se ele não morrer né, eu peço a Deus que ele não morra, que é um **guapuruvu**, pra canoa. São essas árvores grandes, como eu tenho no banheiro também. Vamos passar por aqui e já vem com esses **ingás** que chegou do quilombo pra mim.*

⁴⁶ Participam desta rede os *moradores tradicionais* Zé Ferreira e Val Divino, os moradores do quilombo Campinho da Independência, de Paraty, os estudantes e pesquisadores ligados ao projeto de extensão universitária Raízes e Frutos da UFRJ e a ONG Verde Cidadania, que desenvolve projetos e atua na defesa jurídica dos moradores da Reserva Ecológica da Juatinga.

Espécies citadas por Altamiro	Outros nomes	Nome científico	Uso
Araribá		<i>Centrolobium tomentosum</i>	Construção
Canaficha	Canafistula	<i>Stryphnodendron polyphyllum</i>	
Canivete	Suinã	<i>Erythrina velutina</i>	
Monjolo	pau-de-monjolo	<i>Mimosa Monjolos</i>	
Coco indaiá		<i>Attalea dubia</i>	Alimentação
Feijão guandu		<i>Cajanus cajan</i>	Alimentação
Ingá	Ingá de metro	<i>Inga edulis</i>	Alimentação
	Ingá amarelo	<i>Inga SSP</i>	Canoa
	Ingá banana	<i>Inga vera</i>	lenha e construção
	Ingá feijão	<i>Inga marginata</i>	lenha e construção
	Ingá flecha		Canoa
Jequitibá		<i>Cariniana estrellensis</i>	Construção
Mandioca		<i>Manihot esculenta</i>	Alimentação
Pau-brasil		<i>Caesalpinia echinata</i>	
Sapê		<i>Imperata brasiliensis</i>	Construção
Tarumã		<i>Citharexylum myrianthum</i>	Movies
	Tarumã vermelho		Construção
Timbuíba		<i>Balizia pedicellaris</i>	Canoa
	Timbuíba rosa		Canoa
Cana	cana-de-açúcar	<i>Saccharum</i>	Alimentação
Jaca		<i>Artocarpus integrifolia</i>	Alimentação
Ipê do branco		<i>Tabebuia roseoalba</i>	Construção
Ipê do roxo		<i>Tabebuia heptaphylla</i>	Construção
Guapuruvu		<i>Schizolobium parahyba</i>	Canoa
Urucum		<i>Bixa orellana</i>	Alimentação
Abacaxi			Alimentação
Fonte espécies citadas por seu Altamiro: Pesquisa de Campo, 2011. Informações adicionais: MMA (2005) e BORGES (2007)			

Tabela 1. Espécies citadas por seu Altamiro em seu quintal.

Em uma mesma área Altamiro cultiva plantas destinadas aos mais diferentes fins, da alimentação à construção de móveis e canoas. O quintal, assim, supre grande parte das demandas familiares por alimentos e matérias primas. Uma das principais características do modo de vida caiçara é o uso de uma diversidade de ambientes e o profundo conhecimento sobre estes. Assim, além de existir um conhecimento técnico associado às técnicas construtivas de embarcações e edificações, existe um conhecimento ligado ao manejo e ao cultivo das matérias-primas utilizadas.

Por outro lado o quintal de seu Altamiro também tem uma importância política, na medida em que é neste espaço que se articula uma rede composta por diferentes atores, bem como atesta um tipo prática que fortalece um discurso comum que pactua com a conservação ambiental o direito de permanência em uma terra demarcada como reserva ecológica. A associação entre o modo de vida tradicional e a conservação ambiental é uma estratégia adotada por diferentes grupos sociais não indígenas, desde a criação das primeiras reservas extrativistas no Brasil (ALMEIDA, M. W. B. 2004). No estado do Rio de Janeiro e no município de Paraty, em particular, os caiçaras conquistaram direitos relativos à sua permanência nos territórios tradicionalmente ocupados. No decreto de criação da Reserva Ecológica da Juatinga, por exemplo, consta entre os objetivos a valorização da cultura caiçara e a preservação de seu modo de vida. Em 1995 foi criada uma lei estadual⁴⁷ que determina a permanência de populações nativas residentes há mais de cinquenta anos nas unidades de conservação do estado. Apesar do respaldo jurídico os caiçaras continuaram a perder seus territórios o que fez com que em 2012, após intensa mobilização e o histórico de graves conflitos entre moradores tradicionais e terceiros, foi aprovada, uma lei municipal que dispõe sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do município de Paraty⁴⁸.

Apesar de tais garantias estarem previstas, no nível federal, pelo decreto presidencial que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais⁴⁹, esta não é uma realidade para outras localidades habitadas por

⁴⁷ Lei Estadual n° 293, de 20/04/1995.

⁴⁸ Lei Municipal n° 1835, de 10/01/2012.

⁴⁹ Decreto presidencial n° 6.040 de 7/02/2007

caiçaras, sobretudo do estado de São Paulo, ameaçadas de remoção pela política ambiental do estado⁵⁰.

A casa perto da mata



Fotografia 2: dona Dica em sua cozinha a lenha, De Francesco (2012).

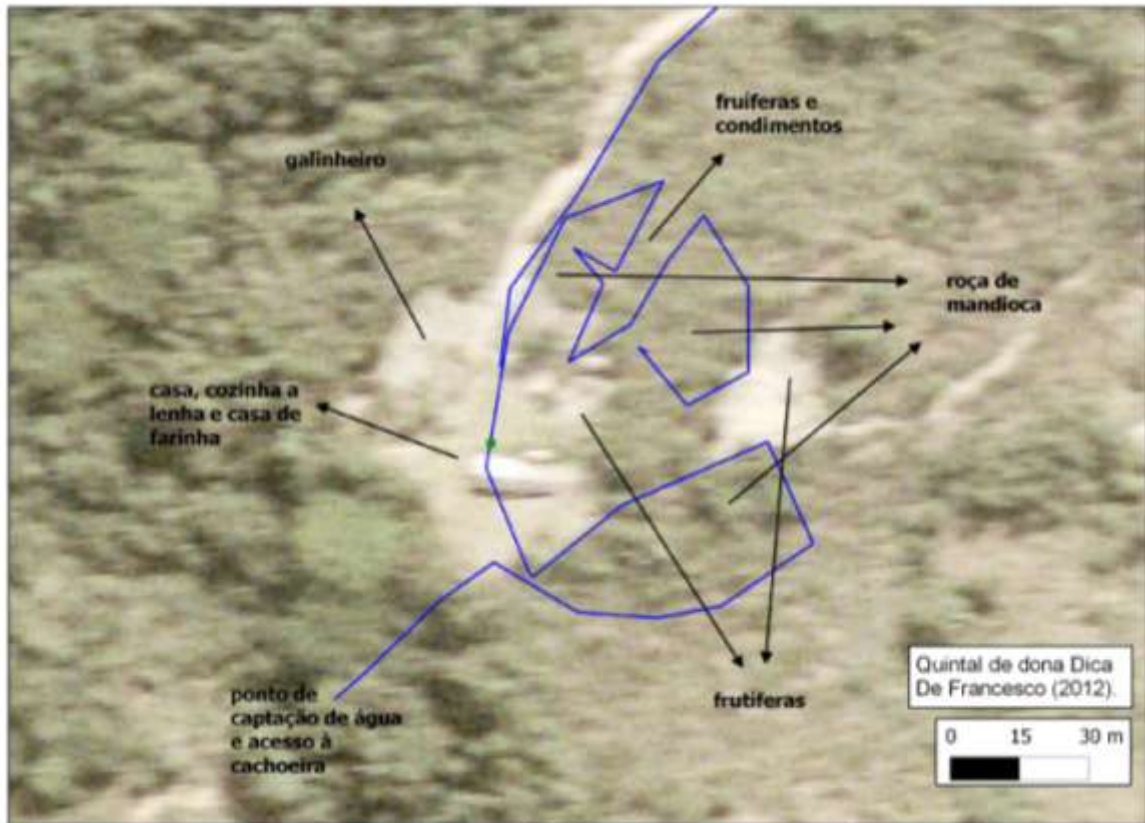
Nesta fotografia dona Dica está sentada em um dos banquinhos de sua *cozinha de fogo*, confecciona um pequeno cesto com cipó imbé. No fundo, à direita note-se o *fogão de chão*, ao lado as madeiras para alimentá-lo. Na pequena mesa a panela com feijão e atrás desta o sapê coletado para reparar o telhado.

⁵⁰ O moradores da Estação Ecológica da Juréia, litoral sul do estado de São Paulo, sofrem atualmente uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, a pedido do Instituto Estadual de Florestas, para a remoção de todos os moradores das terras tradicionalmente ocupadas, sobrepostas pela unidade de conservação desde 1987.

A casa de dona Dica fica a uma distância de três quilômetros e meio da praia, subindo o morro. Em grande parte do trajeto o caminho é bastante largo, um pouco mais de dois metros, em outros trechos, onde há sapê e *tigueras* algumas vezes é mais estreito. O caminho é mantido por ela com um trabalho cotidiano e interminável com o facão, a enxada e o rastelo, uma precaução em relação à possível presença de cobras e outros animais peçonhentos. Dica sobe caminhando depressa, os pés descalços que ao cruzar a cachoeira saltam de pedra em pedra, o facão desgastado de tanto afiar, seu cachimbo sempre na mão e, dependendo da hora do dia, uma lanterna. O caminho cruza por três vezes a cachoeira. A primeira onde era a antiga casa de Dedé, irmão de seu Altamiro, a segunda na *vargem*. Quando chove a força do rio dificulta a passagem. Ao longo de todo o caminho são visíveis os restos das *casas velhas*.



Mapa 6: Caminho de dona Dica.



Mapa 7: Quintal de dona Dica.

Este mapa, elaborado a partir da mesma metodologia que o anterior (Mapa 5), representa o caminho entre o rancho e a casa de dona Dica. O Mapa 7 é uma ampliação da área entorno à casa de dona Dica, como limites dos roçados, a localização do galinheiro, as áreas onde foram plantadas árvores frutíferas.

Dona Dica percorre o caminho prestando atenção em todos os cheiros, sons e rastros. Em alguns pontos, depois de passar, alisa a areia com o pé, para que fiquem visíveis os rastros de pessoas e bichos que passam por ali. Pelos rastros ela sabe reconhecer que bicho atravessou o caminho, assim como consegue distinguir pegadas de crianças, homens e mulheres, as vezes arrisca até se é pegada de um caçara ou de alguém *de fora*, pela largura e contornos. As árvores frutíferas, os cipós e as cabaças que se encontram ao longo do caminho, são hoje cuidados e usados por Dica, que sabe se alguém colheu alguma fruta, se a fruta ainda estava verde, *de vez*, ou já estava madura.

Próximo ao quintal de Dica o caminho se divide em dois, o caminho novo tem vista para o mar. Do alto do morro é possível ver os barcos que chegam e saem da praia. Sua casa fica no fundo do quintal, voltada para o mar, num lugar muito bonito e *sossegado*.

Sua casa foi construída na antiga *tiguera* de seu irmão Luis, antes ela vivia com o marido Orlando um pouco mais pra cima, era então a casa mais afastada da praia. Pra cima da casa deles só tinha o *paiol* (casa de roça) de seu Luis, hoje o caminho até o paiol, onde plantava de tudo, já está *todo trancado*. Dica nasceu na Praia Grande da Cajaíba, *nascida e criada*, como diz. Ainda moça se *ajuntou* com seu Orlando, juntos tiveram onze filhos. Naquele tempo o resto do *peessoal* morava na *vargem*. Dica e Orlando viviam mais da roça e da mata do que do mar, juntos trabalhavam na roça e caçavam. Conta Dica que naquele tempo a roça de mandioca era afastada, *lá pra cima*, cercavam a roça com bambu e nas entradas colocam o *mundéu*, uma armadilha de caça feita com troncos pesados e cordas. Eles dividiam a carne de caça com os *compadres* que moravam mais perto da praia, que retribuía com peixe. Devido a este tipo de cercamento das roças, da casa de dona Dica podem ser vistas diversas touceiras de bambu que cresceram quando as roças *dos antigos* deixaram de ser cultivadas.

Dona Dica se separou de Orlando há muitos anos. Um dia pegou os filhos e se mudou para a casa de farinha. Sua separação não é uma exceção. Na Praia Grande alguns casais viviam em casas separadas, por desentendimento ou preferência, como dona Maria, irmã de Dica e seu Filhinho, seu marido. Filhinho gostava de viver na praia, perto do mar, e dona Maria gostava da *vargem*, onde tinha a roça e proximidade das matérias primas que utilizava para fazer esteiras e peneiras. O casal viveu diversos anos em casas separadas, embora mantivessem uma relação bastante próxima e compartilhassem o trabalho na roça.

O término de um casamento não implica necessariamente na ruptura da unidade familiar. Com frequência os casais separados moram no mesmo quintal e trabalham juntos na roça. Existe certa dependência tanto de homens quanto de mulheres da unidade familiar, pois os grupos de trabalho são familiares. Para fazer roça, farinha ou *café de cana*, o café adoçado com caldo de cana, são necessárias, pelo menos, duas pessoas. Ao contrário do que ocorre em outros grupos de camponeses e pescadores, as mulheres da Cajaíba têm um papel bastante ativo e importante: tocam a vida em terra enquanto os homens estão no mar. Por

esta razão as mulheres da Praia do Sono ficaram conhecidas por terem expulsado Gibrail da praia, com urtiga, as mulheres da Ponta da Juatinga por dominarem todas as etapas da pesca de cerco e as mulheres da Praia Grande da Cajaíba por sua longa resistência para permanecer na terra.

Dica mora sozinha há seis anos, desde que os últimos moradores da *vargem* foram embora, entre eles seu irmão Luis e seu filho Antonio. Yolanda, a mais nova dos onze filhos, reveza o tempo entre a casa da mãe e casa que construiu com o marido na Ponta da Juatinga. Embora more sozinha sempre aparece alguém pra ajudar, alguém que traz um peixe ou que chega para almoçar. Com o dinheiro que ganha no rancho durante o verão, frequentado tanto por turistas como por caiçaras, consegue se manter no inverno e as vezes pagar alguém para algum trabalho que não pode fazer sozinha. Dona Dica tem compadres que moram no Pouso da Cajaíba, uma filha que mora na praia da Itaoca e uma extensa rede de amigos.

Os roçados de mandioca de dona Dica ficam em torno de seu quintal. Nas roças mais antigas, que já têm três anos de plantio, plantou feijão guandu pra fortalecer a terra, nas áreas mais baixas, por onde escorre a água do tanque, em meio às duas roças que têm dois anos de plantio, plantou bananeiras, inhame, taioba, batata doce e condimentos, como manjerona, salsa, cebolinha, alho, pimenta, coentro português e ervas de uso medicinal como capim cidreira, guaco e terramicina. A roça é toda contornada por plantas de abacaxi, que separam os diferentes espaços e fornecem frutos no verão.

O preparo da roça é feito normalmente nos meses frios, de julho a setembro, mas tanto Dica como Altamiro diz que não tem época pra plantar, que plantam quando podem. O mato é roçado e queimado, o estrume das galinhas é misturado às cinzas e ao mato que sobrou. Em seguida são feitas as covas para o plantio. A rama da mandioca é plantada deitada, uma em cada cova, com um espaçamento de pouco mais de dois palmos. As roças ao redor da casa de dona Dica têm entre dois a três anos de cultivo, a terra já está bastante fraca. Dica já começou a plantar mandioca em um roçado mais para baixo. A mandioca deve ser colhida a partir de oito meses de plantada com no máximo um ano e meio, senão fica aguada e a farinha não rende nada. Depois de colhida as raízes são separadas das ramas, que serão replantadas.

Enquanto está trabalhando na roça Dica deixa as galinhas e o galo soltos. Vai carpindo e conversando com eles, imitando seu piado. Quando volta para casa vem chamando e eles a seguem até o galinheiro. Todo fim de tarde pequenas fogueiras, espalhadas pelo quintal, são acesas para queimar as folhas, o que ajuda a espantar os maruins, borrachudos e pernilongos, certas árvores têm folhas cheirosas. Da praia pode-se ver a fumaça que sai bem do meio do vale, a *covanca*⁵¹, onde fica a casa de dona Dica.

Dica gosta de deixar seu quintal bem limpo. As folhas do quintal são varridas diariamente, onde não tem grama o terreiro deve estar limpo, pra não juntar bicho, não chegar cobra. Para limpar o terreiro vai devagarzinho, batendo a enxada na terra e puxando o mato, com a raiz, isto é o que chama de *carpir*. *Roçar*, diferente de *carpir*, é cortar o mato alto com a foice e o facão. Diz que embora em dia de sol seja mais duro carpir, é melhor, porque o mato não brota, pois seca logo. Dica leva sempre seu cachimbo quando trabalha na roça. Deixa no chão, no pé de alguma árvore, ao lado da caixa de fósforos. De tanto em tanto se agacha e dá umas pitadas. Quando está queimando mato ou em casa perto do fogão a lenha pega um pedaço de brasa com o *tenaz* ou *pegador*, uma pinça feita de taquara, e põe sobre o tabaco. Dica aprendeu a fumar cachimbo com seu sogro, o falecido Isaias.

No quintal, entre as roças e o gramado que rodeia a casa, fica o terreiro de terra batida onde estão plantadas diversas árvores frutíferas (manga, fruta pão, acerola, goiaba, coco, pitanga, limão, laranja, ingá de metro), intercaladas com *árvores de sombra*, as amendoeiras. Próximo à porta de entrada e ao tanque de água um pé de acerola, alguns pés de feijão guandu, roseiras e outras plantas ornamentais.

A casa de dona Dica é composta por três edificações contíguas, a casa de morar, a *cozinha de fogo* e a casa de farinha. As três edificações têm paredes de pau-a-pique e foram *emboçadas* com uma mistura de cimento, barro e areia, para evitar que o barro soltasse e sujasse a casa. Atualmente apenas a *cozinha de fogo* e' coberta com sapê. As três construções ficam no mesmo nível e foram construídas na mesma *cava*. As portas e janelas são feitas com tábuas de madeira e são fechadas com tramelas⁵².

⁵¹ Um vale elevado, afastado da praia e cercado por morros.

⁵² Tranca feita de madeira que é pregada no batente das portas e janelas de modo que ao ser girada mantenha-as trancadas.

A casa de morar é avarandada, com duas portas de entrada. Uma com acesso para a cozinha com fogão a gás, uma mesa com cadeiras (que nunca vi serem usadas) e acesso ao banheiro. A outra porta com acesso à sala, onde têm dois sofás de dois lugares e um móvel onde fica o *reversor*⁵³ da placa solar, uma pequena televisão portátil, um rádio de pilhas e alguns bibelôs, xícaras de porcelana e porta-retratos com fotografias de Dica com os filhos. Em uma das paredes dois retratos de Dica, em um deles Dica com Ratinho, seu cachorro. Da sala se acede a um quarto com um armário, entre a sala e a cozinha um cômodo com uma cama de solteiro e o acesso para um quarto com cama de casal. Com exceção do banheiro os cômodos não têm portas e são a meia parede. Dica tem diversas esteiras, quando recebe visitas as esteiras são estendidas nos quartos, na sala ou na cozinha *de fogo*. As paredes da casa de morar foram rebocadas com cimento e pintadas com tinta azul anil, as janelas e portas são azul turquesa.

A *cozinha de fogo* é espaço mais usado da casa, onde é preparada e consumida a comida, é esquentada a água do banho, são defumadas as carnes e peixes salgados. A *cozinha de fogo* de Dica é uma construção independente, entre a casa de morar e a casa de farinha, para onde há uma janela comunicante. São duas portas de entrada com uma janela no meio, embaixo desta janela fica o pilão, usado pra pilar café, fazer colorau, paçoca, farinha de coco indaiá. O fogão a lenha é um fogão de chão, no canto direito da cozinha, tem pouco mais de um palmo de altura, pode ser usado por alguém de cócoras ou sentado em um dos banquinhos, tem duas bocas e uma chaminé que leva a fumaça para fora. Em um arame preso em dois pregos e afastado da parede com uma pequena vara de bambu ou em um *samburá*⁵⁴ pendurado na viga do telhado, ficam os peixes e carnes salgadas.

Tudo é muito organizado e limpo, cada coisa tem seu lugar. As panelas e alimentos ficam em duas estantes de madeira pintadas de azul, um arame preso embaixo da prateleira mais alta, serve para guardar as facas, longe do alcance das crianças. No esteio do telhado, uma palha de coqueiro e um pequeno balaio servem para guardar pequenos objetos. Nas laterais das estantes, pendurados em pregos, os utensílios usados no cotidiano, o pilão de madeira para socar o feijão, a tabua de cortar, o suporte do coador de café. Uma

⁵³ Aparelho que transforma a energia da placa solar em energia elétrica.

⁵⁴ Cesto com alça.

mesinha baixa (dois palmos de altura, dois palmos e meio de largura e três palmos de comprimento) fica no centro da cozinha. Ali sempre tem um bule de café adoçado, alimento consumido por todos ao longo do dia, com farinha de mandioca ou de milho, quando não biscoitos. Vários banquinhos ficam ao redor da mesa ou encostados na parede, um em cima do outro, cada um de um tamanho distinto. Senta-se no chão ou nos banquinhos. Quando tem alguém *de fora* é trazida uma cadeira ou são empilhados dois ou três bancos para aumentar a altura do assento. Os utensílios e a meticulosa organização são comuns a outras cozinhas a lenha da Cajaíba e do Saco do Mamangá.

Acorda-se cedo na casa de dona Dica, no raiar do dia, com os primeiros cantos do galo. Toma-se um café rápido e cada um vai cuidar de suas obrigações. Por volta das dez da manhã todos voltam para a cozinha para tomar café, comer frutas ou farinha. Na hora do almoço come-se rapidamente, pois sempre há muito trabalho a ser feito, cada um faz seu prato e se aquieta em algum canto para comer, com o prato na mão. Come-se diariamente arroz com feijão, às vezes tem peixe, mais raramente carne. Nas noites de verão, quando dona Dica recebe familiares e amigos, à noite é a hora do encontro, de conversar e dar risada, Dica aprecia estes momentos, pois passa grande parte do ano sozinha.

Na frente da casa fica o tanque de água, por onde a água, canalizada da cachoeira com uma mangueira de plástico, escorre incessantemente. No tanque, além de pegar e beber água, lava-se a louça e a roupa, são colocados os frutos maduros ao fresco, ou o peixe que será preparado no dia. Ao lado a mesa, uma estrutura de madeira e bambu onde se colocam as panelas e pratos ao sol e o varal de bambu para secar peixes.

A salga é uma técnica de conservação do pescado que nos termos locais funciona da seguinte maneira, em primeiro lugar o peixe é *consertado*, ou seja, são retiradas as entranhas e escamas, em seguida é *escalado*, são feitos diversos cortes nas laterais do peixe, que é aberto ao meio, da cauda à cabeça, em seguida é salgado e deixado por um dia em uma gamela. Como perde um pouco de água o peixe marina na salmoura. No dia seguinte o peixe é pendurado no varal de bambu ao sol, quando seco é pendurado perto do fogão à lenha, para que a fumaça mantenha longe bichos e a defumação contribua com a sua conservação.

A casa de farinha é constituída por um único cômodo, com uma porta na frente e uma na lateral, o forno em um dos cantos, com os dois banquinhos laterais, alimentado com lenha pelo lado de fora. As ferramentas principais são o ralador, os cochos, onde é colocada a massa da mandioca, a prensa e um pequeno engenho feito com dois rolos de madeira acionados por duas manivelas. Dica tinha uma prensa que funcionava com pedras, igual a de seu Altamiro, mas ficou muito velha e teve que ser desmanchada.



Fotografia 3. Prensa e tipiti, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).

Existe outro tipo de prensa, bastante comum no Saco do Mamanguá que é a *prensa de fuso*. Na Praia Grande havia só uma prensa deste tipo, de Dedé, irmão de Altamiro. A única pessoa que sabia fazer já faleceu e hoje ninguém mais sabe fazer. Como a prensa de fuso é mais fácil de ser manuseada, pois não é necessário colocar pesos para que funcione, visto que o fuso é apertado por meio de uma alavanca, Dica, que já não tem

tanta força, procurava alguém que pudesse fazer uma prensa destas para sua casa de farinha.

Alguns artefatos são indispensáveis para o funcionamento da casa de farinha, os tipitis e as peneiras, ao lado do tacho e da quarta, uma caixa de madeira usada para medir a farinha, uma medida do *tempo antigo*, um alqueire corresponde á duas quartas de farinha⁵⁵. Assim, a casa de farinha articula em um mesmo espaço heranças indígenas, africanas e portuguesas.



Fotografia 4. Peneiras, casa de farinha de dona Dica, De Francesco (2011).

⁵⁵Com dois alqueires de farinha enche-se uma lata de tinta grande, de dezoito litros, bastante utilizada para armazenar o alimento.

Quando a mandioca brava é colhida as raízes são lavadas e raspadas com uma faca, em seguida são processadas em um ralador feito com latas de alumínio e uma manivela, processo também chamado de *cevar a mandioca*.



Fotografia 5. Ralador e cocho, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).

Depois de *cevada* a massa é colocada dentro de *tipitis* (uma espécie de cesto) e é prensada para a extração do ácido cianídrico, que é tóxico. Do líquido é extraído, com uma peneira bem fina, o polvilho, a massa restante é colocada no cocho, um recipiente grande feito com um único tronco de madeira. Por fim é peneirada e *forneada*, torrada em um forno com o auxílio de um rodo de madeira. Depois de torrada a farinha é peneirada novamente e armazenada em gamelas, potes e latas.



Fotografia 6. Forno, casa de farinha de seu Altamiro, De Francesco (2011).

A vida caiçara é marcada pelo trabalho familiar, pelo amplo uso dos recursos do meio e por um saber fazer que garante a autonomia do grupo familiar em várias dimensões da vida cotidiana. Ao longo dos meses em que estive na casa de Dona Dica, seu Luis e Antonio, seu irmão e filho, respectivamente, estavam reformando o telhado da casa de farinha e da cozinha a lenha. A casa de farinha estava com a estrutura podre e a cozinha a lenha precisava de reparos no telhado de sapê.

Seu Luis nasceu em 1939, é o irmão mais velho de dona Dica, dez anos mais nova. Mudou-se há seis anos para um bairro rural de Paraty, Barra Grande, onde leva uma vida parecida com a que tinha na Praia Grande, mora com sua esposa e uma filha. Preferiu

vender sua posse e comprar um terreno perto da cidade, para ter a documentação da terra, mesmo que não fosse em seu *lugar*, assim não correria o risco de ser expulso. Por outro lado, com a velhice e os problemas de saúde de sua esposa, a proximidade da cidade era uma vantagem. Mas nem todos que saíram da Praia Grande tiveram a mesma sorte que ele, alguns, como me disse, acabaram ficando sem nada, na periferia de Paraty.

Com seus 72 anos Seu Luis ainda tem força para *erguer* uma casa, trabalhar na roça e fazer farinha. Com seu jeito quieto, podia passar horas sem dizer uma palavra, quando resolvia conversar chegava perto, se sentava e podia passar horas conversando, fumando seu cigarro de palha. Seu Luis o tempo todo está prestando atenção ao que acontece ao redor, tem uma percepção muito fina do *lugar*, dos bichos, da mata. Certa tarde de domingo estávamos na varanda de dona Dica, todos haviam descido para a praia. Naquele dia fazia tanto calor que tudo parecia mais silencioso. Em certo momento seu Luis ergueu a mão, interrompendo nossa conversa, esticou a cabeça em direção à mata e apontou dizendo: *Briga de tucano*. Aquilo me chamou muito a atenção, sua capacidade de ouvir um som que eu não ouvia e de distinguir não só o emissor, mas o contexto do barulho era notável. Ao longo dos dias isso se repetiu diversas vezes, seu Luis sempre me chamava à atenção para um som indicando com o dedo, e depois de um tempo de silêncio, ouvindo, dizia do que se tratava, acasalamento de macucos, o lagarto atravessando o quintal, a cotia indo comer o abacaxi.

Antonio tem vinte e poucos anos e também conhece bem aquelas matas e seus bichos. Um dia estava com um coquinho que tinha pegado do chão, me disse que era o coco patí (*Syagrus pseudococus*), o coco que a *caça*⁵⁶ gosta de comer. *A maçã do coco patí, quando brota, antes de dar folha, é boa de comer*. O coco indaiá (*Attalea dúbia*) é usado para fazer farofa, é coletado do chão e deixado para secar ao sol, depois de alguns dias é quebrado com um facão e é retirada a parte interna, *o coquinho de dentro*. Este *coquinho* é socado no pilão com um pouco de farinha de mandioca e sal. Outra espécie de coco usada na alimentação é o coco preto, o fruto de uma árvore cujo tronco é cheio de espinhos. Quando está verde o coco é cortado para que seja consumida a água de seu interior, a carne

⁵⁶ Todos os animais que são ou eram caçados são chamados de caça.

também pode ser comida. Quando seca, o coco preto endurece, nas palavras de Antonio, *fica tão duro que parece de cerne*⁵⁷, *fica preto e brilhante, muito bonito*. Existe também o coco natal, bastante miúdo, que deve ser comido *bem verdinho, quando ainda não tá de vez*. *De vez*, conforme me foi explicado em diversas ocasiões, é o estágio do fruto que não está mais verde, porém ainda não está maduro.

Antonio se mudou para Paraty há seis anos. Mora no Pantanal, um bairro periférico, trabalhava em uma peixaria perto do cais dos pescadores. Casou com uma moça da cidade com quem tem um filho. Antonio, que cresceu na Praia Grande, compartilha os conhecimentos de sua mãe e tio, foi o último filho a sair de casa.

Ao dar início à reforma da casa de dona Dica, a primeira coisa que seu Luis e Antonio fizeram foram duas escadas, com bambu e cipó. Dica, ao longo dos meses passados, havia coletado sapê e guardado na casa de farinha. Além disto, uma parte do sapê do telhado podia ser aproveitada. As madeiras foram cortadas nas proximidades do quintal de dona Dica, o pati para o esteio, jacatirão para os dormentes e vigas do telhado, pororoça e bambu para o pau-a-pique das paredes. Foi necessária uma semana para fazer o trabalho, desde a retirada dos paus na mata até a construção da estrutura da casa.

⁵⁷ *Madeira de cerne* é uma expressão usada para se referir à madeiras duras.



Fotografia 7. Seu Luis e Antonio, De Francesco (2012).

Depois de terminada a estrutura, o telhado é *envarado*. São colocadas as ripas de juçara onde será amarrado o sapê. As ripas são feitas na mata, com um machado parte-se o palmito ao meio, uma cunha, feita na hora, é usada para partir a madeira. A ripa é feita com a parte externa da palmeira, o miolo da parte superior é comestível.

Ao longo de toda a lateral da casa, onde serão erguidas as paredes, são colocadas varas de pororoca, presas entre a viga de cima e um rodapé de cimento, com um espaçamento de vinte centímetros. Depois disso é *amarrado o pau-a-pique*, ripas de bambu, partidas ao meio, são presas nas varas de pororoca, tanto do lado interno como do externo, com fita plástica ou cipó, de forma intercalada.

Antes de fazer o barreado das paredes a casa deve ser coberta. O sapê tem que ser tirado na época correta, *quando está amarelinho*, se for tirado quando ainda está *de vez*, expressão que significa que a planta ou fruto ainda não está maduro, *pega bicho* e apodrece. Fica armazenado em um lugar abrigado, até que se tenha sapê suficiente para cobrir o

telhado todo e as pessoas disponíveis para trabalhar, cobrir um telhado com sapê é um processo bastante demorado. As pontas onde estão as raízes são cortadas, feixes finos de sapê são então amarrados com um fio de sapê mais grosso, estes feixes são chamados de *mão de sapê*. As pontas devem estar perfeitamente niveladas, pois quando o telhado é coberto com a sobreposição das *mãos de sapê*, estas pontas ficam aparentes no interior da casa, por isso o acabamento deve ser bem feito. Os feixes têm cerca de dois dedos de grossura e são amarrados a uns dez centímetros da ponta, com o fio de sapê bem apertado. É um processo trabalhoso e demorado, executado em diferentes etapas.

Para cobrir o telhado as *mãos de sapê* são amarradas nas ripas de juçara. O telhado começa a ser coberto pela parte mais baixa, quando a ripa de juçara está coberta pelas *mãos de sapê*, uma bem rente à outra, é amarrada uma vara de bambu do lado externo do trabalho, para pressionar o sapê contra a ripa. Na parte de cima do telhado, o sarrafo, as *mãos de sapê* são dispostas uma para cada lado. Quando um telhado deste tipo é bem feito e é mantido com a fumaça do fogão a lenha, pode durar até dez anos.

Todo este processo construtivo é realizado por um pequeno grupo de trabalho, normalmente constituído por parentes. Quando foram construídas as casas dos filhos de seu Altamiro, por exemplo, o grupo de trabalho era constituído pelo pai e os filhos. Quando se faz o *barreado*, a cobertura das paredes com barro, ao contrário, é comum o convite para um mutirão. Na casa de Dica tive oportunidade de acompanhar dois destes mutirões, um em 2011 para fazer as paredes da cozinha à lenha, outro em 2012, na casa de farinha.

Neste primeiro mutirão estava no Pouso da Cajaíba e Dica havia convidado o pessoal de lá, filhos de seus compadres, para o mutirão. Quando chegamos Yolanda tinha preparado uma panela de feijão com carne de porco, arroz e macarrão. No centro da cozinha a lenha, que seria emboçada com barro, uma cadeira com um garrafão de cachaça e linguiça frita. Logo cada um começou a fazer uma coisa, alguém com a enxada tirava a terra do barranco, outro trazia água para molhá-la, outro a pisoteava com os pés para preparar o *barreado*. Para emboçar as paredes são necessárias duas pessoas, uma do lado de dentro da casa e outra do lado de fora. O barro deve ser jogado ao mesmo tempo, na estrutura de pororoca e bambu, com certa força, para que fique preso. O barro excedente é removido com os dedos. O trabalho é feito em um clima de brincadeira, fazendo o

barreado, emboçando a parede, jogando barro um no outro, as três paredes da cozinha a lenha foram erguidas rapidamente.

No mutirão para o *barreado* da casa de farinha, que havia sido construída por seu Luis e Antonio, eu já estava na casa de Dica e ela havia chamado o pessoal do Pouso, mas era um dia de chuva e não apareceu ninguém. Apesar disto, com as pessoas que estavam em sua casa foi possível fazer o mutirão. Como estávamos em número ímpar eu fiquei sem par para ajudar a *emboçar* a casa e me foi atribuída a tarefa de fazer o almoço. Como na outra ocasião chamou-me a atenção a particularidade deste momento, o *barreado*, em relação a todo o restante do trabalho na construção da casa. O *barreado* é um momento alegre, todos se divertem, dão risada, brincam. Não se trata de um trabalho muito pesado, o mutirão tem mais a intenção de reunir as pessoas e celebrar a construção da nova casa, onde todos que participaram serão bem vindos.

Quase todos os materiais usados na construção e na confecção das ferramentas e utensílios são retirados da mata próxima, que margeia os roçados e o quintal. Dica mantém alguns sapezais próximos ao seu quintal e na *vargem*. O cuidado com o sapezal implica em sua queima periódica para matar a *pixirica* e fazer com que o sapê cresça forte. Para queimar o sapezal é necessário fazer o acero.

Então foi dali que eu tirei o sapê, botei um acero e queimei, nasceu sapê, eu vou cuidar desse sapê aí que é pra subir lá pra minha casa. Eu rocei e queimei porque aqui o Cristiano não manda não [...] Eu queimei só o tantinho do sapê que eu preciso. Aqui era a casa do André, filho do meu irmão Luis, a casa é dele, e nasceu o sapê, mas o capim e a pixirica tava matando o sapê, eu peguei arranquei um pouquinho, fiz acero em volta e queimei. Acero é pro fogo não passar na mata, raspa assim a folha [deixando um espaço limpo, sem folhas, margeando a área a ser queimada] aí o fogo não alastra, se deixar a folha em qualquer lugar vai alastrando e pega na mata, a gente só usa aonde precisa, entendeu. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2012.

O cuidado com o sapezal não envolve apenas o acero e a queima é preciso cuidado para não queimar uma parte do sapê. Este cuidado com a matriz, não só do sapê, mas de qualquer planta, que possibilita sua reprodução é explicado através do uso do termo *mãe*. Acima transcrevi um trecho relativo ao cuidado com a *mãe do cipó*, no relato abaixo dona Dica explica os cuidados relativos à *mãe do sapê*:

Dica: você conhece o caminho novo que eu abri?

Ana: Não, que caminho?

Dica: O caminho que começa aqui na roça e sai lá na mãe do sapê.

Ana: O que é a mãe do sapê?

Dica: Como você não sabe, não veio pelo caminho? Então passou pela mãe do sapê, é ali onde tem aquele monte de sapê e eu deixo sempre lá, que é pra poder brotar de novo.

Ambos os relato sobre os cuidados com a *mãe do sapê* e a *mãe do cipó* apontam para a recorrência das categorias mãe / filho nas explicações sobre técnicas e modos de fazer que regulam o uso dos recursos da floresta e a relação com os animais. Em outra ocasião, conversando com seu Altamiro, enquanto caminhávamos em seu quintal, ele me deu a seguinte explicação sobre o ciclo reprodutivo de algumas plantas:

O palmito tá brotando, isso aí é o filhote dele, já vem a mãe com os filhotes. E esse cedro aqui tem 40 anos, aqueles filhotes que estão lá são dele, ele tá jogando as folhas que é pra nascer os coquinhos, ai vem a flor e da flor os coquinhos.

Este mesmo princípio de mãe e filho regulava, no passado, a caça. Os bichos eram caçados apenas quando não *estavam com cria*. Costuma-se associar a *fartura* do tempo antigo com a disponibilidade de peixes no verão e da caça no inverno. No inverno o mar *tá grosso*, agitado pelos ventos do sul e os peixes estão longe da *costeira*. Ao contrário, as caças do mato estão *criadas* (os filhotes já cresceram) e estão gordas, pois se

alimentaram bem durante todo o verão. No verão a maioria das caças está *com cria* e estão magras, por outro lado o mar está manso e os peixes estão próximos. Desta forma durante o verão o alimento proteico era obtido no mar, por meio da pesca, ao passo que no inverno era obtido na floresta, por meio da caça.

A relação com os animais e o controle da caça se dava também por meio da *ceva*, ou seja, a disposição de alimentos para que a caça se acostume a frequentar determinado local. No verão se um animal está gordo é porque está *cevado*, ou seja, está se alimentando da roça ou de alimento deixado para ele. A alimentação dos bichos de caça era uma prática comum, além da *ceva* e das *roças de ceva* outra prática era o *engodo*, a disposição de uma massa feita de farinha de mandioca na *carreira*, caminho percorrido pelo bicho, *para amansar a caça*, que se habituava a percorrer aquele caminho.

Nos pontos de *ceva* ou onde era colocado o *engodo* era praticada a caça de espia, redes eram amarradas em árvores, ou era construído um *trepeiro*, com madeiras e cipós, onde se esperava em silêncio a aproximação do animal, que era abatido com um tiro de espingarda.

As formas locais de entender e se relacionar com os animais e o ambiente, ou seja, as percepções que as pessoas têm do mundo, é sufocada e distorcida quando procuramos enquadrá-la no modelo dicotômico do pensamento ocidental, que impõe uma fronteira mais ou menos rígida entre natureza e cultura (INGOLD 2000). A visão moderna, que coloca humanos e não-humanos em campos ontológicos distintos, deixa de fazer sentido quando nos deparamos com uma maneira de entender o mundo como um “palco de uma sociabilidade sutil” da qual participam humanos, animais e plantas. O que chamamos de natureza deixa, nestes contextos, de ser um objeto que deve ser socializado para tornar-se um sujeito de uma relação social. A natureza é assim entendida como o prolongamento do mundo da casa, um espaço doméstico (DESCOLA, 1997).

As cosmologias das terras baixas ameríndias chamam atenção para a ausência de uma distinção ontológica rígida entre humanos e não-humanos, pois ambos são dotados de mortalidade, vida social, intencionalidade e conhecimento (ÅRHEM, 1996). O que me interessa aqui é esta característica perceptiva das cosmologias amazônicas. A humanidade não é vista como uma espécie dominante, “que subordina todas as outras espécies à sua

própria reprodução” (DESCOLA, 1997: 249). Ao contrário todos estão inseridos em um sistema de relações que perpassa relações de proteção, de aliança, de troca e de comensalidade.

Esta forma de entender o mundo se aproxima muito mais da visão que os moradores da Cajaíba têm das florestas e dos animais que a habitam do que o pensamento dualista que tende a pensar o mundo em polos opostos de natureza e cultura. A relação com os animais na Cajaíba é orientada muito mais por uma perspectiva animista, segundo a qual animais, assim como pessoas, têm casas, caminhos, hábitos e preferências. Seus comportamentos e características físicas são descritos a partir de características antropomórficas.

A bichinha, que a gente trata por cotia, tem um cabelinho marrom em cima e a sainha dela é vermelhinha. Vem pra cá porque precisa da comida pra comer, porque agora na mata não têm, o coco não tá caindo mais, coco pati, coco indaiá, aí o bichinho sente fome e precisa das frutas que a gente planta. Dona Dica, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Quando Nossa Senhora teve o menino Jesus o gambá quis ajudar. Foi falar com Nossa Senhora e disse que daria de mamar para a criança. Nossa Senhora então disse: – Você é muito fedido gambá, mas como mostrou sua boa intenção agora você vai ter filhos sem dor. E foi assim que o filhote do gambá nasceu bem pequenininho e cresce por debaixo da pele, numa bolsa, assim pode nascer sem dor. E é por isso que não pode comer gambá. Eles podem amamentar as crianças que precisam. Alvino, Calhaus, ano de 2011.

Nas duas narrativas, a explicação sobre como é a cotia e o porquê estava comendo a roça de mandioca de dona Dica e a explicação de Alvino sobre a restrição em relação ao consumo da carne do gambá, apontam para um tipo de percepção e relação com os animais que, mais do que uma relação de dominação, é uma relação de coabitação.

Humanos e não-humanos habitam o mesmo território e dele dependem, igualmente, para viver, assim como dependem um do outro.

Neste capítulo, assumindo como recorte empírico o quintal de seu Altamiro e a casa de dona Dica, tratei dos modos de fazer que dizem respeito tanto à dimensão técnica da vida cotidiana, quanto ao modo de perceber e interagir com o ambiente. Assim, ao mesmo tempo em que há uma memória histórica e genealógica ligada ao território, existe também uma memória técnica (LE GOFF, 2003), um saber-fazer que é mantido ao longo das gerações através do engajamento ativo com o ambiente e da interação técnica na composição de grupos de trabalho, na confecção e manuseio de ferramentas e utensílios. Tanto as narrativas quanto as técnicas conduzem a um entendimento do mundo informado pela experiência anterior e enriquecido pelo constante processo de viver no mundo.

“Uma maneira de falar é em si uma maneira de viver na terra. Longe de servir como uma moeda de troca, como as representações mentais privadas, a linguagem celebra um conhecimento do mundo que é incorporado, e é compartilhado, graças ao envolvimento mútuo das pessoas nas tarefas do habitar. Não é então a linguagem em si que garante a continuidade da tradição. Ao contrário, é a tradição de morar na terra que assegura a continuidade da linguagem. Remover uma comunidade de falantes da terra é cortar a linguagem de sua fonte geradora de sentido, deixando-a como o vestígio de uma forma de vida que há muito tempo foi ultrapassada por sua representação enquanto objeto da memória” (INGOLD 2000: 147, tradução minha)⁵⁸.

Essa permeabilidade que existe entre os modos de dizer e nomear, os modos de fazer e de perceber estão intrinsecamente ligados ao processo de habitar o mundo. É por esta razão que a análise da territorialidade, observada em suas múltiplas dimensões, diz

⁵⁸“Thus a way of speaking is, in itself, a way of living in the land. Far from serving as a common currency for the exchange of otherwise private mental representations, language celebrates an embodied knowledge of the world that is already shared thanks to people’s mutual involvement in the tasks of habitation. It is not, then, language *per se* that ensures the continuity of tradition. Rather, it is the tradition of living in the land that ensures the continuity of language. Conversely, to remove a community of speakers from the land is to cut the language adrift from its generative source of meaning, leaving it as the vestige of a form of life that has long since been overtaken by its representation as an *object* of memory”.

repeito tanto a aspectos materiais quanto imateriais da vida social. Por esta razão acredito que, de certa maneira, olhar para um território, é olhar para uma cosmologia.

Capítulo III - Os caminhos da costeira

A materialidade do território caiçara pode ser observada na configuração do espaço: na disposição e arquitetura das casas, no quintal que *traz a comida para perto de casa*, nas roças itinerantes feitas nas margens da floresta, nas redes de pesca estendidas na areia e nos barcos coloridos ancorados no mar. Na Cajaíba o tecido genealógico é visível na disposição das casas, na organização dos quintais e na distribuição dos roçados. As árvores plantadas remetem às histórias dos antepassados, marcam a idade dos filhos, delimitam domínios e caminhos.

Tá vendo este pé de caju, foi o Cacaiu quem plantou. Eu não sei se tá com 30 anos, 30 e poucos anos. É a idade do pé do caju que o Cacaiu plantou, que tem quase a mesma idade dele. Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, 2011.

Os moradores da Cajaíba são, em sua maioria, posseiros e aqueles que tinham o título da terra deixaram de recolher impostos quando foi criada a reserva. As localidades são articuladas por relações de parentesco e de vizinhança, pelo compartilhar de um mesmo histórico de ocupação da terra e uma mesma organização social. Embora existam particularidades entre as localidades da enseada, há uma relação histórica entre elas, um circuito estreito de trocas, a recorrência de um modo de vida e de uma memória comum. As localidades estão ligadas por relações de parentesco, localmente entendida como a descendência comum do *tronco velho*. O *tronco velho*, conforme mencionado no capítulo “Balaio de memórias”, se espalhou por toda a península da Juatinga por meio das relações de casamento, dando origem aos vários *tronquinhos*, as atuais famílias.

Hoje é muito comum ouvir os jovens se chamarem de primo. O termo, que permeia a maioria das conversas entre os mais jovens, revela que de fato, quase todos os parentes tem um laço de parentesco entre si e, no geral, são de fato primos. Neste sentido é também significativo o uso local do termo *comunidade* para se referir ao conjunto de moradores de cada uma das localidades, que compartilham direitos sobre a terra e estão

inseridos em uma mesma rede de parentesco. Ao utilizar o termo *comunidade*, ao longo do texto, me referio a este significado êmico do termo.

O propósito deste capítulo é, a partir de um estudo empírico centrado no Pouso da Cajaíba, mostrar os mecanismos locais de divisão da terra, tanto do ponto de vista interno à *comunidade*, no sentido de uma continuidade de um modo tradicional de ocupação e divisão da terra, como das atuais dinâmicas e incorporação de novas lógicas e atores. Para tanto procurei, em um primeiro momento, organizar graficamente as relações de parentesco, colocando em evidência, a partir de um mapa local, sua espacialidade, ou seja, como as relações de parentesco estão inscritas na paisagem, apontando para a recorrência de um padrão. Em um segundo momento, tendo em vista analisar as dinâmicas atuais de ocupação do espaço, as edificações foram destacadas com diversas cores, segundo o tipo de uso e ocupação.

A análise destas relações, percepções e transformações, foi construída a partir de alguns mapas elaborados por moradores da localidade do Pouso da Cajaíba. Tendo tratado nos capítulos anteriores, com maior profundidade, o material etnográfico reunido em trabalho de campo na Praia Grande da Cajaíba, ficará evidente, no decorrer deste capítulo, a enorme diferença da configuração sócio-espacial entre as duas localidades. Em relação à percepção dos moradores, é interessante comparar o mapa elaborado por seu Luís (Mapa 3, p. 36), analisado no capítulo “Balaio de memórias”, com os mapas locais do Pouso da Cajaíba. A comparação aponta para uma percepção bastante distinta do espaço. No mapa de seu Luis as principais referências são geográficas, o espaço mapeado é bastante extenso e a toponímia remete a um passado bastante profundo. Ao contrário, os dois mapas do Pouso da Cajaíba focaram o espaço ocupado pelas moradias e utilizaram, como principal referência, as casas e os caminhos entre estas. Apesar das diferenças serem nítidas, entre as duas localidades, se levarmos em conta os mecanismos de divisão da terra, no interior das unidades familiares, notamos a recorrência de um padrão entre o quintal de seu Altamiro, os quintais das famílias do Pouso da Cajaíba e entre as *casas velhas* da Praia Grande da Cajaíba⁵⁹.

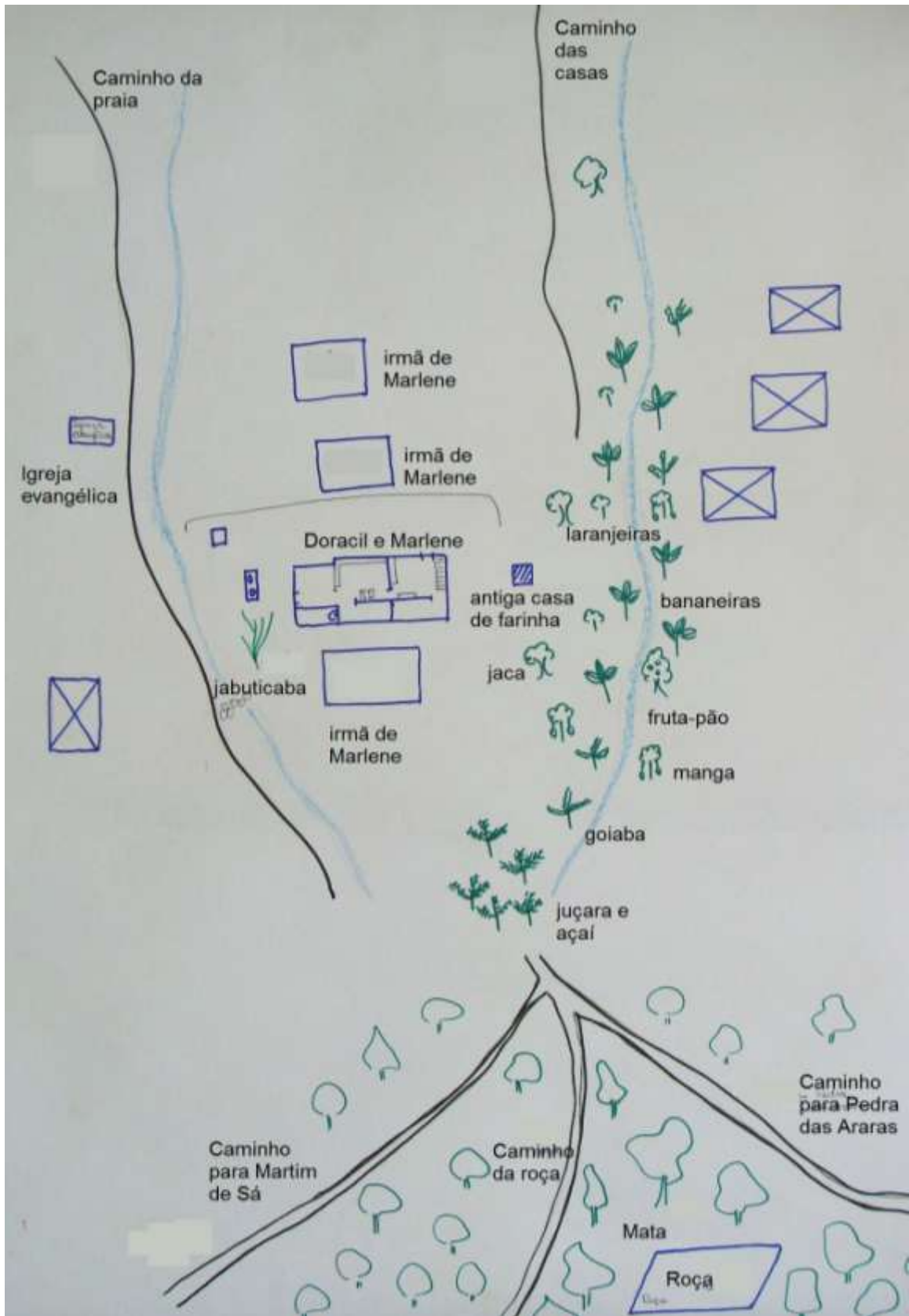
⁵⁹ A partir de relatos de moradores e dos pontos marcados com aparelho receptor GPS das *casas velhas*, as casas dos antigos moradores da Praia Grande da Cajaíba, é possível observar estes mesmos mecanismos de

O quintal marca a divisão entre uma casa e outra e entre o espaço privado, familiar, e a floresta, espaço de uso comum. Costumeiramente, os quintais não são cercados e são cruzados por caminhos utilizados por todos, é um espaço de passagem, cujo acesso é regulado pelo *respeito*, uma categoria importante e recorrente de significado bastante amplo. Em relação ao trânsito nos quintais o *respeito* implica em percorrer apenas os caminhos destinados à passagem. Embora não haja muros ou divisões, não se deve entrar no quintal de alguém sem permissão, a intrusão em um quintal é com frequência denunciada pelo latido de cães ou o canto de algum *galo índio*⁶⁰. É possível, senão provável, que uma pessoa *de fora* se perca no emaranhado dos caminhos e tome um rumo errado, que conduz para o quintal de uma família. Esta é uma situação que pode causar bastante incomodo para os moradores.

Conforme analisado no capítulo anterior, os quintais da Praia Grande da Cajaíba são bastante extensos, comportando tanto áreas de roça como áreas de cultivo de árvores frutíferas e outras variedades arbóreas de uso local. A Praia Grande da Cajaíba localiza-se em uma área bastante extensa e plana, quando comparada ao Pouso da Cajaíba, que se concentra em uma área mais estreita, com uma declividade bastante acentuada. Isto parece estar relacionado com um padrão diferente de ocupação. A maioria das roças dos moradores da localidade do Pouso da Cajaíba concentrava-se em uma área conhecida como *sertão*, bastante longe da praia, subindo o morro por uma hora e meia de caminhada. As roças espalhavam-se pelas áreas adjacentes aos leitos dos riachos. Hoje, com a economia local voltada principalmente para a pesca e o turismo, apenas duas famílias mantêm roças no *sertão*. Contudo, se compararmos o mapa feito por mim, a partir das indicações de seu Doracil e dona Marlene, moradores do Pouso, podemos notar uma grande semelhança em relação às descrições de seu Altamiro sobre seu quintal.

divisão da terra no passado. Por outro lado, um levantamento etnográfico em outras localidades, como possível desdobramento desta pesquisa, poderia apontar para a recorrência ou não deste padrão e delimitar sua abrangência geográfica.

⁶⁰ Embora nunca tenha presenciado ou ouvido falar de rinhas de galos na Cajaíba, o galo índio, uma variedade que surgiu do cruzamento de aves domésticas com aves combatentes, é um animal estimado por alguns moradores, exercendo, muitas vezes a mesma função que um cão de guarda.



Mapa 8: Quintal de seu Doracil e dona Marlene, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).

Elaborei este mapa enquanto conversava com seu Doracil e dona Marlene, sentada no chão da sala de sua casa. Conversamos por algumas horas, de manhã e no início da tarde, sobre muitos assuntos. Para fazer o mapa, no final de nossa conversa, eles me indicavam, apontando no quintal, os caminhos, as casas vizinhas e as plantas. Sua casa fica bem no alto do morro, uma das últimas casas da localidade. Foi construída na posse dos pais de Marlene, delimitada por dois riachos, as outras casas que ficam nesta área são de suas irmãs.

Para orientar a leitura deste mapa cabe dizer que a área de mata, onde foram desenhadas diversas árvores iguais, é o alto do morro. Os caminhos que seguem na direção oposta descem para a praia. Saindo do fundo do quintal, em direção à mata, três caminhos sobem o morro: o caminho de Martim de Sá, o caminho que leva para a área de roçado e o caminho para a Pedra das Araras. Seu Doracil tem uma roça de mandioca e abacaxi que fica a vinte minutos de caminhada de sua casa.

Eu tenho abacaxi e a minha mandioca a caça comeu tudo. É, você não pode matar uma caça hoje em dia e a caça vai destruindo a roça. Você vai lá, bota mato na trilha, mas não adianta não, o bicho é sem vergonha. A cotia, o prejuízo que me dá, come batata, come milho, come feijão, come tudo. Tudo que tem ela come, os bichos estão demais. Seu Doracil, Pouso da Cajaíba, ano de 2011.

Aposentado da pesca embarcada, na qual trabalhou por quarenta anos, seu Doracil se lamentava da saúva e dos bichos que estavam acabando com a roça. Desde que a caça foi proibida aumentou muito sua quantidade. Por esta razão considera que o trabalho na lavoura não vale mais a pena, deixou de fazer farinha, que passou a comprar na cidade. Para o consumo da família pesca de vara, na canoa. Nas margens de seu quintal diversas árvores frutíferas (jabuticaba, laranja, banana, fruta-pão, jaca, manga, goiaba, palmito juçara e açaí) marcam o limite entre o seu quintal e o da família vizinha.

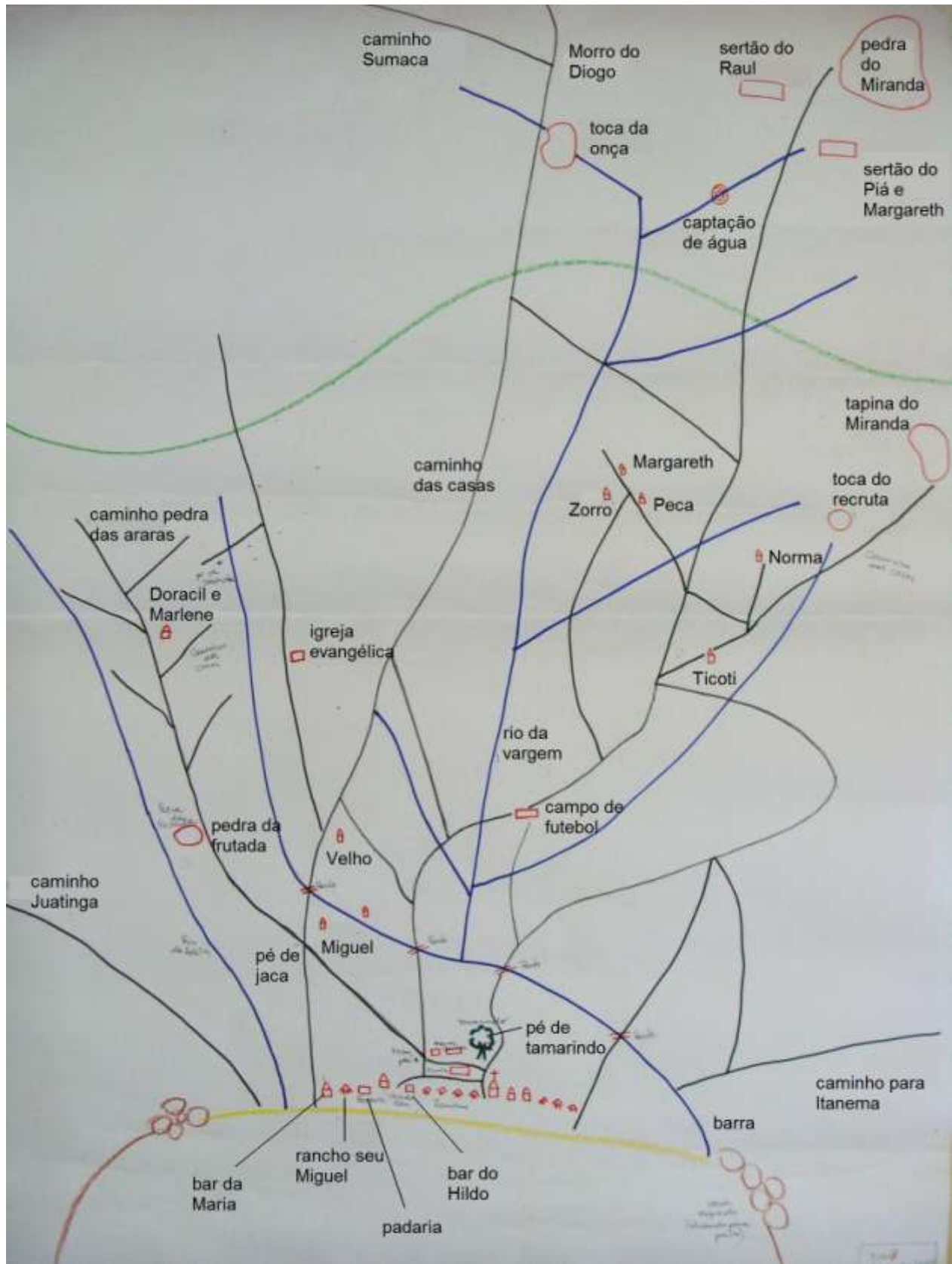
A casa do casal tem a porta de acesso para uma sala, dois cômodos fechados, a cozinha com fogão a gás no centro e uma cozinha à lenha com um banheiro do outro lado.

No quintal próximo a casa fica o tanque de água, no passado havia também uma casa de farinha. Tanto o quintal quanto a casa têm semelhanças em relação ao que foi descrito no capítulo anterior em relação ao quintal de seu Altamiro e a casa de dona Dica.

Tendo apontado as semelhanças quero agora ressaltar as diferenças, principalmente aquelas que dizem respeito à percepção dos moradores sobre o *lugar*. Para tanto proponho ao leitor observar um mapa da localidade do Pouso da Cajaíba, elaborado por Ticoti, tendo em mente o mapa da Praia Grande da Cajaíba, apresentado no capítulo 1, elaborado por seu Luis.

Se o mapa elaborado por seu Luis (Mapa 3, p. 35) tinha como referência o relevo e os “lugares-de-memória”, o mapa de Ticoti⁶¹ (Mapa 9, p. 93), tem como principal referência e ponto de partida os caminhos da localidade do Pouso da Cajaíba. Ticoti ao elaborar o mapa, primeiro traçou a orla da praia, depois os caminhos (em preto) e os rios (em azul), em vermelho foram marcadas as principais referências espaciais, as casas de alguns moradores, a Pedra da Frutada, o campo de futebol, na *vargem*, a igreja evangélica, a Pedra do Miranda, o ponto de captação de água e o *sertão* de seu Piá e dona Margareth e de Raul. No centro, em verde, o pé de tamarindo. Nota-se que *sertão* é a maneira pela qual os moradores do Pouso se referem às áreas de roçados localizadas no alto do morro, afastadas da praia.

⁶¹ Seguindo o padrão adotado ao longo do texto me refiro à Francisco Xavier Sobrinho por seu apelido Ticoti. A maioria dos moradores da Cajaíba se conhece apenas pelo apelido. Em respeito a este costume e à privacidade das pessoas com quem trabalhei uso, ao longo do texto, apenas os apelidos, pois foi desta maneira que as pessoas se apresentaram. Onde aparece o nome completo a intenção é antes marcar a autoria da informação apresentada do que identificar a pessoa.



Mapa 9: Pouso da Cajaíba, Francisco Xavier Sobrinho (2011).

O mapa de Ticoti, quando comparado a um mapa cartográfico de declividade do local, mostra como a localidade se desenvolveu em uma área de vale bastante estreita. Por isso, os caminhos correm ao lado dos rios, pois são as áreas menos íngremes. A casa de Doracil foi incluída no mapa, a última casa no alto, à esquerda, próxima à igreja evangélica. A linha ondulada em verde marca o início da área de mata.

Ticoti mapeou os três caminhos que levam para as localidades próximas. O caminho que segue pelo centro da localidade que vai para a praia de Martim de Sá, o caminho à direita que vai para a praia de Itanema e o caminho à esquerda que vai para a Ponta da Juatinga. Este último caminho não é muito utilizado devido a presença de *pixiricas*, nome atribuído, também, às formações rochosas íngremes e escorregadias, além da vegetação arbustiva presente nestas formações. O acesso às localidades que ficam do outro lado da Ponta da Mesa, como a Juatinga, o Saco Claro, e o Saco das Anchovas, se dá preferencialmente pelo mar⁶².

Os elementos da paisagem que aparecem no mapa, árvores, caminhos, rios e mirantes, são referências espaciais usadas no cotidiano. No primeiro trabalho de campo em que fiquei no Pouso da Cajaíba, queria ir até a Pedra da Frutada, mas não conhecia o caminho. Perguntei para um rapaz que *varria a praia*⁶³. Richard me respondeu:

Você vai direto por aqui e quando encontrar um pé de jaca você sobe.

Mas porque pedra da frutada?

Sei lá, isso é coisa de antigamente. Devia ter muita fruta lá (risadas).

Esse mesmo pé de jaca, que Richard mencionou ao me indicar o caminho para a Pedra da Frutada, apareceu tanto no mapa de Ticoti como no mapa de Josi e Gigni, que será apresentado em seguida. Isso nos mostra como, de fato é uma referência espacial compartilhada.

⁶² Uma particularidade destas localidades é a ausência de praia. O desembarque é realizado por meio das *estivas*, plataformas feitas de bambu, fixadas em diferentes alturas na costeira, para acompanhar os movimentos da maré.

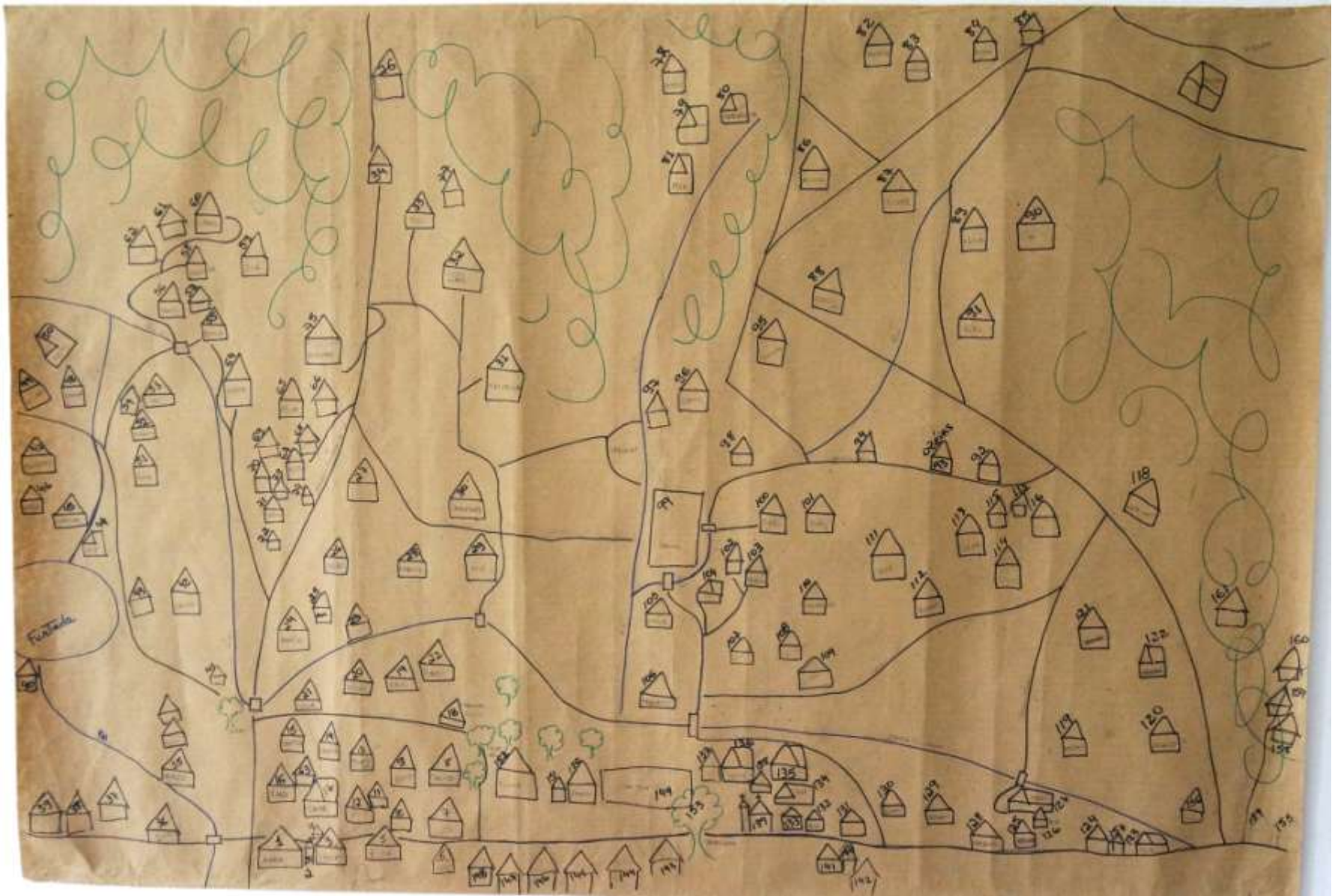
⁶³ *Varrer a praia* é uma atividade cotidiana, cada um é responsável por varrer a área próxima à sua casa ou rancho.

Ao incluir o mapa do quintal de seu Doracil e dona Marlene meu objetivo era mostrar a semelhança, em relação à Praia Grande da Cajaíba, da organização espacial da casa e do quintal. Ao passo que minha intenção, com o mapa de Ticoti, é apontar a diferença na maneira como os moradores do Pouso percebem o espaço. A predominância de referências ligadas aos componentes humanos do espaço, como os caminhos, as árvores plantadas e as casas, aponta para uma relação com o ambiente mais marcada pela domesticação do que pela coabitação. Uma evidência disto é a delimitação, presente tanto no mapa de seu Doracil como no mapa de Ticoti, entre a área ocupada pelas moradias e a mata, fronteira esta que não existe no mapa de seu Luis.

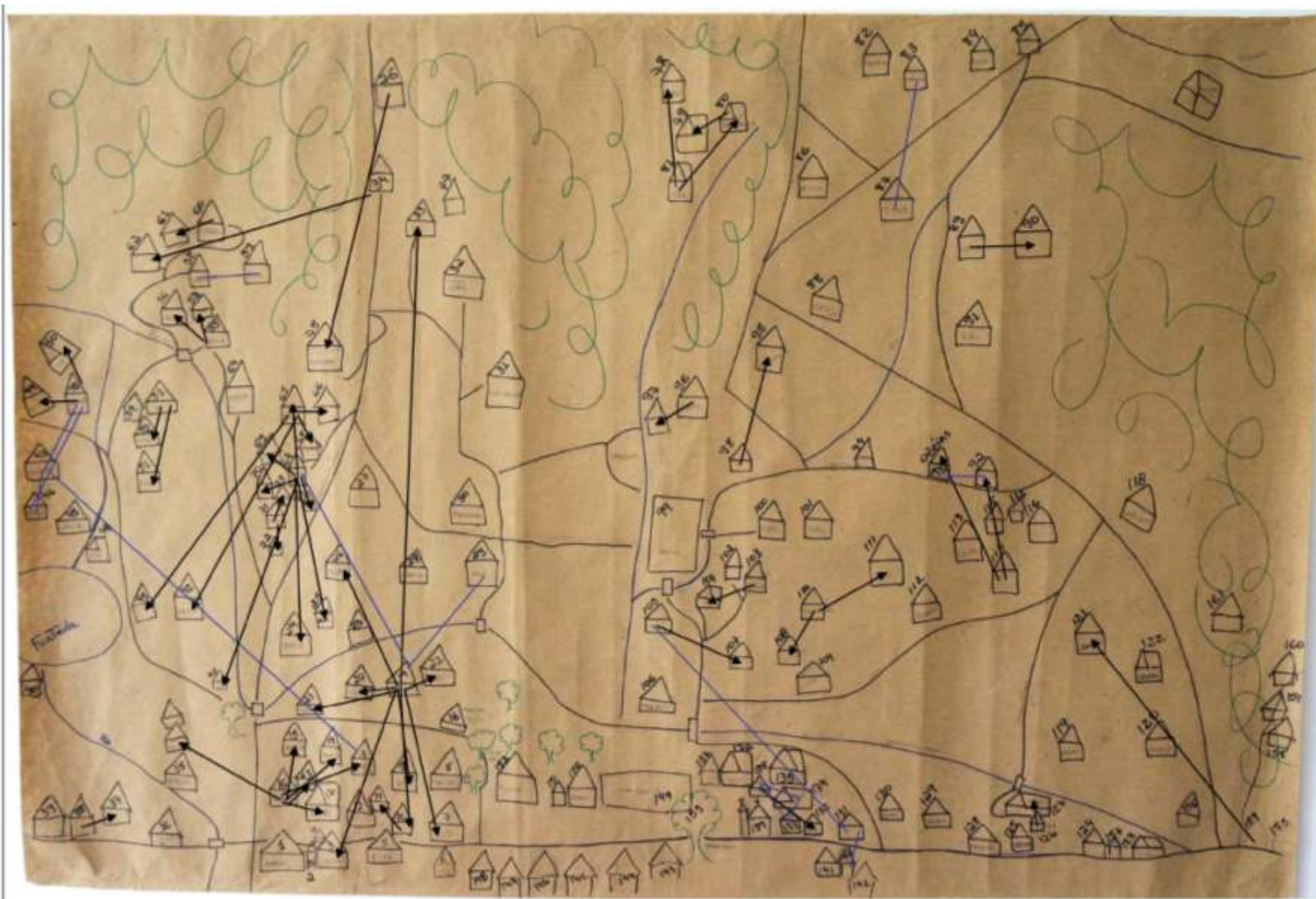
Esta percepção do espaço para a qual estou chamando a atenção fica evidente no mapa do Pouso da Cajaíba elaborado por Josi e Gigni. Durante a elaboração do mapa eles se orientaram, em grande medida, pela disposição das casas, que acabou se tornando sua principal preocupação. Embora tenham aparecido outros elementos da paisagem, sobretudo árvores. Os caminhos foram marcados em preto e os rios em azul, o espaço fora da área ocupada pelas casas foi pintado em verde, representando a área coberta por floresta. No centro foi circulada a área conhecida como *vargem*.

Para produzir este mapa Josi deixou por uma tarde seu trabalho na roça e a lida do dia-a-dia, Gigni interrompeu os preparativos para enfrentar quadro meses de pesca embarcada, por isso sou muito agradecida. Passamos uma tarde inteira na varanda da casa do irmão de Josi, ao longo da qual procurei interferir o menos possível, pedi apenas que desenhassem um mapa da localidade a partir do que era significativo para eles, o resultado foi o Mapa 10

Alguns meses depois Josi veio passar alguns dias em minha casa, em Campinas. Aproveitei sua visita para tirar algumas dúvidas sobre as genealogias das famílias do Pouso, utilizando aquele mapa como referência. Foi assim que surgiu a ideia de usar o mapa como suporte, tanto para traçar as principais relações de parentesco, como para caracterizar a diversidade da ocupação da localidade. Com este objetivo fotografamos o mapa e inscrevemos, por meio de setas e cores, as informações que nos interessavam. As setas indicavam o sentido da relação de filiação entre as casas, ao passo que diferentes cores sinalizam a diversidade dos tipos de ocupação.



Mapa 10: Pouso da Cajaíba, Gigni Sobrinho e Josinete Souza, (2011).



Mapa 11: Genealogia das casas, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco e Josinete Souza (2012).



Mapa 12: Ocupação do Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco e Josinete Souza (2012).

O Mapa 10 aponta para o que foi dito anteriormente, uma percepção da localidade ligada ao componente humano, ou seja, seus caminhos e edificações. Com isto não quero dizer de maneira alguma que existe, na percepção dos moradores, um corte em relação à natureza, ao contrário. A continuidade pode ser observada na inclusão da mata nas áreas entre as casas, nas árvores mapeadas, que tanto quanto as casas e os caminhos, são marcações do espaço e foram usadas no mapa, assim como são usadas na vida cotidiana, como estratégia de orientação no espaço. Assim o pé de jaca, que marca a entrada para o caminho da Pedra da Frutada, foi mencionada por Richard e mapeada por Ticoti e por Josi e Gigni.

As árvores de fruta-pão que ficam atrás da escola, marcam o encontro dos caminhos que vão para as *casas da vargem* e o outro que leva para *as casas do morro*, em direção à Pedra da Frutada e continua até a Pedra das Araras⁶⁴.

O pé de tamarindo, presente tanto no Mapa 9 como no Mapa 10, é o marco central da localidade. Segundo os moradores a árvore foi plantada pelo padre Anchieta, conforme mencionado no capítulo 1. Dizem que é a única árvore da espécie na região e que seu porte vigoroso e a *barba-de-velho*, uma planta parasita que cobre sua copa, atestam sua antiguidade assim como remetem à antiguidade do lugar. Enquanto estive em campo as reuniões da *comunidade* eram realizadas ao redor de seu tronco.

⁶⁴ Este entroncamento também está mais evidente no Mapa 3, que tem como foco central os caminhos, ao passo que a preocupação do Mapa 4 são as edificações.



Fotografia 8: Reunião sobre a recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).

Ao lado do pé de tamarindo fica a igreja católica, a escola e o posto de saúde. As casas distribuem-se a partir de três caminhos principais que começam neste espaço central, e sobem em direção as encostas laterais e ao Morro do Diogo, no meio do caminho entre a praia do Pouso e a praia de Martim de Sá. Deste caminho uma picada leva para o *sertão*⁶⁵.

A *vargem* do Pouso, espaço circulado no centro do Mapa 10, embora tenha características semelhantes à da Praia Grande da Cajaíba, uma área relativamente plana à margem do rio, é uma área bastante pequena, que fica entre as casas. Hoje o nível do Rio da Vargem (Mapa 9) está mais baixo, em grande parte devido ao aumento do número das mangueiras para a captação de água, colocadas pelos moradores nas nascentes dos rios.

⁶⁵ São as roças de Margareth e Raul incluídas no Mapa 9.

Mas em um passado recente era o lugar onde se pegava água e onde as crianças nadavam, pois o leito arenoso do rio garante uma água bastante límpida.

Genealogia das casas

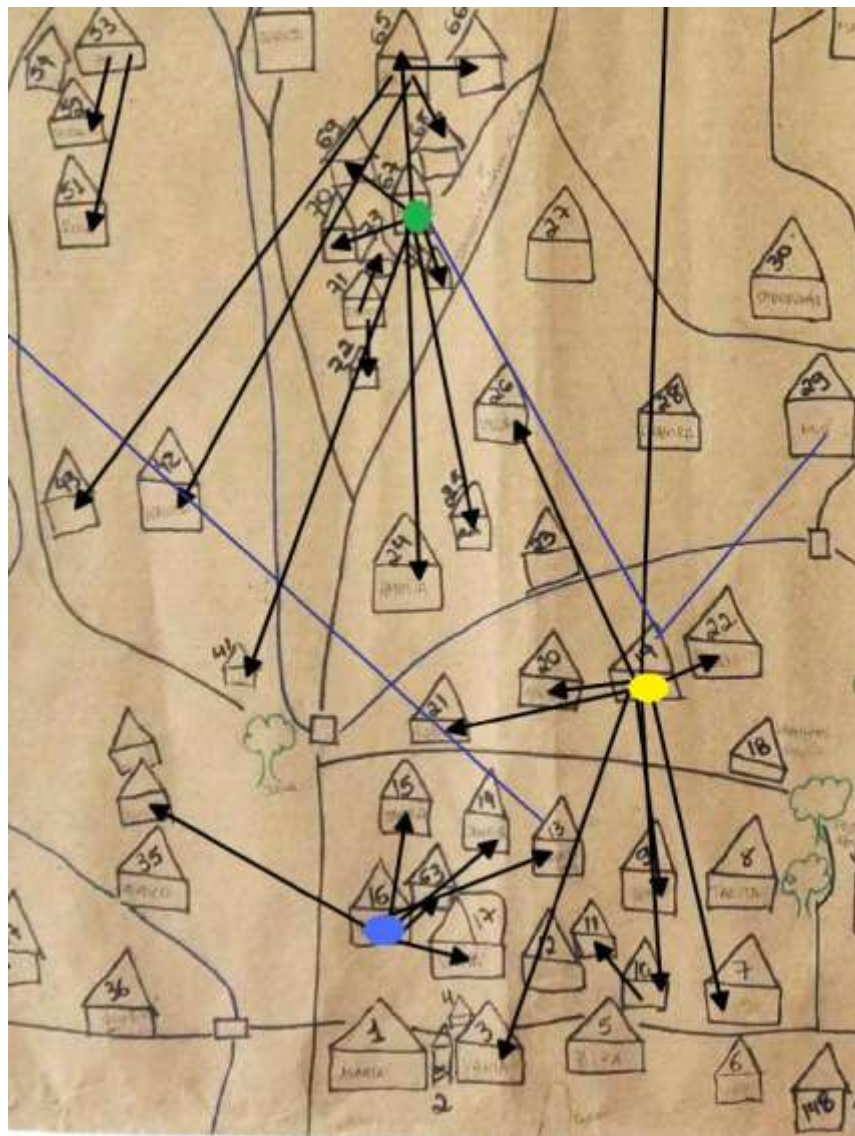
Os moradores mais velhos do Pouso da Cajaíba tem uma memória genealógica que retrocede até seis gerações. Os primeiros moradores, o *tronco velho*, lembrados pela maioria dos moradores são Cândido Xavier, Benedito Caçador e José de Souza. A chegada de algumas pessoas *de fora* e a grande frequência de casamentos entre primos, deram origem à atual população da localidade.

Ticoti é a quinta geração de descendência de Cândido Xavier. Os descendentes de Benedito Caçador vivem no Pouso da Cajaíba, na praia de Martim de Sá e no Saco das Anchovas. Seu Maneco, que conquistou recentemente o direito de permanecer na praia de Martim de Sá⁶⁶, é filho de Roque Caçador e neto de Benedito. Seu Alípio e seu Miguel, são netos de José de Souza.

Com o intuito de analisar como as relações de parentesco organizam a divisão da terra será comentado o Mapa 11, no qual foram traçadas as relações de filiação entre as casas, a seta indicando o sentido da descendência. Quando a relação entre irmãos era relevante, devido à ausência da casa dos pais, foi marcada com um traço azul. Embora o mapa não dê conta da totalidade de relações de filiação entre as casas, pode-se notar como a partir de uma casa central, a casa dos pais, outras casas são construídas ao redor, no espaço familiar delimitado pelo quintal.

⁶⁶ Há vinte anos seu Maneco, morador da praia de Martim de Sá, enfrentava os mesmos problemas dos moradores da Praia Grande da Cajaíba. Uma pessoa de fora, identificada pelo nome de Pacheco, comprou algumas posses na região e se apropriou de toda a área de Martim de Sá, chegando a expulsar o pai de seu Maneco da localidade. Após algum tempo Pacheco abandonou a fazenda, que se revelou inviável economicamente e seu Maneco regressou à sua localidade de origem. Anos mais tarde, em 1989, com a valorização turística da praia, os netos de Pacheco entraram com um processo de reintegração de posse contra seu Maneco, alegando que tinham um contrato de comodato com ele. No dia 12 de junho de 2012 o caso foi finalmente julgado. Os desembargadores da 15ª Câmara Cível do Rio de Janeiro negaram a reintegração de posse e votaram pela permanência de seu Maneco e sua família na localidade.

Para facilitar a análise e a visualização do esquema proposto, tomo como ponto de partida três unidades familiares: a casa de seu Alípio e dona Maria (grupo familiar 1), a casa de dona Sebastiana (grupo familiar 2) e a casa de seu Miguel e dona Oristéia (grupo familiar 3) e a, as unidades familiares mais antigas e com o maior número de descendentes que vivem na localidade.



Mapa 13: Ampliação da área selecionada do Mapa 11.

Ao redor da casa de seu Alípio e dona Maria (67), circulada em verde no Mapa 13, foram construídas as casas de seus filhos (65, 69, 70, 24, 25, 41, 74) e de seus netos (66, 68, 42 e 43). Algumas das casas do quintal (70, 71 e 72), marcadas com relação de filiação, não dizem respeito a uma descendência direta, mas são de uma família de outra localidade, que foi incorporada à família de seu Alípio e à *comunidade*, por partilhar não só de vínculos afetivos, mas de um mesmo modo de fazer e de viver na terra. Por esta razão, mesmo não sendo do *lugar* e morando boa parte do ano em Paraty, não são considerados veranistas, mas caiçaras. Ao contrário, algumas famílias de Paraty, que têm casas no Pouso, são consideradas veranistas.

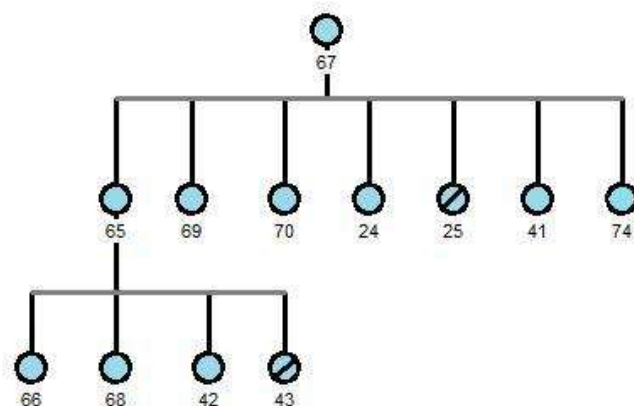


Tabela 2: Diagrama das casas do grupo familiar 1.

Neste diagrama foram usadas as mesmas cores do Mapa 12: as casas representadas pelo círculo azul claro são de moradores do Pouso da Cajaíba, ou com um padrão de residência marcado pela bilocalidade, vivendo parte do tempo no Pouso e outra parte em Paraty. Os círculos cruzados são de casas destinadas ao aluguel.

Da mesma maneira, ao redor da casa de dona Sebastiana (16), circulada em azul, estão as casas de seus filhos (13, 14, 15, 63, 17).

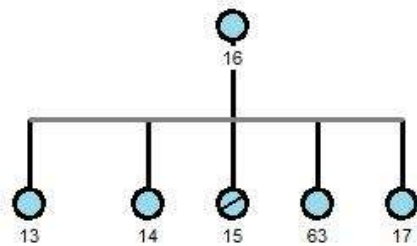


Tabela 3: Diagrama das casas do grupo familiar 2.

A casa de dona Oristéia e seu Miguel (19), circulada em amarelo no Mapa 13, revela a mesma dinâmica de repartição da terra. No espaço entorno à casa foram construídas as casas de seus filhos (26, 22, 7, 10, 9, 3, 20, 21) e de uma neta (11). Uma de suas filhas construiu uma casa em um lugar mais afastado (33), que ficou fora do recorte do Mapa 13, no local onde é a roça de mandioca de seu Miguel. Duas das casas dos filhos deste casal funcionam como comércio.

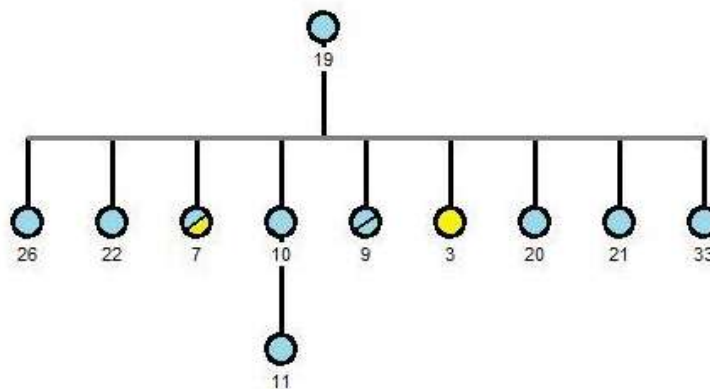


Tabela 4: Diagrama das casas do grupo familiar 3.

Na Cajaíba não há um padrão fixo de deslocamento após o casamento. Frequentemente, quando os pais do casal vivem em localidades distintas, é comum construir uma casa no quintal de ambas as famílias.

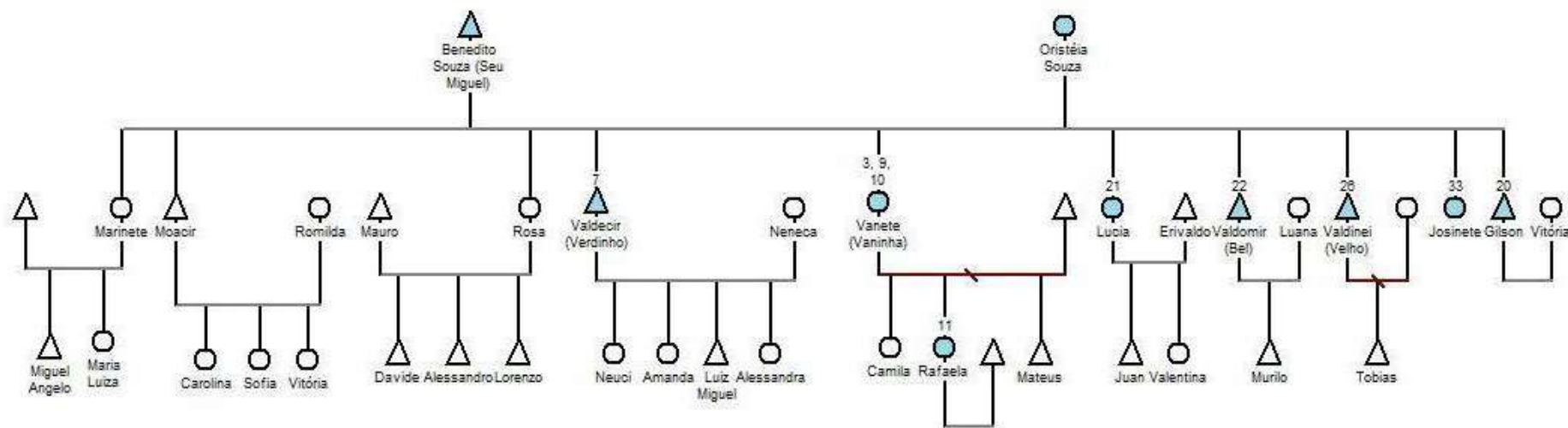


Tabela 5: Diagrama de parentesco do grupo familiar 3.

O diagrama de parentesco do grupo familiar 3 mostra como tanto os filhos como as filhas de seu Miguel e dona Oristéia construíram casas em seu quintal, os filhos que tem casa no Pouso da Cajaíba foram assinalados com a cor azul. Das onze edificações existentes no quintal da família uma é a casa dos pais, quatro são casas de filhos homens casados, cinco são de filhas, sendo que uma das filhas tem três casas, uma de moradia, uma destinada ao aluguel e outra que funciona como comércio. Uma neta do casal, casada, também construiu uma casa no quintal da família. Três de seus filhos não tem casa no local por residirem em outro lugar.

Apesar de não ter analisado a totalidade das relações entre as casas, as relações de filiação evidenciadas no Mapa 11 ressaltam o padrão semelhante que pretendia colocar em evidência. A divisão da terra a partir do tecido genealógico diz respeito ao modo costumeiro de transmissão da terra que prevalece ainda hoje entre as famílias do *lugar*. O diagrama de parentesco pretende colocar em evidência como não há um padrão ligado a virilocalidade ou matrilocidade, sendo que os filhos de ambos os sexos tem tradicionalmente direito a uma parte da terra familiar.

No passado a disponibilidade de terras propiciava uma maior flexibilidade na localização de novas casas. No Pouso da Cajaíba, devido a sua configuração geográfica que limita a expansão da vila ao pequeno vale e a um tipo de ocupação no qual as casas de moradia concentravam-se nas áreas próximas à praia, enquanto as roças eram feitas no *sertão*, a divisão da terra a partir do quintal da família é há muito tempo o principal mecanismo de reprodução social, sobretudo no que diz respeito à construção das casas de moradia. Devido ao tipo de agricultura praticado, a agricultura itinerante, as roças eram abertas na mata, espaço de uso comum, sendo consideradas de uma família apenas enquanto nela se trabalhava ou quando a mata regenerada continuava a ser um espaço manejado, pelo pousio ou pela presença de árvores plantadas, sendo então denominado localmente como *sítio* ou *sertão*.

É possível que esta particularidade do Pouso da Cajaíba, uma maior distinção entre o espaço da lavoura e o espaço das casas de moradia e uma maior proximidade do mar e, portanto, do exterior, tenha favorecido um maior adensamento da localidade e um

padrão construtivo um pouco diferente, que lembra as casas coloniais da cidade de Paraty. Isto fica evidente quando comparamos as casas do Pouso com as casas da Praia Grande da Cajaíba, onde as casas de moradia concentravam-se na *vargem*, espaço também destinado à lavoura. Assim se as casas mais antigas do Pouso lembram um tipo de arquitetura colonial, o alicerce elevado, o telhado de telhas de barro a quadro águas, as casas da Praia Grande da Cajaíba, tanto as existentes como as que foram corroídas pelo tempo ou derrubadas pelos caseiros, se assemelham mais à ilustração de Percy Lau (Ilustração 2, p. 53).



Fotografia 9: Casa do Zico, Pouso da Cajaíba, Ana De Francesco (2012).



Fotografia 10: Casa de seu Filhinho, Praia Grande da Cajaíba, Manoel Vieira Gomes Júnior (2005: 118).

A primeira fotografia é da casa de Zico, fica na beira da praia ao lado da igreja. No Mapa 10 foi marcada com o número 132. A segunda fotografia é a casa de seu Filhinho, que hoje está em ruínas, no canto mais afastado da Praia Grande da Cajaíba, também na beira da praia. A casa de seu Filhinho segue o mesmo padrão construtivo da casa de dona Dica, descrito no capítulo 2. Ao passo que a casa de Zico tem três amplos cômodos na casa principal, que aparece na foto, e uma cozinha separada, no fundo do quintal.

A Praia Grande da Cajaíba tem uma configuração geográfica diferente do Pouso. A praia é bastante extensa, assim como é bastante extensa a *vargem*, uma área relativamente plana. A *comunidade* tinha bastante espaço para se expandir, assim, no passado, havia uma grande mobilidade. As roças eram feitas com grande frequência, como acontece hoje, próximo à casa de moradia. Assim os moradores costumavam se mudar para outro local com o esgotamento da terra e a necessidade de fazer uma nova roça.

Na Praia Grande da Cajaíba, segundo os depoimentos dos moradores, a propriedade ou posse da terra tornou-se uma questão apenas quando Gibrail chegou na *comunidade* com intenção de comprar a terra.

Então é isso minha filha, isso é do tronco daqui, é por isso que eu digo a você e repito: nós nessa época, antes do Gibrail chegar, ninguém era dono de nada. A gente podia fazer nossa casa em qualquer parte. Altamiro, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

Em relação a esta grande mobilidade que havia no passado, na Praia Grande da Cajaíba, cabe uma pequena ressalva. Esta mobilidade não era aleatória e se restringia à localidade. Os parentes tendiam a morar próximos uns aos outros, pois trabalhavam juntos, tanto na roça como na pesca. Assim a família de dona Dica se concentrava próximo à área onde ela vive hoje, a família de dona Jandira e seu Filhinho, no morro próximo ao canto da praia, onde era a casa de seu Filhinho, e assim por diante. Isto facilita a manutenção dos caminhos e o trabalho em conjunto.

Existe um estudo realizado por Lucila Pinsard Vianna (2008), cujo trabalho de campo foi realizado nas localidades de Itanema e Calhaus, que considera que a introdução da pesca de cerco flutuante na década de quarenta, fixou a população, reduzindo a antiga mobilidade e causando um maior impacto na biodiversidade local (VIANNA, 2008: 31). Tendo, a partir de minha pesquisa de campo, a discordar de sua conclusão. Embora não tenha realizado minha pesquisa nas mesmas localidades que a autora, as dinâmicas nas localidades da enseada não são muito diferentes à observada nas localidades do Pouso e da Praia Grande da Cajaíba, extremos de duas tendências que ocorrem na região, o crescimento populacional e o êxodo.

Em primeiro lugar, embora o cerco flutuante seja uma armadilha de pesca fixa, muitas vezes fica em um ponto da *costeira* bastante distante de onde moram os pescadores. Alguns pescadores do Calhaus, por exemplo, tem um cerco flutuante próximo à Praia Deserta, para onde vão, de barco ou canoa, duas ou três vezes ao dia. Como a mobilidade, no passado, se dava no âmbito da mesma localidade, estes pescadores acabam percorrendo cotidianamente um território bem mais extenso que no passado⁶⁷.

Por outro lado, como fica evidente no depoimento de seu Altamiro transcrito

⁶⁷ O cerco flutuante, a pesca e o território marítimo serão tratados no próximo capítulo.

acima, o que acabou com a antiga mobilidade na Praia Grande da Cajaíba, foi a chegada de Gibrail, que transformou a terra em mercadoria. A mobilidade foi ainda mais restringida na década de noventa, com a criação da reserva, que proibiu as queimadas e a derrubada de áreas florestais.

A fixação da população para garantir a posse da terra, considerada pela autora como um agravo para a efetividade da “conservação *in situ*” (VIANNA, 2008: 118), um dos objetivos da unidade de conservação, foi provocada pela própria ineficiência da criação da reserva. Ao não realizar a devida regularização fundiária, que impossibilitaria a aquisição de terras por pessoas *de fora*.

Os primos e os de fora

Ao longo dos últimos dez anos ocorreram grandes mudanças tanto no Pouso como na Praia Grande da Cajaíba, na primeira localidade houve um aumento do número de casas, na segunda uma dramática diminuição. Na Praia Grande, a prolongada disputa fundiária com os herdeiros de Gibrail levaram ao êxodo quase total dos moradores. No Pouso da Cajaíba, a configuração espacial da localidade, foi bastante alterada pelo crescimento do turismo e do número de casas de pessoas *de fora*, os veranistas. Tendo em vista a análise desta mudança espacial será usado como referencia o Mapa 12, no qual as edificações foram marcadas com diferentes cores, em azul as casas dos caiçaras, em vermelho as casas dos veranistas, em amarelo as edificações destinadas ao comércio.

Das 161 edificações mapeadas, 100 são casas de moradores *nascidos e criados* na localidade. Do ponto de vista quantitativo, em seguida estão as casas de veranistas que, conforme o mapa, totalizam 35 e estão marcadas em vermelho. Nove edificações, marcadas em amarelo, são destinadas ao comércio e seis são ranchos de pesca, que foram marcados em azul escuro. Os equipamentos públicos existentes são a escola, o posto de saúde e um o

ponto de cultura⁶⁸. Existem também duas igrejas, a igreja católica, próxima à praia e a igreja evangélica no morro.

Este mapa local, em relação aos dados quantitativos do estudo técnico encomendado pelo órgão gestor da Reserva Ecológica da Juatinga, tem algumas discrepâncias numéricas. Segundo este estudo (IGARA, 2011, vol. I) existiam na localidade, até o ano de 2011, 205 edificações. Destas 122 eram de moradores locais, porém nem todas eram ocupadas como casa de moradia, sendo que destas 25 eram destinadas ao aluguel para turistas durante a temporada. Este estudo também apontou para a existência de 4 campings e 13 estabelecimentos comerciais.

Comparo os dados primários de minha pesquisa de campo com os dados da consultoria com o intuito de colocar em evidência como os dados governamentais incluem variáveis, como as casas destinadas ao aluguel e os campings, que não foram destacadas na diferenciação feita pelos moradores. De fato, há casas construídas com o único fim de serem alugadas, há inclusive diversas edificações que não foram concluídas. Por outro lado, há casas de moradia que são alugadas e há casas construídas inicialmente para alugar que acabaram sendo ocupadas por pessoas da família. A construção de uma casa é vista tanto como um investimento, como uma maneira de assegurar a posse da terra.

Hoje é bastante comum que os filhos, assim que conseguem juntar algum dinheiro, construam sua casa e passem a morar sozinhos, ainda solteiros e bastantes jovens, mantendo um vínculo estreito com a casa dos pais. Esta dinâmica é explicada, por um lado, pela necessidade de assegurar a posse da terra e, por outro, por possibilitar, em alguns casos, uma fonte alternativa de renda, quando estas casas são alugadas para turistas durante a temporada. Esta dinâmica, potencializada pela diminuição das terras disponíveis e pelo crescimento do turismo, provocou um rápido aumento no número das edificações nos últimos anos, principalmente na localidade do Pouso da Cajaíba.

Em relação aos campings, com exceção de um camping de propriedade de um

⁶⁸ O ponto de cultura “Caiçara da Juatinga” foi criado em 2010 através de uma parceria entre a associação de moradores da Praia do Sono, a associação de moradores do Pouso da Cajaíba e a ONG Verde Cidadania. O ponto de cultura tem sede em ambas as localidades onde há ponto de acesso à internet e são desenvolvidas algumas oficinas culturais.

veranista, não são edificações construídas especificamente para este fim. Durante a temporada algumas famílias recebem turistas com barracas em seu quintal, construindo um banheiro externo para este fim, mas ao longo de todo o ano aquele é o quintal da família e pode ou não ser usado como camping ano após ano. Ao contrário, o camping “Trilha do Peixe” que foi construído em um espaço cercado, atrás da igreja, por uma pessoa de São Paulo. Ao longo do ano este camping é mantido por um casal do Pouso da Cajaíba. Trata-se da única estrutura destinada ao turismo que funciona ao longo de todo o ano, mesmo que permaneça vazio a maior parte do tempo.

Conforme indica o Mapa 12, as construções que predominam são as casas dos moradores, contudo, a bilocalidade é uma característica marcante de algumas famílias do lugar. A principal localidade de destino é a cidade de Paraty. As razões para este deslocamento são variadas, mas deve-se em grande parte à busca por uma maior proximidade dos serviços públicos de saúde e educação e do mercado de trabalho. A escola do Pouso da Cajaíba oferece somente até o quarto ano do ensino fundamental. Por esta razão muitas famílias se mudam para a cidade, ou mandam seus filhos para a casa de algum parente, para possibilitar a continuidade de seus estudos. A dificuldade de acesso à localidade, duas horas de barco, e a precariedade dos serviços de saúde oferecidos no local, com o agravante de que o posto de saúde está fechado há diversos meses, obriga os moradores que precisam de atendimento médico ao deslocamento para a cidade, o que faz com que algumas famílias, sobretudo pessoas idosas, também se mudem para a cidade.

Algumas famílias que tem filhos na escola optaram por manter uma dupla residência, ficando na cidade durante a semana e retornando para o Pouso durante os finais de semana e as férias escolares. A bilocalidade é uma opção principalmente para as famílias que tem alguma atividade produtiva no Pouso, ligada ao comércio ou pesca, em maior medida.

Muitos jovens vão para a cidade na busca de oportunidades de trabalho, sobretudo no setor de serviços e da construção civil. Contudo, ao longo do trabalho de campo, pude notar que muitos jovens que haviam se mudado para Paraty retornaram à localidade. Isto se deve de um lado à possibilidade de renda com o turismo, com fretes de barcos para transporte e passeios e o trabalho nos bares e restaurantes. Por outro lado há

uma percepção de que o trabalho na pesca é mais prazeroso e rentável que o trabalho na construção civil, por exemplo. A convivência com turistas da mesma faixa etária, que frequentam a localidade e a consideram um lugar paradisíaco, também influencia a valorização do lugar e da cultura caiçara. Hoje a maioria dos homens jovens do Pouso da Cajaíba dedica-se à pesca embarcada, que será tratada em suas dinâmicas e definições locais, no capítulo seguinte.

O grande aumento do número de edificações provocou algumas alterações na paisagem local. Se antes as casas eram bastante afastadas uma das outras, sendo rodeadas pelos quintais e as áreas de cultivo, como é hoje casa de seu Doracil, hoje há um grande número de casas bastante próximas entre si. Grande parte delas são de alvenaria, cobertas com telhas de barro ou zinco, algumas são sobrados de dois andares, um tipo de construção que contrasta bastante com a arquitetura anterior, embora continuem sendo construídas pelos moradores e seguindo o mesmo padrão de divisão da terra.

As construções que foram marcadas em amarelo no Mapa 12 são destinadas ao comércio e concentram-se na orla da praia. De fato, não há nenhum comércio no interior da localidade. A maioria destes estabelecimentos são bares e restaurantes que funcionam somente durante a temporada, de dezembro a fevereiro, em maior medida, no mês de julho e em alguns feriados, como carnaval e semana santa. São construções feitas de pau-a-pique e sapê, algumas foram cobertas com telhas de zinco, algo bastante criticado dentro da própria *comunidade*, por descaracterizar a paisagem local. Devido ao tipo de construção, como na Praia Grande da Cajaíba, estas edificações são chamadas de rancho. Embora construídas em uma área comum, a orla da praia, hoje pertencem a quem as construiu, podendo ser arrendadas para outros moradores durante a temporada, ou vendidas.

Embora todos os estabelecimentos comerciais sejam de moradores locais, existem apenas dois estabelecimentos comerciais que funcionam ao longo do ano, a padaria de Vaninha (casa 3)⁶⁹ e o bar do Hildo (casa 6). A padaria, embora seja conhecida por todos com este nome, faz pão somente na temporada, ao longo do ano funciona como

⁶⁹ Os números entre parentes referem-se à referência numérica do mapa, mais fácil de ser visualizada no Mapa 10, mas comum aos Mapas 11 e 12.

mercadinho, comercializando produtos industrializados básicos e uma variedade restrita de alimentos perecíveis, como cebola, alho e batatas. Devido ao preço elevado, a maioria das famílias vai para a cidade uma vez por semana para fazer compras.

A diminuição da atividade agrícola resultou em uma dependência da compra de alimentos e em uma mudança na dieta. Se o café da manhã caiçara era inhame e batata doce cozidos, café adoçado com cana-de-açúcar e paçoca de farinha de mandioca, hoje é muito comum o consumo de açúcar refinado e biscoitos industrializados.

O bar do Hildo, que também tem uma pequena venda, é um local de encontro, onde as pessoas se reúnem no final do dia. Algumas vezes os violeiros do lugar se juntam dentro do bar para tocar. As modas caipiras, se misturam ao brega e às tradicionais cirandas caiçaras. Entre as cirandas uma das preferidas é o Arara, uma dança em que um cavaleiro sozinho, com o chapéu na cabeça, anda entre os pares, quando a música chega no refrão “Quero ver o arara, quero ver o arara, passa pra outro que o arara vai ficar”, o cavaleiro coloca o chapéu na cabeça de outro rapaz e passa a dançar com a sua dama. Quando a música termina o último a ficar com o chapéu e sem dama é o arara.

Como esta existem outras cirandas, cada uma com um jeito diferente de dançar, cana verde, canoa, chiba, são algumas cirandas da região de Paraty. Embora o crescimento da religião evangélica tenha diminuído a frequência destas manifestações culturais, as noites no bar do Hildo, são evidência de que esta é uma tradição viva, compartilhada pelas gerações, com suas diferenças. Se os mais velhos se chamam de compadre e comadre, os mais jovens se chamam de primo e prima, o que denota a proximidade e o pertencimento ao lugar, à *comunidade*, uma atualização da antiga reciprocidade articulada pelo compadrio.



Fotografia 11: Seu Miguel, Hildo e Messias no bar do Hildo, Josinete Souza (2012).

Os ranchos que funcionam como bares no verão, na orla da praia, dividem o espaço com os ranchos de pesca, usados para guardar canoas, redes e outros apetrechos de pesca. No Mapa 12 foram identificadas seis construções deste tipo, marcadas em azul, sendo uma de seu Miguel e outra de Messias, os violeiros da foto acima.

A temporada coincide com as férias dos parentes que moram em outros lugares, que costumam regressar à localidade nesta época do ano. Coincide também com o período de defeso⁷⁰ da sardinha, modalidade de pesca na qual diversos homens da localidade trabalham. Assim, o final do ano é um momento de festa, não só pela presença dos turistas, mas pelo regresso dos parentes e a presença dos pescadores que estão na época do defeso.

De modo geral o turismo é visto como positivo pelos moradores, em parte por representar uma importante fonte de renda e por outro, na percepção dos mais jovens, por trazer movimento e diversão ao lugar, ao contrário do inverno, tempo de quietude e

⁷⁰ Momento em que a pesca é interrompida para possibilitar a reprodução da espécie

sosego. Contudo, há diversos moradores que tem uma avaliação negativa dos efeitos do turismo. Alguns lamentam o grande fluxo de pessoas desconhecidas, que não respeitam as dinâmicas locais. Outra preocupação diz respeito à predominância de um tipo de turismo predatório, que não agrega nada à *comunidade*. São turistas que não estão interessados em conhecer os moradores, suas histórias e tradições, mas estão interessados apenas em *curtir o lugar*. Muitas vezes ouvi as pessoas se queixarem que este tipo de turismo não traz nada, nem mesmo dinheiro, pois os turistas trazem tudo o que vão consumir da cidade. Isto incorre em uma terceira preocupação, o crescimento desordenado do turismo no lugar, que faz com que os moradores não tenham nenhum controle ou participação na regulação do fluxo ou da chegada de turistas.

As edificações marcadas em vermelho no Mapa 12 são as casas de veranistas. Esta categoria, inicialmente usada pelo órgão ambiental, hoje tornou-se comum na localidade, concorrendo com a expressão *pessoa de fora*. O Pouso da Cajaíba é a localidade que mais concentra casas de veranistas em toda a Reserva Ecológica da Juatinga.

Com exceção do camping “Trilha do Peixe” que ocupa um terreno grande, no centro da localidade, entre a escola e a *vargem*, a maioria das casas dos veranistas ocupa terrenos pequenos, em áreas contiguas aos quintais das famílias do lugar. Muitas destas casas foram compradas já prontas, em alguns casos foram adquiridas pequenas áreas de posse, onde foi construída a casa.

Ao observar o Mapa 12 não podemos dizer que estas casas se concentram na orla. Há casas de veranistas tanto em áreas próximas à praia como em locais bastante distantes, havendo uma concentração maior em um dos cantos da praia. Das 36 casas de veranistas mapeadas⁷¹, quinze são de pessoas do estado de São Paulo, dez são de pessoas de Paraty, uma de uma pessoa do Rio de Janeiro. No que diz respeito às 10 casas restantes não tive este tipo de informação.

A relação dos moradores com os veranistas é controversa. Por um lado a presença dos *veranistas* é vista como positiva na medida em que alguns moradores trabalham para eles, na manutenção e cuidado com suas casas. Contudo são recorrentes as reclamações em relação à não colaboração dos veranistas com o lugar. Os caminhos por

⁷¹ Segundo o estudo da Igara são 56.

exemplo, devem ser mantidos limpos, para que a vegetação não tome conta. Este trabalho é realizado de forma espontânea pelos moradores, cada um limpa um trecho. Os veranistas, que usufruem dos caminhos, em nada contribuem. Por outro lado a presença de casas de veranistas limita o espaço disponível para o crescimento da comunidade, o que tem motivado discussões entre os moradores sobre a necessidade de não vender mais terra para pessoas *de fora*.

Há moradores que consideram que as vendas de terras para pessoas *de fora* devem acabar, ao passo que outros consideram que deveria ser permitido vender casas que já foram construídas, mas não terrenos. Com o processo de recategorização da reserva em curso e a eminência da regularização fundiária da área, existe o temor, compartilhado tanto por moradores como por veranistas, sobre qual será a resolução em relação às casas das pessoas *de fora*. Em uma das reuniões dos moradores da enseada da Cajaíba que acompanhei, os moradores reclamavam a autonomia de decisão para cada localidade. A maioria dos moradores do Pouso é contra a retirada dos veranistas, tanto por relações de amizade que foram estabelecidas, como pelo respeito ao contrato verbal feito por eles ou por seus familiares.

Alguns veranistas que tem casa no Pouso da Cajaíba criaram a Associação Amigos dos Caiçaras da Cajaíba (ACCAJC), com o objetivo de contribuir com a *comunidade* e garantir a preservação do modo de vida e da paisagem local, freando um possível processo de urbanização da localidade. Do ponto de vista dos moradores a associação deveria, por exemplo, contribuir com um dinheiro mensal para compensar os trabalhos indispensáveis ao funcionamento do lugar, dos quais eles não participam, como a limpeza do caminho, a manutenção dos centros de captação de água. A principal reclamação que ouvi em relação à associação é sua interferência nos assuntos da comunidade, chegando ao ponto de seus integrantes desejarem participar da associação dos moradores com direito à voto e à ocupar cargos representativos.

A maioria das pessoas de Paraty que tem casa no Pouso são consideradas pelos moradores como veranistas⁷² e não como caiçaras. Isso coloca em evidência que a identidade caiçara não diz respeito a quem nasceu ou vive no litoral, mas quem compartilha

⁷² Vale lembrar que Gibrail é de Paraty.

um modo de vida. Isto se torna evidente quando pensamos nas casas de algumas pessoas de Paraty que foram construídas no quintal da família de seu Alípio, conforme dito anteriormente. Embora não sejam nascidos no lugar, são considerados caiçaras, pois pescam, trabalham com barcos, fazem parte da vida afetiva e comunitária do lugar.

O que define quem é caiçara é o compartilhar de um modo de vida e de um conjunto de saberes: saber trabalhar na terra e no mar, conhecer os bichos e as plantas, as marés e as luas, integrar os sistemas de ajuda mútua, por mais pontual que seja, como puxar uma canoa para a praia ou ajudar no desembarque de um barco. Na Cajaíba todos se dizem caiçaras. Em certa ocasião conversando com um grupo de jovens do lugar perguntei se os mais velhos também se consideravam caiçaras. Eles me responderam que sim, que foram criados assim, como caiçaras. A diferença, segundo eles, é que os mais velhos, quando chegavam na cidade, eram menosprezados, porque caiçara é da roça, é pobre. Hoje, segundo eles, isto está mudado, disseram que tem gente da cidade que bate no peito dizendo que é caiçara, mas não é. Caiçara, em suas palavras, é aquele que tem um modo de vida próprio, que sabe subir numa canoa, sabe trabalhar na roça e na pesca, sabe fazer uma casa, uma canoa, tirar uma madeira da mata, sabe pescar e caçar.

Como disse seu Olimpio, um dos mais antigos moradores da Ponta da Juatinga, em um vídeo gravado pelo Ponto de Cultura⁷³:

O caiçara propriamente dito tem vida própria, não depende de ninguém. Ele precisa de uma canoa, ele vai na mata escolhe um pau, bota no chão, ele mesmo faz a canoa. A história do caiçara é que ele próprio canta, ele pega uma viola e canta. Eu mesmo cortei o pau, eu mesmo fiz a gamela, fui eu que roubei a moça, eu quero casar com ela. Isso que é a vida do caiçara, ele tem vida própria. Então é como eu disse, ele precisa da canoa, ele corta o pau, ele faz a canoa, ele mesmo faz o remo, do próprio pau ele tira lá um pedaço e faz a cuia, pra tirar a água da canoa. Enfim, a vida do caiçara é uma vida muito bonita. O

⁷³ Este vídeo, gravado pelo Ponto de Cultura do Pouso da Cajaíba em parceria com o projeto de extensão universitária Raízes e Frutos (UFRJ), estava disponível nas instalações do Ponto de Cultura e me foi mostrado pelos moradores. Não tenho informação se o material foi editado e distribuído, nem o ano em que foi filmado.

cara sabendo ser caçara, a vida é muito bonita. Ele planta a mandioca dele, ele faz a sua farinha, ele mata o seu peixe. Ele tem tudo. Ele planta o tomate, ele planta pimenta, ele planta banana, ele planta o cheiro verde. Seu Olimpio, Ponta da Juatinga.



Fotografia 12: “Comunidade”, Pouso da Cajaíba, Marcela Elena Varconte (2012).

Ao longo destes capítulos tratei da profundidade histórica do território, da vida cotidiana e dos modos de fazer, a partir do microcosmo configurado pela casa e o quintal. Neste capítulo, ampliando o olhar, procurei aprofundar as dinâmicas atuais e as transformações que atingem o território terrestre, mostrando como os processos históricos mais abrangentes são vividos a partir de uma lógica local. Para concluir o estudo sobre o território caçara, cabe analisar uma dimensão central da vida cotidiana, as percepções e atividades desenvolvidas no espaço marítimo e sua íntima relação com o espaço terrestre.

Capítulo IV - A vida entre a terra e o mar

Os estudos sobre pesca, no campo da antropologia, partiram, em um primeiro momento, do equacionamento teórico, entre pescadores e camponeses, dada a frequente coexistência da pesca e agricultura, a constituição dos grupos de trabalho a partir das relações de parentesco, uma relativa dependência do mercado e o trabalho, bem como a relação com a terra como elementos estruturantes da identidade dos grupos. Posteriormente, estudos etnográficos sobre diferentes tradições pesqueiras, ressaltaram a especificidade do ambiente hídrico e da materialidade constitutiva da pesca. Tornaram-se objeto de estudo recorrente os conhecimentos ligados à pesca e à navegação, os sistemas de partilha, o acesso a direitos sobre recursos e territórios, a relação com o mercado, a participação das mulheres e a vida familiar, a parceria e a competição, a inovação e mudança tecnológica (ACHESON, 1981).

Um dos primeiros estudos antropológicos sobre pescadores foi publicado em 1946 por Raymond Firth. *Malay fishermen: their peasant economy* é um estudo sobre a indústria pesqueira na Malásia, interessado na relação dos pescadores com o mercado, a constituição dos grupos de trabalho e a tecnologia empregada, fazendo, desde o título, uma aproximação entre pescadores e camponeses, priorizando a dimensão econômica sobre a tecnológica. No mesmo período, em 1950, Gioconda Mussolini publicava no Brasil um estudo etnográfico sobre a pesca entre os caiçaras do litoral de São Paulo. Os artigos de Mussolini (1980), organizados sob o título *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*, tratam da história das artes de pesca praticadas no litoral do sudeste brasileiro, seu processo de modernização e uma rica descrição de técnicas e artefatos, sobretudo da pesca da tainha e do cerco flutuante.

Muitas das técnicas descritas por Mussolini correspondem, ainda hoje, às técnicas utilizadas pelos caiçaras da região estudada, o que nos possibilita identificar uma continuidade de técnicas tradicionais em um período de intensas transformações na região, como a introdução de barcos motorizados, a urbanização e o turismo. O estudo da pesca na Cajaíba fornece duas importantes contribuições, em primeiro lugar as técnicas dizem

respeito à interação das pessoas com o ambiente que habitam, revelam conhecimentos relativos àquele ambiente, ao mesmo tempo em que nos informam sobre uma territorialidade específica. Em segundo lugar, as artes de pesca praticadas atualmente na Cajaíba, dizem respeito ao histórico de ocupação daquelas terras, visto que as técnicas guardam a memória de uma tradição indígena, com as canoas, de uma tradição portuguesa, com o espinhel e as redes de malha e técnicas introduzidas mais recentemente pelos japoneses, como o cerco flutuante.

Parentes e parceiros

No início da pesquisa, embora ciente da importância do mar e da pesca para os moradores da Cajaíba, havia optado por priorizar a territorialidade terrestre e a conexão entre as atividades praticadas no mar e as atividades executadas em terra. Procuo, desta forma, explorar as conexões entre a vida na terra e a vida no mar. Ao longo da pesquisa de campo, ficou cada vez mais evidente como o compasso da vida cotidiana é marcado pelos ritmos e os ciclos da pesca, como a vida em terra é profundamente marcada tanto pela temporalidade, quanto pela territorialidade da pesca.

Detenho-me aqui à descrição da pesca realizada em território marinho circunvizinho à Cajaíba, a pesca que está, por este motivo, mais diretamente ligada ao cotidiano do lugar. Procuo descortinar as temporalidades e territorialidades da pesca, sua relação com o cotidiano em terra, propondo inicialmente ao leitor a descrição de um dia típico de verão na Praia Grande da Cajaíba, extraído de meu diário de campo:

Domingo, dia 29 de janeiro de 2012. Dia claro, a praia está vazia. Adelino tinha acabado de voltar da pesca, matou parati no arpão. Leno, seu irmão, ajudava a *consertar* o peixe, prepará-lo para o consumo, retirando vísceras e escamas.

Dona Dica chegou à praia um pouco mais tarde, naquele dia abriria o rancho, pois o sol estava quente e o mar manso, com certeza chegaria um pessoal *de fora*, procurando algo para comer e beber.

Logo chegaram dois barcos de *arrastão*, o *Nossa Senhora dos Navegantes* e o *Monte Carmelo*. Tinham passado a noite pescando camarão rosa *lá pra fora*, além da Ponta da Cajaíba, um dos principais pontos de pesca nesta época do ano, quando a pescaria está mais próxima da *costeira*. No inverno, ao contrário, é necessário viajar por até sete horas em mar aberto para chegar no *pesqueiro*, onde está *dando peixe*⁷⁴. Na pesca do camarão se trabalha à noite, quando o dia amanhece a rede é recolhida, deixada sobre o convés para secar, e os barcos se dirigem para algum lugar abrigado para que a tripulação descanse durante o dia e se prepare para a pescaria da noite seguinte. Um destes lugares é a enseada da Cajaíba, no caso a Praia Grande da Cajaíba, que além de ser um local seguro para ancorar os barcos, é uma praia muito bonita, frequentada tanto por turistas como por famílias do *lugar*, sobretudo nos finais de semana.

Os mestres de ambos os *barcos de arrastão* nasceram no Saco do Mamangá. Careca, mestre do *Nossa Senhora dos Navegantes*, nasceu e cresceu na localidade do Curupira, no fundo do Saco. Diego, mestre do *Monte Carmelo*, nasceu e ainda vive na localidade do Cruzeiro. Eles, assim como a maioria dos jovens da *costeira*, se tratam por primo. Dona Dica, para Careca, é a tia Dica, que por sua vez quando se refere a seu Luís, diz sempre irmão. A maioria do pessoal do *lugar* estabelece entre si algum laço de parentesco. Se entre os mais velhos é comum o uso dos termos compadre e comadre, entre os mais novos prevalece o termo primo. O termo primo, quando questionado, revela uma extensa rede de parentela entre o povo da *costeira*.

Por volta das quatro horas da tarde os barcos de *arrastão* ainda estavam ancorados, silenciosos. Um barco de Calhaus atravessava ao largo, em direção ao Saco do Barbosa, uma reentrância na costa entre a Praia Grande da Cajaíba e a praia Deserta, onde no passado moravam algumas famílias e onde hoje a antiga ocupação é marcada pelas bananeiras que entremeiam a floresta. O barco levava a reboque duas canoas, que seriam usadas para visitar o cerco do Saco

⁷⁴ Local onde há concentração de peixes.

do Barbosa e o cerco da Ponta da Espia, uma faixa de terra que avança no mar entre a Praia Grande e a praia de Itaoca. Mais afastados, no trajeto que o barco de Calhaus faria para visitar os dois cercos, três *douradeiros* (barcos de espinhel⁷⁵ preparados para a pesca do dourado) esperavam a visita do cerco para ver se tinham *malhado* sardinha. Desde que o IBAMA proibiu aos barcos de dourado cercar sardinha com malha fina, esta é a única maneira de obter sardinha pequena, usada como isca viva na pesca do dourado, preferidas por ocupar menos espaço na tina. Não consegui ver da praia se os *douradeiros* conseguiram as sardinhas com o pessoal do cerco. Os primeiros a irem embora foram os pescadores do Calhaus, com o barco e as duas canoas a reboque. Em seguida partiram os três *douradeiros*, e no final do dia, por volta das seis horas da tarde, saíram os dois barcos de *arrastão*, em direção ao Pouso da Cajaíba, onde diversos outros arrastões também se preparavam para mais uma noite no mar.

Naquela noite, no rancho da dona Dica, todos dormiriam na praia, pois na manhã seguinte, bem cedo, seu filho Antonio e seu irmão Luís voltariam para Paraty, para onde se mudaram há cerca de seis anos.

Yolanda, filha de dona Dica, desembarçava uma linha de pesca enrolada em um pedaço de isopor. *Maria fofoqueira desembaraça esta linha, eu preciso dela hoje de tardezinha*. Assim que o sol se pôs, no *serãozinho*, como é chamado este momento do dia, Yolanda, foi pescar na *pancada do mar*, na arrebentação, com a linha, um anzol e lula, usada como isca. Queria *matar um peixe* para fazer um pirão para seu tio Luís. Levou um balaio de cipó para guardar o peixe. Não passou muito tempo, e ainda não estava completamente escuro, quando voltou com três peixes, entre eles um prejereba, um dos peixes mais apreciados para fazer o pirão com banana nanica, um dos pratos mais apreciados.

À noite acendemos velas e o lampião na cozinha. Adelino e Leno amarraram as

⁷⁵ O espinhel é um tipo de arte de pesca constituído por uma linha principal, de onde saem outras linhas secundárias, cada uma com um anzol na ponta. Na região de Paraty o espinhel costuma ter 700 anzóis, ao passo que em outras regiões próximas pode chegar a 1.200.

canoas na *poita*⁷⁶ e subiram pra casa.

O cotidiano na Cajaíba discorre neste alternar-se entre as atividades que acontecem em terra e aquelas que acontecem no mar. A praia é o espaço onde estas atividades se articulam. O mar coloca em relação pessoas de diferentes localidades, como no relato acima, em um único dia, passaram pela Praia Grande da Cajaíba pescadores do Saco do Mamanguá, do Calhaus e os *douradeiros* da Ponta da Juatinga⁷⁷. As atividades pesqueiras não articulam apenas grupos de trabalho, mas colocam em movimento toda uma rede de sociabilidade e de parentesco.

A pesca não é apenas uma atividade produtiva destinada à comercialização, algumas vezes objetiva o consumo e o abastecimento da casa, como na pesca de linha de Yolanda ou o mergulho de Adelino. Pescar faz parte do cotidiano e muitas vezes é um momento de sociabilidade e lazer. Isso é o que ocorre, por exemplo, quando Adelino encontra com seu cunhado Everaldo e juntos saem para mergulhar, com arpão. É comum eles decidirem que peixe *vão matar*, antes de saírem de casa, tratando-se mais de um desafio, ou uma diversão, do que uma obrigação, mas que coloca em evidência seu conhecimento sobre os pontos de pesca e os comportamentos dos peixes.

Mês de julho de 2011, uma noite de lua cheia no Pouso da Cajaíba. A praia estava cheia, com o início do defeso da sardinha a maioria dos pescadores voltou para casa. Uma fogueira na praia reunia o pessoal do *lugar*, quando chegou um homem carregando uma rede de arrasto de praia. Em tom de brincadeira convidou o pessoal para *largar a rede*. Inicialmente ninguém se manifestou, até que um menino se ofereceu para pegar a canoa. A rede de arrasto de praia é retangular, feita de fio de nylon, tem um cabo em cada extremidade, uma corda grossa que serve para puxar a rede para a praia, com

⁷⁶ A *poita* é uma espécie de âncora de confecção bastante rústica, feita geralmente com um pedaço de rede de pesca e uma pedra.

⁷⁷ Na da baía da Ilha Grande não pescam apenas barcos da região, ao contrário, foram frequentemente mencionados os *douradeiros* de Macaé e os *catarinos*, as traineras de sardinha que chegam de Santa Catarina.

uma tralha⁷⁸ de cortiça em um dos bordos e uma tralha de chumbo no outro bordo. Quando a rede foi colocada dentro da canoa, todos se levantaram e se aproximaram. Um cabo foi deixado na praia, o outro ficou na canoa. O menino começou a remar, descrevendo um círculo amplo, enquanto *largava a rede* (a soltava, aos poucos, a rede no mar) e retornava ao mesmo ponto de onde partiu, na praia. Dois grupos se formaram, cada um segurando um cabo, a rede foi puxada em direção à areia. O peixe começou a ser recolhido da areia e depois retirado da rede, *desmalhado*. Foram preenchidas duas caixas de pesca com peixe galo. O peixe foi dividido entre aqueles que ajudaram e quem estava de passagem. Uma parte do peixe foi *preparada* ali na praia, frito em um dos ranchos, para ser comido ao redor da fogueira.

Hoje na Cajaíba o arrasto de praia não é destinado à comercialização, trata-se de uma prática esporádica, para a qual não há um grupo de trabalho fixo, uma atividade espontânea na maioria das vezes, realizada no início da noite, preferencialmente em noite de lua, ligada muito mais a um momento de diversão do que ao trabalho. Em momentos como esse as crianças são introduzidas no universo da pesca e a *comunidade* ganha corpo, envolvida em uma atividade comum.

⁷⁸ Cordas grossas de polietileno na qual as redes são costuradas nas duas extremidades.



Ilustração 3: O arrasto de praia, Percy Lau, IBGE (1975: 340).

“É na pesca, ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local” (MUSSOLINI, 1980: 238).

Foi durante momentos como este, em que as pessoas se juntavam para *largar* o arrasto de praia ou se reuniam na praia, durante um período de pausa na pesca embarcada, que comecei a perceber a importância da pesca na articulação de uma multiplicidade de relações sociais. A época da lula, por exemplo, que vai de fevereiro a maio, é bastante esperada por todos. Além de garantir uma renda adicional, é uma pesca da qual participa toda a família. Normalmente pesca-se durante a noite, uma lâmpada é pendurada no barco para atrair a lula, que é *fisgada* com o *zangarelho*, uma espécie de anzol com três ganchos, amarrado em um fio de nylon. No período em que a lula está próxima à enseada da Cajaíba, durante a noite, a praia fica vazia e são raros os barcos que permanecem ancorados. Por outro lado, o mar lembra uma cidade vista de longe, iluminado pelas muitas lâmpadas dos

barcos. O silêncio costumeiro é rompido por conversas e brincadeiras, entre as famílias que saíram para pescar juntas e entre as tripulações improvisadas dos diversos barcos que ficam bastante próximos uns aos outros.

Uma parte importante dos preparativos para a pesca são feitos em terra. As redes, por exemplo, devem ser reparadas frequentemente, além de terem que secar ao sol periodicamente, para que não fiquem pesadas. É bastante comum ver nas praias da Cajaíba várias pessoas sentadas na areia, uma ao lado da outra, remendando uma mesma rede. O *redeiro*, como é chamado o pescador, ou a pescadora, que fabrica e remenda a rede, trabalha sentado no chão, segurando nas mãos uma agulha, uma faca e o pedaço da rede em que está trabalhando, com os dedos do pé estica a rede.

A confecção e reparo das redes são feitos com uma agulha de madeira ou plástico, com uma abertura no centro onde fica enrolado o fio, de nylon no caso da *rede de espera*⁷⁹, de pneu ou de seda⁸⁰ no caso da *rede de cerco*. A tabuleta é a ferramenta utilizada para medir a largura da malha, a distância entre nós opostos. Trata-se de um pedaço de madeira quadrado, importante para que a malha fique homogênea, a tabuleta da rede de espera, por exemplo, tem cinco centímetros, a tabuleta da *copiada grossa*, uma das redes do cerco flutuante, tem quatro centímetros. Quando a rede está pronta é feito o *entralhamento*, a colocação de cordas grossas de polietileno com bóias na parte superior e chumbos ou poitas na parte inferior. Algumas redes, como a *rede velada*, que deve boiar na superfície, não levam chumbo, apenas bóias.

⁷⁹ A rede de espera é uma rede retangular com uma bóia e uma poita em cada extremidade. A rede é deixada fundeada durante a noite e retirada na manhã seguinte, perto da costeira ou em áreas onde há concentração de peixes.

⁸⁰ Monofilamento em poliamida (MONGE, 2008)



Fotografia 13: Dona Jandira, Alvino e René remendam a rede do cerco, Praia Grande da Cajaíba, Ana De Francesco (2011).

Na fotografia acima dona Jandira, Alvino e René remendam a rede de cerco do casal Jandira e Altamiro. Os dois homens são contratados por Jandira para trabalhar no reparo da rede. Dona Jandira e Alvino são primos, René é cunhado de Alvino. Por diversos dias acompanhei o trabalho de Alvino, na maioria das vezes acompanhado por Pedro. Alvino, René e Pedro são moradores da praia de Calhaus. Foi Alvino quem me explicou o processo de confecção, reparo e entalhamento da rede. Ele trabalha há sete anos no reparo das redes usadas pela família de Jandira. Há algum tempo atrás Alvino tinha seu próprio cerco flutuante, no Calhaus, no qual trabalhava com seu pai e irmãos, mas quando seu pai adoeceu, ficando impossibilitado de trabalhar, desarticulou-se o grupo de trabalho e a família vendeu o cerco, assim Alvino começou a trabalhar para os outros, no reparo das redes, sendo remunerado por dia de trabalho.

Esta breve trajetória de Alvino aponta para a importância do trabalho familiar na pesca. Os grupos de trabalho são compostos, em sua grande maioria, por parentes. Esta composição dos grupos de trabalho, por membros de uma mesma família, tem suscitado, na literatura, diversas explicações, que vão da perspectiva marxista da organização do trabalho na pequena produção mercantil (DUARTE, 1999), à importância do *ethos* igualitário no

trabalho marítimo (MALDONADO, 1993). Segundo a explicação do pescador Careca:

Pra trabalhar junto na pesca tem que ter afinidade e sintonia, camaradagem. Porque é conviver dias e dias em um espaço pequeno, compartilhar tudo, comida, dinheiro, momentos bons e momentos ruins. O mestre do barco e' quem manda e por isso e' respeitado. É o mestre que toma todas as decisões, onde vai pescar, a que horas, quando dar o lance, quando colher a rede. Ele e' responsável pelo barco, o material e os tripulantes. Tem que ter habilidade e jogo de cintura, nenhum homem gosta de ser repreendido na frente dos outros.

Este testemunho de Careca reforça o que diversos pesquisadores notaram em grupos de pescadores de outras regiões, ou seja, as tripulações constituídas em torno de núcleos de parentes são mais estáveis, os grupos familiares tem uma melhor flexibilidade para enfrentar rendas instáveis e a dificuldade na obtenção de capital (ACHESON, 1981). O pertencimento pré-existente reforça os laços de reciprocidade, cooperação, igualdade e hierarquia, centrais para a eficácia do trabalho marítimo (RAMALHO, 2004).

Embora a constituição dos grupos de trabalho entre parentes e não parentes seja uma importante diferença entre a pesca dita artesanal e a pesca industrial, tive algumas evidências em campo de que, mesmo a composição das tripulações assalariadas, seguem uma lógica da afinidade, sendo compostas por redes pré-existentes de amigos.

Cristiano Ramalho, em trabalho com os pescadores do litoral pernambucano, mostra a importância do sentimento de pertença não só em relação à composição familiar dos grupos de trabalho, mas o pertencimento, de uma forma mais ampla, à própria pesca. “Pertencer à pesca artesanal é estabelecer relações de pertencimento com o mar” (RAMALHO, 2004:63). Existe uma territorialidade marítima, uma forma localmente determinada de apropriação social do mar, na qual existe, da mesma forma que nas territorialidades terrestres, uma coincidência entre laços de parentesco e território (MENDRAS, 1978). Assim há uma coincidência, ou melhor, uma mútua conformação entre redes de parentes e territorialidades, também em relação aos territórios marítimos, é ao redor da rede que são constituídos, não apenas os sentimentos de pertença e de identidade,

mas os vínculos sociais e afetivos.

As artes de pesca

No começo do ano os peixes estão todos criando, vão criar pra dentro, perto da costeira, em Paraty-Mirim, no Mamanguá. Não vem quase nada na rede, o que vem tem ova, camarão mesmo tá muito miúdo. O camarão cria dentro, perto da costeira, conforme vai crescendo vai saindo pra fora, por isso é melhor pescar pra fora, não mata a criação. No inverno o camarão, e os outros peixes, ficam lá pra fora, pois não estão criando. O pesqueiro fica a mais de 20 milhas da Ponta da Juatinga, numa profundidade de 50 metros, ficamos no mar até 12 dias. Careca, “Nossa Senhora dos Navegantes”, ano de 2012.

O mar, do ponto de vista dos caiçaras, não é um espaço homogêneo ou indiviso, ao contrário, há uma espacialidade definida por lugares com histórias e características particulares. A primeira distinção que os moradores da Cajaíba fazem do espaço marítimo é entre o *mar de dentro* e o *mar de fora*. O *mar de dentro* é a zona marinha abrigada, protegida pela costa bastante recortada da região e pela Ilha Grande. O *mar de fora*, por sua vez, é a zona marinha que está *para fora* do estreito que vai da Ponta da Juatinga à Ponta da Ilha Grande.

No *mar de dentro* a orientação no mar é feita através de *marcações*, a correspondência com marcos terrestre, como praias, pedras ou montanhas. A marcação⁸¹ diz respeito à construção de um território marítimo, uma forma de mapear posições a partir de elementos da paisagem terrestre. Existe uma classificação detalhada da paisagem que faz referência, sobretudo, ao relevo, assim *ponta*, é um braço de terra que avança no mar, *saco* é uma reentrância do mar, *pico* é um morro elevado e íngreme, *covanca* corresponde a uma planície localizada em local elevado e rodeado por morros, *sela* é um vale formado por

⁸¹ “Esse acervo de conhecimentos práticos e de códigos simbólicos que viabiliza o zoneamento sazonal do mar tanto para fins da organização da jornada de trabalho como para fins de territorialidade, capacita os botes a realizar uma boa pesca sem ferir a pesca alheia” (MALDONADO, 1993: 99)

morros com declive acentuado, próximo à praia. É interessante notar que estas expressões são mais usadas no mar, do que na terra, pois fornecem especificações dos elementos da paisagem que servem para fazer a triangulação de referências espaciais usadas na *marcação* dos pontos de pesca. Em terra prevalece o uso de termos genéricos, como praia, *vargem* e *sertão*.

Existe uma tipologia de lugares ordenada por marcações, estimativas e segredos, técnicas que o mestre do barco domina, são habilidades que fazem parte da *mestrança*, conjunto de conhecimentos e habilidades do mestre do barco⁸². O espaço marítimo, por exemplo, de onde não é possível avistar a terra, é chamado de *céu-mar*. Há belezas, frequentemente evocadas em conversas sobre a pesca, que só existem no *céu-mar*, lugar de silêncio e liberdade, onde o barco é a casa e os camaradas a família. No *mar de fora*, a orientação, no passado, era feita por *estimativa*, ou seja, era estimada por meio do tempo e direção da viagem, com o auxílio da bússola e a observação das estrelas.

O conhecimento pesqueiro também diz respeito aos hábitos e comportamentos das espécies. O cação, por exemplo, à noite fica *velado*, fica próximo à superfície do mar, por esta razão sua captura se dá com um tipo de rede chamada *rede velada*, que não leva chumbo no entalhamento, e por isto fica boiando na superfície. O parati, com o dia claro, se afasta e durante a noite fica próximo à *costeira*, este comportamento orienta os horários em que os pescadores saem para pescá-lo, de manhã bem cedo ou no final da tarde, com tarrafas⁸³ ou arpão. A sardinha *quando tá grossa* (abundante) *espana*, ou seja, agita-se próximo à superfície permitindo ao pescador localizar o cardume e até mesmo ouvi-lo, quando está próximo. Durante a noite o cardume é avistado através da *ardentia*, o clarão provocado pela bioluminescência de um microorganismo presente no mar (*Noctiluca scintillans*). Por esta razão, até recentemente, não se pescava em noite de *lua clara*, os três dias em que a lua está cheia, pois nestes dias é impossível enxergar a *ardentia*. Como desabafou um pescador do Pouso da Cajaíba “*Era um descanso para o peixe e para o pescador*”. Hoje o uso do sonar possibilita às traineiras localizar os cardumes com grande

⁸² Para um detalhamento da mestrança e do segredo ver MALDONADO (1993).

⁸³ A tarrafa é uma rede circular, lançada com as mãos, em pé na canoa ou margens, preferencialmente na maré baixa.

precisão e facilidade, por meio de ondas sonoras, mesmo em dias de lua cheia.

A pesca não diz respeito somente a um conhecimento técnico, como também a uma interação. Neste sentido hábitos e comportamentos de peixes e crustáceos, são frequentemente descritos de uma forma antropomórfica. Tem peixe que é malandro como o xaréu, a tainha e a sardinha, quando cercados pela rede conseguem fugir, é necessário esperar que voltem, para cercar novamente. A sardinha consegue passar por debaixo do chumbo da rede. A tainha é considerada um dos peixes mais espertos do mar: “*você pode cercar 10 toneladas que a metade vai pra fora*”. O peixe sapo também é um peixe esperto, fica com o corpo escondido na areia e atrai os outros peixes com as antenas. No testemunho abaixo fica evidente a diferença entre o comportamento do baiacu e da garoupa:

Ele foi matar baiacu e garoupa. Tá vendo que está indo para aquele canto sombreado perto da praia? Então, é ali que o baiacu gosta de ficar. Ele vai jogar a linha. E depois vai lá pra fora, pra Ponta da Deserta, tentar matar uma garoupa, que é mais desconfiada, então fica mais longe. Dona Jandira, Praia Grande da Cajaíba, ano de 2011.

A canoa é a embarcação tradicional, uma herança indígena comum a grande parte do litoral brasileiro. A canoa caiçara é feita com um só tronco, com a proa e a popa mais altas para enfrentar a arrebentação do mar, o comprimento e a largura da boca são bastante variáveis. A madeira é escolhida e derrubada na mata, em noite de lua minguante ou lua nova, quando a madeira não está aguada. A árvore é cortada com o machado e, depois de passados cinco dias, para a árvore *morrer*, é esculpida com o enxó e a plaina.

As principais espécies arbóreas utilizadas na fabricação da canoa são a timbuíba, o cedro, o guapuruvu e a figueira. Destas a timbuíba, o cedro e a figueira são consideradas madeiras resistentes, que duram mais tempo, já o guapuruvu é uma madeira mais mole, mas de crescimento mais rápido. Quando a canoa está quase pronta é feito um mutirão para *varar a canoa*, ou seja, levá-la até a praia, com o auxílio de cordas e dos camaradas.

Uma canoa não navega bem se o remo não tiver um corte e curvatura perfeitos,

que possibilitem o deslocamento da água sem ser muito pesado. A madeira do remo também é tirada da mata em dias de lua minguante ou nova, pois do contrário, o remo ficaria muito pesado devido a maior presença de seiva, ou *cica*. As principais madeiras utilizadas são o guacá e a caixeta. Depois de derrubada a árvore deve-se esperar cinco dias, para que toda a seiva escorra. A árvore é partida ao meio, rendendo dois remos. O remo tem duas partes, o cabo e a pá, que tem um quinto do comprimento do cabo. A largura da pá corresponde à metade de seu comprimento. O detalhe mais importante do remo é a curvatura da pá, que tem uma concavidade em sua parte interna, no centro, uma espécie de quilha que serve para cortar a água. A pá termina em ponta e a curvatura segue da ponta alinhada ao cabo⁸⁴.

Outro instrumento básico da pesca é a *poita*, que tem a mesma função da âncora, mas é de confecção mais rústica. Trata-se geralmente de uma pedra envolta em restos de rede de pesca, usada para fixar as redes no mar. A poita usada para ancorar os barcos é bem maior e mais pesada do que a poita usada para fundear canoas ou redes de pesca, e são geralmente feita de cimento.

O barco de madeira com motor de popa é o principal meio de transporte entre a Cajuá e a cidade de Paraty e essencial para a realização da maioria das artes de pesca. Cada barco traz gravado no costado seu nome, que geralmente remete a temas ligados ao mar e à pesca, nome de filhos e temas bíblicos⁸⁵. Os barcos são também chamados pelo termo genérico do tipo de pesca para ao qual estão preparados, assim os arrastões são barcos para a pesca do camarão, as *traineiras* carregam as trainas, redes para a pesca da sardinha, os douradeiros são barcos equipados com o espinhel para a pesca do dourado, os *corvineiros* são barcos com redes para a pesca da corvina e assim por diante.

Com a diminuição da importância da agricultura nas últimas décadas e o crescimento da participação da pesca na economia local o barco ganhou importância. Assim a venda de terras, sobretudo no Pouso da Cajuá, parece estar relacionada com este deslocamento da centralidade econômica da terra para o mar. Como ficou evidente na fala

⁸⁴ Para outras espécies arbóreas utilizadas na fabricação de remos e canoas ver BORGES, 2007 e MMA, 2005.

⁸⁵ Sautchuk descreveu a recorrência dos mesmos três temas na nomenclatura dos barcos de pesca de Sucuriju, no Amapá. (SAUTCHUK, 2007: 153)

de um jovem morador do Pouso em uma conversa sobre a venda de terras para pessoas *de fora*: *Aqui se a gente não vender terra vai comprar o bote como?*

Embora o crescimento do turismo seja um fator central na transformação da relação com a terra, de seu valor de uso para seu valor de troca, a pesca continua sendo a atividade econômica principal, sobretudo fora da breve temporada turística do verão. Assim o barco, chamado com menor frequência de *bote*, além de ser o principal meio de deslocamento, é o principal instrumento de trabalho. A importância do barco, tanto na vida cotidiana como no imaginário é evidenciada pela frequência com que aparece nos desenhos das crianças. Meninos e meninas da Cajaíba veem nos barcos seus objetos preferidos de representação, chama a atenção a meticulosidade com que os barcos são desenhados, com suas redes, âncoras e casarias.

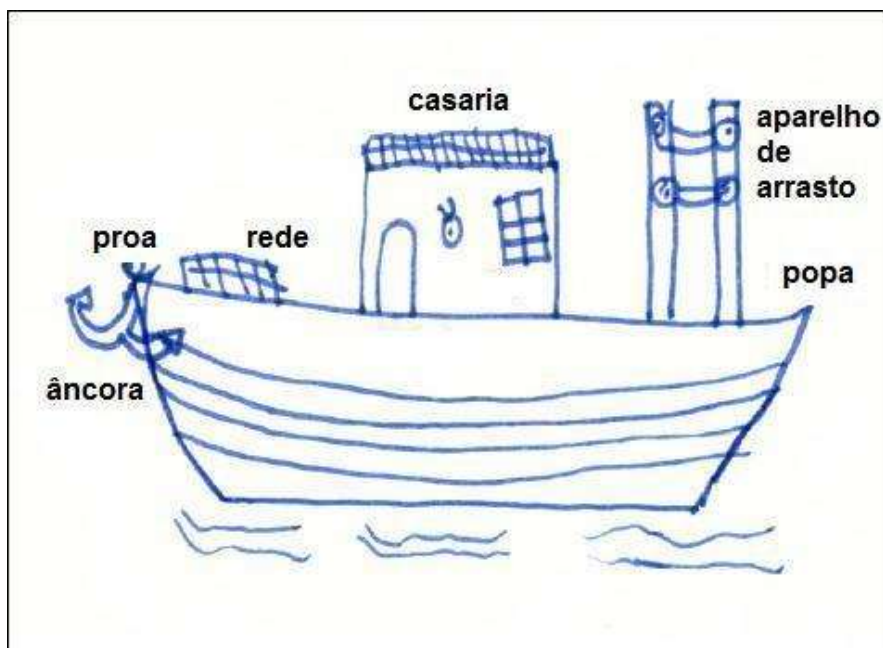


Ilustração 4: Barco de pesca, Laura, Pouso da Cajaíba (2011).

O cerco flutuante

Apesar da grande diversidade dos tipos de pesca praticados na região, priorizo a descrição do cerco flutuante por duas razões principais. A primeira diz respeito à particularidade técnica e sua abrangência limitada à região da baía da Ilha Grande e, em segundo lugar, pelo fato da pesca de cerco ser praticada em uma área bastante próxima à *costeira* e por contar com a participação efetiva de mulheres em todas as etapas do trabalho, o que faz com que este tipo de pesca esteja bastante relacionado ao cotidiano em terra.

O cerco flutuante é uma armadilha de pesca fixa, de origem japonesa, dotada de uma alta capacidade de captura. Consiste em duas partes principais o *rodo*, uma estrutura fixa, fundeada no mar em local próximo à *costeira* e a rede, que é fixada ao *rodo*. Segundo as narrativas locais a pesca de cerco foi introduzida na região por seu Oda, um japonês que se mudou para a Ilha Grande durante a segunda guerra mundial⁸⁶. Seu Oda⁸⁷ identificou na enseada um local propício para a instalação deste tipo de armadilha de pesca, estabelecendo moradia no Pouso da Cajaíba. Hoje existe uma concentração grande de cercos na enseada da Cajaíba e na baía da Ilha Grande, sendo uma das principais artes de pesca praticadas na região.

Durante minha permanência em campo conversei e observei alguns grupos de trabalho de *cerco*, em diferentes localidades, mas foi na Praia Grande da Cajaíba onde acompanhei, de forma mais próxima, o trabalho cotidiano ligado ao cerco da família de seu Altamiro e dona Jandira.

A instalação do cerco deve ser autorizada pela Capitania dos Portos. Como não há mais disponibilidade de pontos para a instalação de novos cercos e o processo de licenciamento junto à Capitania dos Portos é bastante demorado, hoje o ponto do cerco

⁸⁶ Segundo Mussolini (1980) o cerco foi introduzido primeiramente na Ilha Bela e, em seguida, se espalhou pela região.

⁸⁷ Hoje os descendentes de seu Oda vivem na localidade do Calhaus, onde uma de suas filhas se casou. Conforme me relatou um morador “Eles moravam na Ilha Grande, ai eles vieram pescar aqui, fizeram um ponto pra pescar aqui, ai como não é muita tradição de japonês casar com brasileiro, um caçara fogueira a filha dele aqui no Pouso e levou lá pro Calhaus”, Ticoti, Pouso da Cajaíba, 2011.

pode ser vendido e tem um alto valor. Segundo um dos filhos de seu Altamiro, se a rede do cerco usada vale cerca de seis mil reais, o ponto do cerco, um ponto bom como o do cerco de seu pai, localizado no *caminho do peixe*, pode valer até vinte mil reais.

Os cercos da enseada da Cajaíba podem permanecer o ano todo no mar, pois a enseada é protegida das tempestades do mar aberto e do vento sudoeste. Ao contrário, os cercos localizados no costão da Juatinga, no *mar de fora*, permanecem no mar somente durante o verão, pois durante o inverno esta região fica mais vulnerável aos ventos fortes e o mar agitado. O cerco deve ser sempre retirado do mar com a aproximação de mau tempo, pois pode ser carregado ou danificado pelo mar.

Em condições normais o cerco deve ser retirado da água a cada 15 ou 20 dias, é trazido para praia para secar, para a retirada de algas e para o reparado da rede. Algumas situações não são propícias para a instalação do cerco, sendo preferível esperar para armá-lo. Um exemplo é o início da safra do baiacu, no verão, quando o baiacu, além de estar pequeno, se alimenta dos peixes que ficaram presos na malha da rede, danificando o cerco. Períodos onde há abundância de água-viva também não são propícios para a pesca de cerco, pois a água viva entra no cerco e os peixes, percebendo o adensamento dentro da armadilha, não entram, então o *peixe não malha*.

O trabalho no cerco é cotidiano, enquanto está no mar a despesca, a retirada do peixe da armadilha, operação que é chamada de *visitar o cerco*, deve ser feita entre duas a quatro vezes por dia, dependendo da quantidade de peixe que está sendo capturado. O peixe deve ser retirado para evitar que outros peixes danifiquem a rede ao tentar comer o peixe capturado, se houver demora na despesca também é possível que os peixes *mais espertos* encontrem a saída do cerco. As duas *visitas* principais são realizadas de manhã cedo e no final da tarde, quando o *peixe está malhando* bastante, são feitas outras *visitas* neste intervalo de tempo. O cerco nunca é visitado à noite.

As visitas cotidianas implicam em um grupo de trabalho fixo que, com grande frequência, é constituído por um grupo familiar. No caso descrito as *visitas* são realizadas por Altamiro e seus filhos. Na pesca de cerco as mulheres participam ativamente, no caso da Praia Grande da Cajaíba, dona Jandira não participa da *visita ao cerco*, mas colabora na confecção e o reparo das redes, inclusive é ela quem coordena o trabalho dos *redeiros* que

são contratados para remendar as redes. Nas localidades do Calhaus e da Ponta da Juatinga muitas mulheres participam do trabalho no cerco, tanto confeccionando e remendendo redes, como integrando os grupos de *visita ao cerco*⁸⁸. Algumas vezes as crianças acompanham a *visita* e diversos pescadores da região contam que começaram a pescar no cerco, antes de partirem para outras modalidades de pesca ou para a pesca embarcada.

O *rodo* é uma estrutura feita de cabos (cordas), poitas (âncoras) e duas *copiadas*, que são bóias feitas com três pedaços de bambu grosso, o taquaruçu, de um metro e meio de comprimento, que servem para manter o formato elíptico das cordas da superfície do *rodo*. A *copiada* é amarrada em três pontos diferentes, chamados de *botão*, do botão saem três cabos que são fundeados com uma poita, estes três cabos são chamados de *galho* e tem entre sete a doze *braças*⁸⁹ de comprimento.

O *rodo* fica preso por dois cabos à *costeira*, em dois pontos diferentes, um na direção de onde será instalado o *caminho*, uma rede fixada entre a *boca do cerco* (a entrada da armadilha) e a *costeira*, e o outro entre a boca da rede e a primeira *copiada*, estes cabos também são chamados de *galhos*. Na *costeira* os cabos são amarrados em pedras pesadas ou arbustos, capazes de aguentar o cerco. Além dos *galhos* presos à *costeira* e à *copiada*, o *rodo* é fundeado com mais quatro cabos, presos em poitas no fundo do mar, que correspondem as bóias de isopor na superfície (as vezes são usados também galões de óleo ou outras embalagens plásticas).

⁸⁸ É interessante notar no trabalho de Monge (2008), sobre os cercos flutuantes da Ponta da Juatinga, que em todas as fotografias de visita ao cerco estão presentes mulheres.

⁸⁹ Uma braça é uma medida que vai do polegar de uma mão até o polegar da outra mão com os braços estendidos, segundo tabela de conversão corresponde a 1,83 metros.

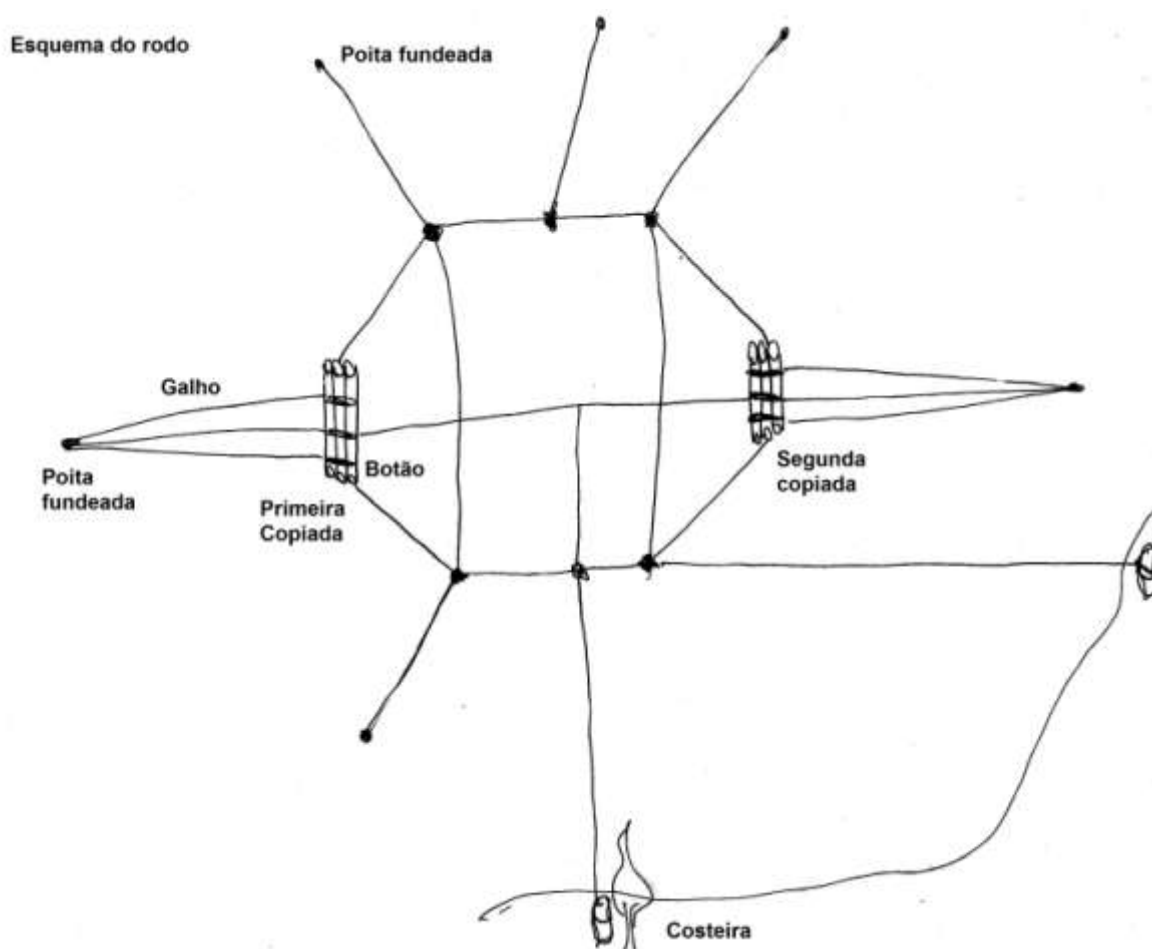


Ilustração 5: O rodo do cerco flutuante, Ana De Francesco (2012).

A rede do cerco é fixada ao rodo, procedimento chamado de *largar os panos*. A rede é dividida em quatro partes principais: o *cerco*, o *caminho*, as *paredes* e o *sacador* (ou ensacador), que têm malhas de diferentes larguras, ou seja, diferentes espaçamentos entre os nós opostos. Para fixar a rede no rodo é necessária a presença de alguém que saiba *armar o cerco*, ou seja, amarrar a rede às copiadas, o que garante que a rede fique no formato correto, este procedimento é feito por um pescador experiente ou pelo dono do cerco. Depois de *armado o cerco* começa o processo conhecido como *largar o pano*, ou seja, amarrar todas as partes da rede que compõe o cerco.

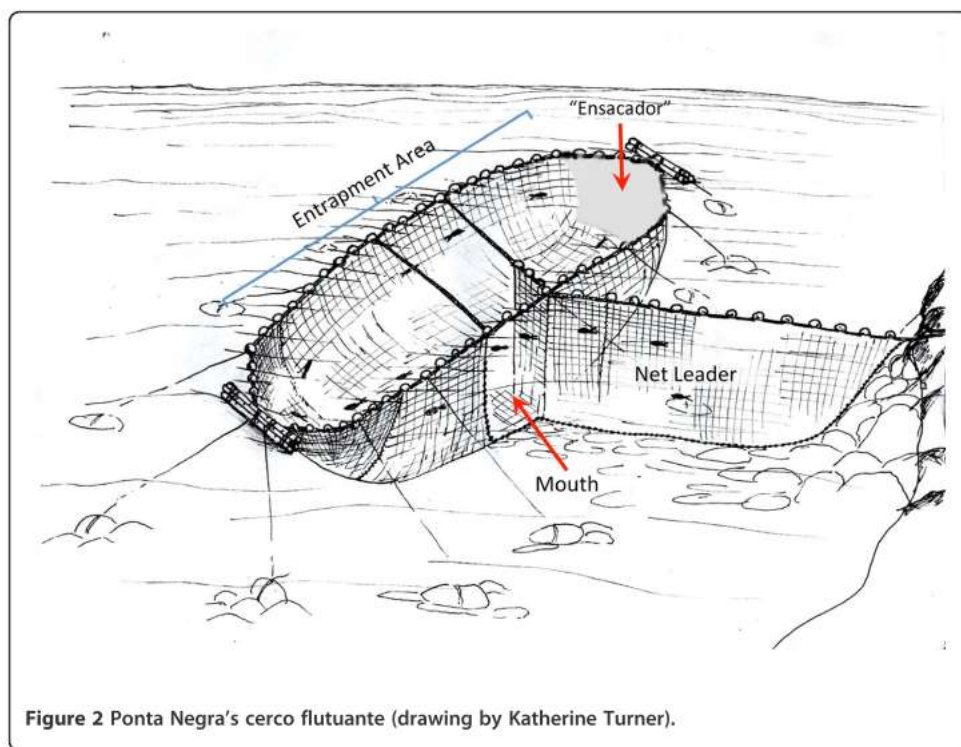


Ilustração 6: A rede fixada ao rodo, IDROBO e DAVIDSON-HUNT (2012: 6).

O cerco de seu Altamiro tem 68 braças de circunferência (na ilustração 6 área nomeada “entrapment área”), o caminho tem 50 braças, (na ilustração 6, nomeado “net leader”). Alvino demora dois meses para confeccionar 60 braças de rede. A rede do cerco flutuante tem diferentes malhas, ou seja, cada parte da rede tem uma medida diferente. A rede do *caminho* (“net leader”) é uma rede retangular de emalhar, onde os peixes grandes ficam presos, ou seja, *malham*, semelhante à *rede de espera*, mas feita com um fio mais grosso, de seda. Em relação ao cerco (“entrapment area”), a rede da frente, voltada para a *costeira*, é chamada de *copiada fina*, é semelhante à rede do caminho, feita por uma malha larga de emalhar. No lado oposto fica a *copiada grossa*, uma rede de envolver, feita por uma malha mais fina, que não *malha* o peixe, similar à rede da traineira, que prende peixes menores, que permanecem vivos. No fundo da copiada grossa fica o *sacador* (“ensacador”), a rede mais fina do cerco, por onde se realiza a despesca, erguendo esta parte da rede entre as duas canoas. No fundo do cerco, a parte que adere ao fundo do mar, as malhas são mais largas, pois os peixes não podem passar por ali. Estas redes de envolver, da copiada grossa

e do sacador, possibilitam um maior tempo de conservação do pescado e a liberação de peixes miúdos, visto que estes permanecem vivos dentro da armadilha.

É interessante pensar na disposição das diferentes malhas tanto a partir do percurso feito pelo peixe ao entrar no cerco, quanto pelo movimento das canoas no momento da visita ao cerco.

O peixe que vem beirando a *costeira* encontra o *caminho*, a rede de emalhar presa entre o costão e a boca do cerco (“mouth”). Ao tentar escapar da rede o peixe tende a ir para o fundo e não voltar para trás, acompanhando a rede que é colocada nesta direção, então entra pela boca do cerco e começa a fazer movimentos circulares dentro da armadilha, assim não consegue encontrar a saída, pois a *boca* é protegida pelas paredes. Os peixes maiores também podem ficar presos na rede do caminho ou na copiada fina, ao tentar atravessar ou fugir da armadilha.

Este é o mecanismo de pesca do cerco conforme me foi explicado em diversas conversas, com diferentes pessoas que trabalham no cerco de Altamiro e Jandira. Através de desenhos feitos com e pelos pescadores, na areia e em cartolinas, fui registrando os detalhes do artefato e da técnica, acompanhando algumas visitas ao cerco pude observar seu funcionamento.



Fotografia 14: O cerco flutuante, Praia Grande da Cajaíba, Ana De Francesco (2012).

Na Fotografia 14 seu Altamiro está dando início à *visita ao cerco*, puxa o cabo preso à boca do cerco para erguer a rede, puxando uma parte para dentro da canoa, assim fecha a boca do cerco, impedindo que os peixes que estão dentro da armadilha escapem. No lado oposto da imagem, em primeiro plano, note-se a primeira *copiada*, a bóia de bambu, as bóias pequenas da rede e as bóias maiores do rodo, de isopor.



Fotografia 15: A copiada fina, Ana De Francesco (2012).

Na Fotografia 15 Cacaiu e Alef estão na segunda canoa, de onde eu tirei a foto, começam a puxar a *copiada fina*, enquanto Altamiro, ao fundo, ainda segura a *boca do cerco*. A rede é sacudida para que os peixes e detritos soltem, o peixe que ficou *malhado* é retirado. A rede é puxada para dentro da canoa e, em seguida, *largada* novamente. A segunda canoa vai puxando e largando a rede, descrevendo um movimento circular. Quando ultrapassa a *boca do cerco*, no interior da armadilha, mas do lado oposto da boca, a primeira canoa pode soltar a rede da boca, pois os peixes que estavam na entrada já foram direcionados, pelo levantar da rede, para o sacador. Assim a primeira canoa começa a erguer também a *copiada fina* em direção à *copiada grossa*, descrevendo um círculo no sentido oposto da segunda canoa, do outro lado da armadilha.



Fotografia 16: Seu Altamiro puxando a rede, Ana De Francesco (2012)

Na Fotografia 16 Altamiro já largou a boca do cerco e está puxando a rede. É através do corpo do pescador que a pesca é executada, com seu corpo interagindo com os artefatos técnicos, desempenhando uma ação mediada por seu corpo em interação com o mar e os peixes. O pescador tem seu corpo transformado pela atividade pesqueira, seus pés são fortes, largos, fissurados pelo contato com a água salgada, as cordas e as redes, seus rostos são esculpidos pelo vento e pelo salitre, o sol, com o tempo, cansa seus olhos. Dizem na *costeira* que um caçara se reconhece pelo pé, cheio de *fisgo*.

Para uma pessoa não iniciada na pesca, equilibrar-se em uma canoa é um desafio. As canoas têm tábuas de madeira transversais ao seu comprimento, como se pode entrever na fotografia acima, que servem como bancos. Quem não sabe andar de canoa não consegue se equilibrar neste banco, tem que se ajoelhar no fundo da canoa e mesmo assim, se esta estiver pesada, pode virar. Digo isto para que fique evidente como ficar em pé na canoa puxando uma rede bastante pesada requer uma enorme habilidade e equilíbrio, adquiridas na experiência da vida no mar. O pescador deve compassar seu esforço ao puxar a rede com os movimentos da canoa na água e as ondulações do mar, para que a canoa não vire.

Embora a família de Altamiro prefira *visitar o cerco* de canoa, por serem embarcações bastante leves, nos dias em que os acompanhei, eles preferiram ir com um pequeno bote de madeira, um tipo de embarcação que embora seja mais pesada, é mais estável, para evitar que um desequilíbrio meu, jogasse todos nós na água.



Fotografia 17: Copiada grossa, Ana De Francesco (2012).

Nesta imagem as canoas já estão próximas uma da outra, em ambas os canoeiros estão puxando a *copiada grossa*. Note-se a diferença da largura da malha em relação à *copiada fina* (Fotografia 15). A cor da rede também é diferente, a *copiada fina* é cinza, já a *copiada grossa* é azul.



Fotografia 18 e 19: A despesca, Ana De Francesco (2012).

Nestas imagens as duas canoas estão lado a lado. Na fotografia 18 o *sacador* está suspenso entre as canoas, é o momento da despesca. Note-se como a malha é bem mais estreita e o fio grosso. O peixe será retirado do *sacador* e colocado em uma das canoas. Na fotografia 19 as canoas estão emparelhadas, é o fim da despesca, o peixe, que naquele dia foi bem pouco por conta da presença de água-viva no cerco, já foi colocado na segunda canoa. Note-se no bordo da canoa em primeiro plano, a diferença das malhas da *copiada grossa* e do *sacador*. Terminada a despesca a rede será largada novamente e todos voltarão para a praia. Tratando-se de uma unidade familiar o pescado não será dividido, mas colocado em um mesmo isopor. Quando o grupo de trabalho é heterogêneo a partilha segue o método do quinhão (Mussolini, 1980), o pescado é dividido em duas partes, metade fica com o dono do cerco e a outra é dividida em partes iguais entre aqueles que trabalharam. Quando um pescador não remenda a rede ou não participa da armação do cerco pode receber uma parte menor.

Esta descrição do cerco flutuante difere um pouco da descrição de Gioconda

Mussolini (1980). A principal diferença é que a autora faz uma distinção apenas entre duas partes o *rodo* e o *caminho*, considerando como rodo tanto a estrutura fixa de cordas e *poitas*, como a rede a esta fixada. O restante é bastante semelhante, as dimensões do cerco, as diferentes larguras das malhas e o funcionamento da armadilha e da despesca.

Apresento duas evidências que apontam para a importância da distinção entre rodo e cerco. Em minha última viagem a campo, quando o foco da pesquisa eram as atividades de pesca, estava chegando de barco na Praia Grande da Cajaíba, preocupada em saber se o cerco de seu Altamiro estava no mar ou estava recolhido, notei as *copiadas* de bambu e as bóias de isopor no local onde fica o cerco. Assim perguntei para as pessoas que estavam a bordo se aquele era o cerco de Altamiro, eles me responderam que sim, mas que não era o cerco, mas só o rodo, pois o cerco estava em terra. A esta primeira evidência da distinção entre rodo e cerco, que até então eu desconhecia, outras se apresentaram enquanto desenhava o cerco com os pescadores. Depois de muitas explicações e diversos croquis, com os quais haviam me explicado o posicionamento das *copiadas*, dos *cabos*, das *poitas* e do *caminho*. Quando me dei por satisfeita, Leno, morador da Praia Grande e filho de seu Altamiro, me disse: “*Você aí têm só o rodo, agora falta o cerco*”. E então começamos a desenhar a rede presa ao rodo, as diferentes malhas, a forma como a rede é fixada ao rodo e só depois disso passamos a conversar sobre a despesca, ou seja, a *visita ao cerco*.

A relevância desta descrição do cerco flutuante reside na particularidade de uma técnica patrimonial que carece de descrições detalhadas. Além do artigo de Gioconda Mussolini, existe um trabalho de conclusão de curso, realizado na Ponta da Juatinga, que apresenta uma descrição precisa do cerco flutuante, mas que também não atenta para esta distinção entre rodo e rede (MONGE, 2008). Recentemente foi publicado um artigo sobre os cercos flutuantes da Ponta Negra, localidade que faz parte da Reserva Ecológica da Juatinga (IDROBO e DAVIDSON-HUNT, 2012). No artigo os autores tratam da introdução do cerco como uma estratégia adaptativa de subsistência, ressaltando como a introdução da técnica articulou novas redes sociais e provocou mudanças estruturais na economia local, sobretudo no que diz respeito a um deslocamento de uma economia baseada na terra para uma economia baseada no mar.

Chamo a atenção para a distinção entre o rodo e o cerco por, embora ausente

nesta literatura, ter um importante papel no que diz respeito à marcação de uma área marítima que é apropriada por um grupo familiar ou um grupo de trabalho, visto que o direito de uso sobre aquele espaço pode ser vendido, emprestado ou negociado, o que sugere algumas reflexões sobre uso comum e formas de apropriação no que diz respeito ao território marítimo. Por outro lado existe uma percepção local relativa ao menor impacto do cerco flutuante sobre o estoque pesqueiro, visto que ficam presos na rede apenas peixes grandes, enquanto os peixes pequenos, aprisionados no interior da armadilha, podem ser libertados porque permanecem vivos. Este é um aspecto que os pescadores de cerco defendem e enfatizam, sobretudo em oposição à pesca de *arrastão* do camarão, muito praticada na região e que ameaça, quando não respeitados os períodos de defeso e os locais de pesca, a reprodução do estoque pesqueiro.

Uma etnografia a bordo do *Nossa Senhora dos Navegantes*

Nos estudos sobre pesca no sudeste brasileiro é bastante recorrente a distinção entre pesca artesanal e pesca embarcada. A pesca artesanal seria aquela baseada no uso de uma tecnologia simples, realizada em áreas próximas à *costeira*, por um grupo de trabalho constituído por uma mesma parentela ou vizinhança, em barcos motorizados ou canoas, sendo os pescadores, em geral, proprietários de seus instrumentos de trabalho. Em contraposição a pesca embarcada seria aquela realizada em espaços marítimos mais distantes, implicando no uso de uma tecnologia mais sofisticada e na permanência prolongada no mar (DIEGUES e NOGARA, 2005; BEGOSSI, 2009)⁹⁰. Contudo, a tipologia artesanal *versus* embarcada pouco revela sobre a diversidade das artes de pesca, a singularidade das diferentes tradições e suas semelhanças estruturais.

Na Cajaíba *pesca embarcada* pode ser considerada uma categoria local, pois é usada pelos pescadores com um significado preciso. Trabalhar na pesca embarcada

⁹⁰ Esta classificação não é comum a todo o litoral brasileiro. No litoral de Pernambuco, por exemplo, os pescadores se dizem embarcados quando utilizam embarcações para pescar tanto em ambientes marinhos ou estuarinos, correspondendo, portanto, à pesca artesanal, ou simples. Sobre a pesca em Pernambuco ver RAMALHO (2006).

significa integrar a tripulação de uma embarcação industrial como um trabalhador assalariado, no caso dos pescadores da Cajaíba, as traineiras de Santos (SP) e de Angra dos Reis (RJ). A pesca artesanal, ao contrário não é uma categoria nativa e pouco revela sobre o complexo universo pesqueiro da Cajaíba, onde artesanal e industrial muitas vezes se confundem. Assim definir a pesca artesanal simplesmente em oposição à pesca embarcada ou industrial implica em uma demasiada simplificação.

A pesca artesanal não é um universo homogêneo, ao contrário, é definida, sobretudo, a partir da modalidade técnica empregada. Os pescadores da Cajaíba fazem uma distinção entre a pesca realizada nos barcos locais, em um território marítimo próximo à baía da Ilha Grande e a pesca embarcada nas grandes traineiras. Esta pesca local é realizada em um território marítimo que se estende até não mais do que 40 milhas náuticas no *mar de fora*, com uma tripulação que varia entre duas a cinco pessoas, que permanecem no mar por no máximo quinze dias, devido à capacidade de carga das embarcações. Entre a frota local grande parte das embarcações são arrastões, sobretudo de camarão rosa, mas há barcos que operam com redes de espera e barcos de espinhel. Há embarcações que mudam sazonalmente o aparelho, dedicando-se, por exemplo, a pesca com espinhel durante a temporada do dourado e a pesca com rede de espera durante a época da corvina.

A pesca embarcada, por sua vez, é realizada pelas grandes traineiras de Angra dos Reis e Santos, com uma tripulação que varia entre 15 a 20 tripulantes assalariados, que percorre um território marítimo bem mais extenso, que vai do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. Muitos homens se engajam na pesca embarcada em busca de uma maior estabilidade financeira e da possibilidade de poupar algum dinheiro, que lhes permite, muitas vezes, voltar para suas localidades de origem e adquirir seus próprios instrumentos de trabalho.

Ao contrário do que foi relatado em estudos sobre pescadores em outras regiões do litoral brasileiro, onde por diversas razões as mulheres não participam da pesca marítima (MALDONADO, 1993 e RAMALHO, 2006), na Cajaíba não há interdições em relação à presença feminina nas embarcações ou mesmo à participação de mulheres na pesca. Embora não seja muito frequente, mulheres pescarem no *mar de fora*, há mulheres que o fazem, principalmente em grupos de trabalho compostos por parentes. As mulheres das

localidades do Calhaus e da Ponta da Juatinga, são conhecidas por seu trabalho com o cerco, há também mulheres que trabalham com rede de espera no costão da Juatinga⁹¹.

Apesar desta ausência de interdições quanto à presença de mulheres a bordo, a maioria dos pescadores era reticente em me levar *lá pra fora*. Temiam que eu, não enquanto mulher, mas, sobretudo, enquanto uma mulher da terra, não acostumada ao mar, não tivesse as disposições necessárias para acompanhar a pescaria. Tinham receio que, levando-me com eles, eu atrapalhasse as dinâmicas de bordo ou ficasse enjoada e não suportasse permanecer uma noite inteira no mar. Foi então que conversei a respeito com Careca, mestre do *Nossa Senhora dos Navegantes*, que concordou que o acompanhasse em uma noite em que o mar estivesse suficientemente calmo e a pescaria não estivesse muito distante da *costeira*. Assim pude acompanhar por duas noites o trabalho no barco de *arrastão* de camarão rosa em dois pontos de pesca distintos.

Proponho a leitura de alguns trechos de meu diário de campo, escrito a bordo do *Nossa Senhora dos Navegantes*, tendo em vista chamar a atenção para alguns elementos importantes da pesca e da territorialidade pesqueira.

Era uma sexta-feira, dia 3 de fevereiro de 2012, o *Nossa Senhora dos Navegantes* chegou cedo na Praia Grande da Cajaíba, há alguns dias eu esperava. Careca disse que o mar estava manso e que a pescaria estava próxima, entre a Ponta da Mesa e Ponta da Juatinga, então, se ainda quisesse, poderia acompanhá-los aquela noite. Embarcamos por volta das quatro horas da tarde. O *Nossa Senhora dos Navegantes* é um dos maiores barcos de *arrastão* da região, com capacidade para quatro tripulantes. Assim, sem que Abelha e Careca trocassem uma só palavra, começaram a fazer as operações necessárias para *puxar o ferro* (levantar a âncora) e zarpar. Abelha prendeu o *cabo do ferro* no guincho, Careca o acionou através de um pedal. Abelha cuidou para que o ferro ficasse

⁹¹ Tive notícias, no cais de Paraty, de duas mulheres que são mestres de barcos de *arrastão*, uma do Saco do Mamanguá e outra da Praia Grande de Paraty. Estas mulheres preparam o barco para pescaria, saem para pescar e negociam seu pescado no cais. Isto não me foi relatado como algo exótico ou anômalo, ao contrário, parecia não chamar muito a atenção dos pescadores e apareceu nas conversas somente com minhas insistentes perguntas sobre mulheres que trabalham na pesca.

preso na ponta da proa, Careca foi para a casa de leme e ligou o motor. Os barcos de pesca são diferentes dos navios, eles saem em silêncio.

Fomos até a *passagem*, um ponto de espera e de encontro, o último abrigo antes de passar pela Ponta da Mesa e sair para o *mar de fora*. Esta *passagem* fica próxima ao Pouso da Cajaíba, em frente à pedra das Araras. Havia diversos barcos de *arrastão* parados um ao lado do outro, os tripulantes conversavam entre si e saltavam de um barco para o outro. Nós esperávamos um primo de Careca, que chegava de Paraty-Mirim.

O *arrastão* é um barco de pesca que opera duas redes de arrasto de fundo, utilizadas na pesca do camarão. O *aparelho*, como é chamado todo o equipamento necessário para a pesca, consiste em uma torre, perpendicular ao barco, de onde saem dois pares de hastes, chamadas de *braços*. Um par de hastes serve para puxar a rede, o saco da rede ou *sacador*, para o convés. O outro par de hastes, que se estendem para fora do barco, e servem para segurar *as portas*, cuja função é manter a rede aberta e rente ao fundo do mar, quando submergidas.

No final da tarde, Abelha, o cozinheiro, lava a louça. Careca conversa no rádio com os outros pescadores sobre as condições do mar, do vento e sobre a pescaria da noite anterior. Falam sobre cascalhos e pegadores, pedras ou objetos no fundo do mar que podem danificar a rede, alguma marcação nova, trocam pontos do GPS, alguns em segredo, combinando outra frequência no rádio ou falando pelo celular. As conversas no rádio são muitas vezes codificadas, repetindo os *segredos* que regem a pesca. “*As vezes um camarada diz para o outro, vai no canal 20, e como eles se conhecem já sabem o que aquilo significa, ele quer dizer que pegou 20 kg na noite anterior, quando o camarada vai pro canal 20 já sabe o que o outro queria dizer*” (Careca).

As conversas no rádio concentram-se no *serão* (final de tarde) e seguem até a primeira *sacada* (colhida da rede). Os pescadores não mudam seus relógios no horário de verão, o horário *novo*, seguem a *hora de Deus* e o tempo do mar.

São seis horas da tarde, quando sai o primeiro barco, saem todos. Todas as portas a bombordo (bordo esquerdo do barco) são fechadas para que, quem estiver na casa de leme, preste atenção somente a boreste (bordo direito do barco), uma regra geral das embarcações.

- Boa noite primo.
- Boa noite família
- Sorte pra nós
- Ao destino desta noite
- Até lá.

Chegamos na *posição*, a cerca de 3,5 quilômetros da Ponta da Mesa. As *posições* correspondem aos *pesqueiros*, local onde há grande concentração de peixes ou, no caso, camarão. São orientadas por marcações em terra ou por marcações georreferenciadas no mar. As *posições* levam o nome de quem às descobriu ou de alguma característica, como no Cairuçu, onde a *posição* chama passarela, devido à presença de cascalho, que danifica a rede, permitindo que passe apenas um barco por vez. No *pesqueiro* os barcos ficam próximos um ao outro, é possível enxergá-los, todos estão prontos para *dar o lance*, soltar a rede. Para *dar o lance* Abelha foi levando o barco e Careca soltando os cabos através dos pedais do guincho, um pedal para cada rede, sentado na tampa do porão. Naquela posição é necessário soltar 70 braças de cabo para cada lado, para que a rede chegue ao fundo. Esta medida varia conforme a profundidade da *posição*, assim, o mestre deve conhecer o fundo do mar para calcular quantas braças de cabo são necessárias para que a rede chegue ao fundo. Por volta das 19 horas todos fizeram seu *lance*, as conversas no rádio mudam um pouco de tom, agora que a rede já está trabalhando e o jantar está ficando pronto, os pescadores começam a contar histórias. Naquela noite ouvi uma longa história sobre as assombrações da baía, outras tantas piadas e algumas fofocas. É um momento de conversar e dar risada, as conversas pessoais são marcadas em frequências do rádio alternativas, *escondidas*, para garantir a privacidade.

À noite no mar não é solitária, os barcos que praticam o mesmo tipo de pesca estão continuamente se comunicando e trocando informações. Se de um lado há uma grande parceria entre eles, por outro, e todos tem clareza disso, a pesca é uma grande competição. O *status* do pescador está ligado a sua habilidade técnica, sua competência para pescar mais que os outros. Eu acompanhei o barco de Careca, um dos pescadores mais velhos, considerado especialmente habilidoso e por isso chamado pelos outros de *lobo do mar*.

A meia noite a rede foi *colhida*. Neste momento todos os barcos acendem a luz, então é possível visualizar como estão próximos, todos pescando no mesmo *pesqueiro*, cada um seguindo seu *risco*. O guincho é ligado e começa a puxar as portas, quando as portas chegam perto da roldana do braço lateral, o barco acelera para tirar a areia que estiver na rede. É puxada a rede de um lado de cada vez. A rede é trazida para o convés, o *saco*, onde fica preso todo o pescado, é desamarrado. No convés do barco tem uma tábua de madeira, de lado a lado, na mesma altura que a porta do porão, para que o peixe não se espalhe e fique somente na parte da proa do barco. O peixe é escolhido com a ajuda de um rodo de madeira. O que não tem valor comercial e não serve para o consumo é devolvido ao mar. A fauna acompanhante, tudo aquilo que não é camarão rosa, é muito abundante na pesca de *arrastão*. Quando a pesca não é farta, como nesta ocasião em que estávamos no fim da temporada, é muitas vezes o que faz compensar a pescaria. O camarão é separado e colocado em balaios, iguais aos de cipó só que de plástico. Os peixes maiores, assim como polvo e lula também são separados em balaios. Quando todo o pescado foi escolhido são abertas as comportas da lateral do barco e o restante do pescado é descartado, o convés é imediatamente lavado. Não se perde tempo no mar e logo que o pescado da segunda rede foi escolhido, as redes são largadas novamente. Então o peixe é guardado em caixas de pesca com gelo, no porão.

O trabalho no *arrastão*, no qual a tripulação é geralmente de apenas dois homens, é dividido entre primeiro e segundo *quarto*⁹². Um pescador fica com o primeiro quarto, levando o barco enquanto o outro dorme. Depois que a rede é *colhida* e o segundo *lance* feito, os pescadores trocam de lugar, quem levou o barco no primeiro quarto vai dormir e o outro assume o leme.

Às seis horas da manhã começam os preparativos para colher o segundo lance. As conversas no rádio recomeçavam, mas em um tom diferente, menos jocoso. A conversa gira em torno de coisas mais sérias, assuntos da colônia, a periodicidade do defeso, a possível criação de uma reserva marinha. Depois de colhido o segundo lance a rede volta

⁹² Trata-se de um método de marcação do tempo usado na pesca. As vinte e quatro horas de duração de um dia são divididas em quatro partes, desta forma a noite é constituída por dois turnos, o primeiro e o segundo *quarto*.

para água pra tirar a resto de peixe e das muitas estrelas do mar que ficaram presas. Ficará o dia inteiro pendurada no convés para secar.

O barco de *arrastão* passa a noite toda *arrastando*, indo e voltando, seguindo um mesmo trajeto que é o *pesqueiro*, onde está a concentração de peixe, neste caso camarão rosa. Passamos a noite percorrendo um *risco* de cerca de 7 quilômetros de extensão. Com a difusão do GPS algumas coisas mudaram na pesca, nos modos de fazer e também de dizer. Este deslocamento linear percorrido pelo *arrastão*, o *pesqueiro*, hoje é chamado de *risco*. É o trajeto definido pelo mestre e marcado no GPS, tornando-se graficamente um risco. Assim o que antes era determinado por marcações e estimativas, hoje é georreferenciado. As palavras *risco* e *posição* passaram a ser usadas com a difusão do GPS nos barcos. Os *pegadores* são pontos marcados no GPS, alguma coisa no fundo que pode danificar a rede, uma laje, cascalho, uma pedra.

Estas inovações tecnológicas influenciaram de forma marcante a terminologia utilizada na pesca. Se em terra ouvi muitas vezes o termo *pesqueiro* para designar o lugar onde se pesca, onde está a concentração de peixes, a bordo, entre os tripulantes, este termo foi raramente usado, prevalecendo o termo *posição*. Estar na *posição* é o mesmo que estar no *pesqueiro*, com a diferença que a *posição* não é calculada apenas por estimativa, mas é um ponto exato, georreferenciado, marcado no GPS.

Questões de gênero causaram certamente alguns constrangimentos a bordo. Abelha, quando se deu conta que de fato eu permaneceria com eles por duas noites, ficou bastante irritado com sua condição de cozinheiro. Me ofereci para fazer o jantar nas noites que estivesse a bordo, assim o desconforto foi resolvido. Cozinhar a bordo de um barco de pesca acabou se revelando uma experiência interessante. Pude observar os detalhes da cozinha, a organização dos utensílios e mantimentos. A cozinha do barco lembrou-me muito a cozinha das casas. Cada coisa em seu lugar, uma organização engenhosa onde tudo é bem pensado. Chama a atenção a inventividade e habilidade de suprir as necessidades com aquilo que se tem à disposição. Os mesmos utensílios essenciais presentes em todas as casas caíçaras: uma tábua de madeira, uma faca bem afiada, o socador do feijão, o coador do café. O fato de eu ter assumido uma tarefa e, sobretudo, não ter enjoado, acabou por me integrar na dinâmica de bordo e possibilitou que na noite seguinte eu acompanhasse o

Nossa Senhora dos Navegantes, em outro ponto de pesca, para fora da Ponta da Juatinga, presenciando por algumas horas, o que é estar no *céu-mar*.

Neste capítulo procurei descrever como o território caiçara se estende também para o mar e como as dinâmicas marítimas estão profundamente relacionadas à vida em terra. Em um primeiro momento descrevi as atividades relacionadas à pesca que ocorrem na praia, como a pesca de linhada, a pesca de arpão, assim como o fluxo dos barcos de pesca observados a partir da praia. Em seguida tratei do cerco flutuante, uma técnica patrimonial bastante característica da região, por fim, dando conta de uma modalidade pesqueira de caráter mais industrial, e que se dá no *mar de fora*, descrevi a pesca do camarão rosa.

Na pesca em áreas próximas à praia, tanto de linhada, arpão ou arrasto de praia, observamos a profunda conexão com o cotidiano em terra e a participação de grande parte dos moradores, homens, mulheres e crianças. A pesca do cerco flutuante, uma técnica trazida por japoneses, aponta para a apropriação de um espaço marítimo específico por grupos familiares. Na pesca do camarão rosa, por sua vez, existe outra lógica de relações envolvidas, que dizem respeito às dinâmicas entre os tripulantes do barco, à camaradagem, assim como à competição entre as diversas embarcações. Por outro lado, procurei chamar a atenção para como inovações tecnológicas transformaram os modos de fazer e de dizer da pesca. A pesca do camarão também aponta para uma territorialidade marítima muito mais ampla, em termos geográficos, do que as outras modalidades de pesca descritas.

Conclusão

Com o objetivo de apresentar uma descrição etnográfica da territorialidade caiçara na enseada da Cajaíba, zona costeira do município de Paraty, (RJ), procurei levar em conta diversas dimensões envolvidas em definições de território discutidas no âmbito da antropologia (ALMEIDA, A. 2008, GALLOIS, 2004; GODOI, 1998, GODELIER, 1984 e LITTLE, 2002).

O ponto de partida adotado foram as memórias dos moradores, as narrativas do *tempo antigo* e o mapeamento dos “lugares de memória”, o que me possibilitou analisar a profundidade histórica do território. Ficou evidente, ao longo desta análise, a existência de uma memória genealógica, ligada às histórias dos antepassados e ao pertencimento ao *tronco velho*, os primeiros habitantes que deram origem às atuais famílias. Por outro lado tornou-se bastante clara a existência de uma memória ligada à terra, à paisagem local, à qual me referi como memória toponímica, que está ligada às histórias dos lugares habitados e percorridos. São histórias nas quais estão mesclados tanto elementos reais como mágicos, mostrando um processo que assiste o caminhar da história em direção ao mito (GODOI, 1999). Isto ficou evidente, por exemplo, nas histórias sobre tesouros, ligadas ao *tempo antigo*, ressaltando como é o processo de habitar a terra, mais do que a linguagem, que revela os vínculos das pessoas com seu *lugar*.

Em seguida, abordei a dimensão técnica da vida social, os saberes envolvidos nos modos de fazer da vida cotidiana, que definem o modo de vida caiçara, caracterizado pelo uso de uma multiplicidade de ambientes, tanto terrestres como marinhos, e marcado por um saber técnico bastante rico. Ficou evidente como as práticas e modos de fazer não dizem respeito apenas a uma dimensão técnica da vida social, mas revelam o modo como as pessoas percebem e interagem com o ambiente em que vivem. Apontando para como, ao mesmo tempo em que existe uma memória histórica e genealógica ligada ao território, existe também uma memória técnica (LE GOFF, 2003), um saber-fazer que é mantido ao longo das gerações, por meio da interação com o ambiente. Assim, tanto as narrativas como as técnicas, conduzem a um entendimento do mundo informado pela experiência anterior e enriquecido pelo constante processo de habitar o mundo, fazendo com que a

territorialidade, observada em suas múltiplas dimensões, nos informe tanto sobre os aspectos materiais quanto imateriais da vida social, ficando evidente, de certa maneira, que olhar para um território é olhar para uma cosmologia.

Os caiçaras são definidos e se definem como a população que vive na faixa litorânea que se estende do norte do estado do Paraná ao sul do estado do Rio de Janeiro. Existe um grande volume de estudos sobre a espacialidade caiçara e sua relação com o ambiente, devido, em grande parte, à quase completa sobreposição de seu território com Unidades de Conservação (ADAMS, 2000). Isto remete às atuais discussões sobre territórios tradicionalmente ocupados, espaços que ficaram à margem das frentes de expansão capitalista e nos quais, os modos de fazer de seus habitantes, levaram a uma conservação das paisagens e recursos naturais, hoje alvo de interesse da política de conservação ambiental que tende, em alguns casos, a retirar os moradores de suas terras⁹³.

Os caiçaras da Cajaíba sempre estiveram em relação com a sociedade abrangente, ora de forma mais próxima, ora mais afastada. No passado abasteciam as cidades com produtos da agricultura, hoje movimentam a indústria pesqueira e os portos de uma vasta região marítima. Desde a década de setenta, com a construção da rodovia BR-101, suas terras são alvo da especulação imobiliária e são cada vez mais visitadas por turistas, o que tem provocado, conforme descrito, mudanças, como a venda de terras para pessoas *de fora* e o deslocamento das atividades econômicas. Contudo, procurei chamar atenção para como, em um contexto de intensas mudanças sociais, um olhar mais atento revela a continuidade das lógicas e dinâmicas locais, nos modos de fazer, nas relações entre as pessoas, nos mecanismos de repartição da terra, ficando claro como os processos históricos são vividos a partir de uma lógica local. O grande aumento do número de edificações no Pouso da Cajaiba, por exemplo, influenciado pelo crescimento do turismo e pelo aumento do número de *veranistas*, segue o mesmo padrão de repartição da terra que existia no passado, segundo o qual as casas são erguidas em torno dos quintais das famílias

⁹³ Um exemplo disso é o que vem acontecendo há vinte anos na Estação Ecológica da Juréia, litoral sul do estado de São Paulo, um conflito entre o estado e os moradores, que se agravou nos últimos anos com a ameaça de retirada de todos os moradores que vivem dentro da UC.

e são construídas, embora algumas vezes com alterações no modelo arquitetônico, pelos próprios moradores, com técnicas e matérias primas locais.

Com o intuito de descrever a multiplicidade de ambientes envolvidos na territorialidade caiçara, dediquei o último capítulo às atividades realizadas no mar, procurando descrever como as dinâmicas marítimas estão profundamente relacionadas à vida em terra. Dando ênfase a estas continuidades nos modos de fazer local, articuladas às transformações e mudanças advindas de um estreito contato com a sociedade abrangente, procurei chamar atenção para como as inovações tecnológicas transformaram alguns elementos da pesca, a partir da lógica que existia anteriormente. Um exemplo claro disso foi a introdução dos aparelhos GPS nos barcos de pesca, que alterou de forma significativa alguns modos de dizer e de fazer da pesca, como os *pesqueiros*, que passaram a ser chamados de *posições*, ou os *arrastões* que passaram a percorrer *riscos*. Contudo, as lógicas permanecem as mesmas, como os conhecimentos e técnicas envolvidos na pesca, a composição dos grupos de trabalho, a repartição dos lucros e o território marítimo percorrido.

O objetivo central desta dissertação é contribuir com a descrição etnográfica da territorialidade caiçara que, embora tenha sido tema de diversos estudos, poucos destes levaram em consideração de fato as lógicas locais, preocupados mais com a relação entre a ocupação humana e a conservação ambiental. Por esta razão justifico a amplitude dos aspectos tratados: a memória histórica, o cotidiano a partir do microcosmo da casa e do quintal, as lógicas espaciais mais amplas que organizam a localidade, as continuidades e as mudanças na organização social e as atividades relacionadas ao mar. Embora tenha colocado em evidência como as especificidades locais se mantiveram ao longo do tempo, também chamei atenção para sua conexão com processos históricos mais amplos e com a sociedade abrangente. Se a proximidade com lógicas diferentes não impediu a continuidade das particularidades locais, tal continuidade está ligada ao vínculo que estas pessoas têm com o território habitado.

A terra é o substrato material a partir do qual são erigidas uma multiplicidade de relações que fazem aquela terra se tornar um *lugar*. O *lugar* é uma categoria local muito importante, o que me fez escolhê-la para título desta dissertação. O *lugar* agrega todos

aqueles elementos envolvidos na definição de territorialidade, os vínculos afetivos, as redes de parentesco, os recursos do meio necessários para a vida, as referências espaciais de uma memória local, os meios necessários para o aprendizado e a reprodução dos saberes técnicos. Por esta razão a descrição do *lugar* coincide com a descrição de um modo de vida particular e um modo de vida particular é também um modo de entender e de se relacionar com o mundo. É o *lugar*, portanto, que está imbuído da territorialidade e é a observação desta territorialidade que aponta para existência de uma *cultura caiçara*, mantida e reproduzida, ao longo das gerações, por seus moradores.

Bibliografia

- ACHESON, James M (1981). *Anthropology of Fishing*. Annual Review of Anthropology, Vol. 10, pp. 275-316.
- ADAMS, Cristina (2000). *Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo, FAPESP/Annablume.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus, PGSCA – UFAM.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de (2004). *Direito à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas*. Revista brasileira de ciências sociais, Vol. 19, nº 55.
- _____ (2003). *Relativismo antropológico e objetividade etnográfica*. Campos, Revista de Antropologia Social, Vol. 3.
- _____ (1999). *Guerras culturais e relativismo cultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14 n. 41.
- ALMEIDA, M. e CUNHA. M. C (2009). "Populações tradicionais e conservação ambiental". In CUNHA, M. C.. *Cultura com aspa*. São Paulo, Cosac Naify.
- AMADO, Jorge (2008). *Mar morto*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia (2011). *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais. 'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARNT e WAINER, (2006). *As últimas Praias de Ubatuba a Paraty*. São Paulo, editor Terra Virgem.
- ÅRHEM, Kaj (1996). "The cosmic food web. Human-nature relatedness in the Northwest Amazon. In DESCOLA e PÄLSSON, *Nature and Society. Anthropological perspectives*, Londres, editora Routledge.
- CANDIDO, Antonio (2001). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades e Editora 34.

- BEGOSSI, A.; LOPES, P. B.; OLIVEIRA, L. E. C. de Oliveira; NAKANO, H (2009). *Ecologia de pescadores artesanais na baía da Ilha Grande*. São Carlos (SP), Editora Rima.
- BERNARDES, L., M. C. e BERBARDES, N. (1950). *A pesca no litoral do Rio de Janeiro*. IBGE, Revista Brasileira de Geografia, número janeiro/março de 1950
- BORGES, Rodrigo (2007). *Estudos Etnobotânicos na Comunidade Caiçara Martim de Sá, APA de Cairuçu, Paraty, RJ*. Dissertação em botânica tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- BRASIL (1983). *Decreto Presidencial nº 89.242* (criação da APA do Cairuçu).
_____ (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*.
_____ (2007) *Decreto Presidencial nº 6040* (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).
- BRITO, Maria Cecília Wey de (2000). *Unidades de conservação intenções e resultados*, São Paulo, Annablume: FAPESP, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1988). *A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia*. Revista Novos Estudos n. 21.
- CAVALIERI, Lucia (2003). *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga*. Dissertação de mestrado em geografia humana, FFLCH / USP.
- CIACCHI, Andrea (2007). *Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica*. São Paulo, Revista de Antropologia, vol.50 n. 1.
- CLIFFORD, James (2002). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- DESCOLA, Phillipe (1997). “Ecologia e cosmologia”, in: *Faces do tropico úmido*. Belém, CEJUP, 1997.
_____ (2006). *As Lanças do Crepúsculo*. São Paulo, Cosac Naify.
- DIEGUES, A. C. S. (2004). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo, Hucitec – Nupaub-Usp, 2004.
_____ e MOREIRA (2001). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo, NUPAUB / USP

- _____ e NOGARA, P. (2005). *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá, Paraty*. São Paulo, Hucitec – Nupaub-USp.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias (1999). *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense.
- EVANS-PRITCHARD, E. (2002). *Os Nuer*. São Paulo. Perspectiva.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). *Ser afetado*. São Paulo, Revista Cadernos de Campo, n. 13: 155 – 161.
- FIRTH, R (1968). *Malay fishermen: their peasant economy*. London, Routledge.
- GARROTE, Valquíria (2004). *Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty – RJ*. Dissertação de mestrado em Conservação de ambientes florestais, Piracicaba, ESOLQ – USP.
- GODELIER, M. (1984). *L'Idéal et le materiel*. Paris, Fayard, 1984.
- _____ (1974). “Considerations théoriques et critiques sur le problem des rapports entre l’homme et son environnement”, in *Information sur les Sciences Sociales 13*, Paris.
- GODÓI, Emilia Pietrafesa de (1999). *O trabalho da memória. Cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____ (1998). “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”, in NIEMAYER e GODOI (org.), *Além dos territórios: para um diálogo entre a antropologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas (SP), Mercado de Letras.
- GOLDMAN, Michael (2001). “Inventando os comuns: teorias e praticas do profissional em bens comuns”. In: DIEGUES e MOREIRA. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo, NUPAUB / USP.
- HEMINGWAY, Ernest (1989). *O velho e o mar*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IBGE (1975). *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de documentação e divulgação geográfica e cartográfica.

- IDROBO, J. e DAVIDSON-HUNT, J. (2012). *Adaptive learning, technological innovation and livelihood diversification: the adoption of pound nets in Rio de Janeiro State, Brazil*. Revista Maritime Studies, 11:3. Acesso disponível: www.maritimestudiesjournal.com/content/11/1/3
- IGARA (2011). *Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área estadual de lazer de Paraty Mirim*. Volume I, II e III.
- INGOLD, Tim (2000). *The perception of environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres, Routledge.
- JÚNIOR, Manoel Vieira Gomes (2005). *O Dom da Terra e o Lugar do Caiçara na Praia Grande da Cajaíba / Reserva Ecológica da Juatinga – RJ*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ.
- LEACH, Edmund (1961). *Pul Eliya: a village in Ceylon*. Cambridge University Press.
- LE GOFF, Jaques (2003). “Memória” In *História e Memória*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- LITTLE, Paul (2002), *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*. Brasília, Série Antropologia n. 322, UNB.
- LOURIVAL, T. (2009). *Consultoria para instruir procedimentos relativos à caracterização e resolução de conflitos existentes com comunidades tradicionais – caiçaras, quilombolas e indígenas, na região de Angra dos Reis - RJ, Paraty – RJ e Ubatuba – SP*. Ministério do Meio Ambiente.
- MALDONADO, S. C. (1993). *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume.
- _____ (1986). *Pescadores do Mar*. São Paulo, Editora Ática.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1976). *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, v.43.
- MATTOSO, A. *Paraty: preservação versus desenvolvimento turístico*. Monografia de Graduação. São Paulo, FAU-USP, 1979.
- MAUSS, Marcel (2003). “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós” e “As técnicas do corpo”, in: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.

- MENDONÇA, Marina de Oliveira (2010). *Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ*. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental, USP.
- MENDRAS, Henri (1978). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MELLO, Diuner (2005). “A ocupação humana de Paraty”. In DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (org.). *Enciclopédia caiçara V. 4*. São Paulo, Hucitec, NUPAUB/USP.
- MELLO e SOUZA, Marina de (1994). *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- MERLEAU-PONTY, M (1964). *O visível e o invisível*. São Paulo, editora Perspectiva.
- MMA (2005). *Plano de Manejo da APA do Cairucu*. Ministério do Meio Ambiente / SOS Mata Atlântica.
- MONGE, Ricardo P. M. (2008). *Pesca com rede de cerco flutuante na reserva ecológica da Juatinga (REJ), município de Paraty, RJ*. Rio de Janeiro, monografia de conclusão do curso de biologia, UFF.
- MUSSOLINI, Gioconda (1980). *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NOGUEIRA, Verena Sevá (2010). *Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Campinas, IFCH/UNICAMP.
- NOFFS, Paulo da Silva (1983). *Os caiçaras de Toque Toque Pequeno – um estudo de mudança espacial*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH – USP.
- _____ (2008). *A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castelhanos*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PÁLSSON, Gisli (1994). *Enskilment at Sea*. Man, New Series, Volume 29.
- POSTIGO, Augusto (2010). *A terra vista do alto. Usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Campinas, IFCH/ UNICAMP.

- SAUTCHUK, Carlos Emanuel (2007). *O arpão e o anzol. Técnica e pessoas no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Brasília, tese de doutorado em antropologia, UNB.
- SCHMIDT, Carlos Borges (1948). *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, diretoria de publicidade Agrícola.
- SIQUEIRA, Priscila (1984). *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo, editora Massao Ohno.
- SODRÉ, Nelson Werneck, (1960). “Costeiras”, in *Tipos e aspectos do Brasil*. Seção de Audiovisuais, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP, Ministério da Educação e Cultura.
- _____ (1975). “O espia”, in IBGE, *Tipos e aspectos do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento de documentação e divulgação geográfica e cartográfica.
- STADEN, Hans (1974). *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, editora Itatiaia.
- SURRALLÉS, Alexandre e HIERRO, Pedro Gárcia Hierro (org) (2005). *The Land Within. Indigenous Territory and the Perception of Environment*. Copenhagen, IWGI.
- RAMALHO, C. (2004). *O mundo das águas e seus laços de pertencimento*. Campina Grande, Revista Raízes, PB, v. 23, n. 01 e 02, p. 62-72.
- _____ (2006) *Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. Campinas, Editora Polis/Ceres-Unicamp.
- VIANNA, Lucila Pinsard (2008). *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo, Annablume/FAPESP.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002). “Imagens da natureza e da sociedade” e “Perspectivismo e multinaturalismo na America Indígena”, in: *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- WOORTMANN, Ellen F. (1991). *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do nordeste*. Brasília, serie antropologia 111.
- WOORTMAN, Ellen F. e WOORTMANN, Klass (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, Editora da UNB.